UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Planejando Estados, construindo nações: os projetos políticos de
Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio**

Fernanda da Silva Rodrigues Rossi

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Pimentel Pinto Filho

Versão corrigida

São Paulo
2013

*Para Denis e Luís, sem os quais
este trabalho não teria se
concretizado.*

Agradecimentos

Apesar de ser qualificado como um trabalho de autor único, sob orientação de um também único professor, esta dissertação de mestrado é fruto, na verdade, de um trabalho coletivo, na medida em que sua realização dependeu de esforços e sacrifícios não só meus, mas também de muitos com quem cruzei nesta trajetória. Sinto-me afortunada por ter contado com a colaboração de tantas e diferentes pessoas – algumas que mal me conheciam, outras tão próximas –, cujo carinho compõe também as páginas deste estudo.

Em primeiríssimo lugar, agradeço aos meus pais por terem me proporcionado o apoio, o estudo e as oportunidades que me trouxeram até aqui, bem como aos meus irmãos, cunhados e amigos, sempre presentes em momentos difíceis e de descontração, e aos familiares que admiraram cada conquista. Estas, sem dúvida, são pessoas importantes que acompanharam a minha caminhada nestes últimos três anos, mas não as únicas. Assim, não poderia deixar de lembrar dos colegas de trabalho do IEB que tanto apoio me deram, especialmente os que passaram pela equipe do Serviço de Difusão Cultural.

Além delas, outras pessoas também foram essenciais para a conclusão deste trabalho: Isabel Cristina Labate Marcondes, Fabíola Carvalho Lopes dos Santos e Moacir Ramos Teixeira Júnior, que me mantiveram em pé ao longo de tantas horas de estudo e dedicação; Elisabete Marin Ribas, Magda Chang e Cláudia Vercesi Maluhy, dividindo as angústias e as próprias experiências de mestrado; Aline Nogueira Marques e Maria Cristina Pires, que solucionaram cada dúvida de procedimento; Lucas Tadeu Marchezin pelas longas discussões; Rosana Campos do Nascimento pelas digitalizações; e novamente à Elisabete Marin Ribas, pelos graciosos comentários. Agradeço também aos professores que estiveram sempre à disposição para indicar leituras, discussões e melhorias neste trabalho, em especial a Monica Duarte Dantas, Maria Lígia Coelho Prado, João Paulo Garrido Pimenta e Francisco Carlos Palomanes Martinho, sem esquecer de István Jancsó (*in memoriam*), quem primeiro me mostrou o caminho da História; bem como aos colegas de aula pelas ideias e sugestões.

Por fim, gostaria de registrar aqui os meus mais profundos agradecimentos a três pessoas centrais nesse processo: Júlio Cesar Pimentel Pinto Filho, meu orientador, que acreditou na minha capacidade e me deu espaço para desenvolver minhas ideias; Luís Henrique Ferreira Mello, meu braço direito nos últimos três anos; e Denis Machado Rossi,

meu marido, o qual não poupou esforços para me proporcionar as condições necessárias à realização desta pesquisa, da maneira mais atenciosa e carinhosa que se possa imaginar, se desprendendo até de seus próprios projetos para chegarmos juntos até aqui.

*... somos hombres, y por serlo
tenemos los mismos derechos que
los habitantes de Europa. No es
justo que las naciones europeas
sean regidas por gobiernos
americanos. No es conforme a
razón que los pueblos americanos
sean administrados por gobiernos
europeos.*

(José Cecilio del Valle, [1825])

Planejando Estados, construindo nações: os projetos políticos de Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio

Resumo

Os movimentos pela emancipação na América marcaram-na sobremaneira no início do século XIX, pelas conjunturas que levaram à formação dos novos países e também pelas disputas políticas e conflitos armados. Focos de luta surgiam simultaneamente por todo o continente, propiciando a concepção de inúmeros projetos políticos que propunham caminhos diversos para os jovens países. Na América do Sul, leste e oeste experimentam as dificuldades e alimentam as esperanças de sonhar com um mundo novo, opondo-se francamente ao colonizador, seja ele espanhol ou português, enquanto constroem as bases das novas nações.

Dentre os idealizadores das novas nações, estavam Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio, cada qual buscando, a seu modo, uma direção que levasse as suas Américas à modernidade e à liberdade. Em seus textos, são tratadas diversas questões que desafiam a constituição dos novos Estados, entre elas a delimitação de uma unidade territorial, a construção de uma identidade própria e a definição de uma forma justa de governo, indagações comuns a outros tantos pensadores da época. Por conta disso, tais pontos norteiam, a partir da comparação entre as percepções de cada um dos três autores, esta análise das aproximações e distanciamentos de suas formas de pensar, aparentemente tão diferentes entre si. Assim, acredita-se ser possível encontrar aspectos que levem a uma compreensão da circulação de ideias na América do Sul deste período, indo além do tradicional entendimento de que os processos nas porções espanhola e portuguesa foram díspares em sua essência.

Planning States, building nations: political projects of Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo and José Bonifácio

Abstract

Emancipation movements in America have profoundly scarred the continent in the beginning of the 19th century, for conjunctures which led to the establishment of new countries as well as political disputes and armed conflicts. Uprisings simultaneously rose all over the continent, encouraging innumerable political projects to put forward an array of paths to the newborn countries. In South America, East and West underwent difficulties and nurtured hope of dreaming of a new world, frankly opposing colonizer, Spanish or Portuguese, whilst building new nations foundations.

Amid the new nations idealizers were Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo and José Bonifácio, each one looking, by their own means, for a direction that could lead to modernity and freedom. In their corpora, the authors examine several issues that challenge those new States shaping, among which the delimitation of a territorial unity, building self identity and establishing a fair form of government, queries that are shared amongst so many other thinkers at that time. Because of that, the aforementioned points steer, based on the comparison of the perceptions of each of the three authors, this analysis of approximations and distancing of their way of thinking, apparently quite different to each other. That way, we believe that it is possible to find some aspects which take us to a new comprehension of the circulation of ideas in that period South America, outreaching the traditional understanding which states that the political emancipation processes in Spanish and Portuguese regions were disparate in their essence.

Planeando Estados, construyendo naciones: los proyectos políticos de Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo y José Bonifácio

Resumen

Los movimientos por la emancipación en América la firmaran, en especial en el inicio del siglo XIX, por las coyunturas que llevaran a la formación de nuevos países y también por las disputas políticas y conflictos armados. Puntos de la lucha surgieran en el mismo tiempo por todo el continente, desarrollando la concepción de muchos proyectos políticos que propusieran diferentes caminos para los países recién criados. La América del Sur, en sus regiones Este y Oeste experimentan las dificultades y alimentan las esperanzas del sueño de un nuevo mundo, oponiendo-se delante del colonizador, sea ele español o portugués, aún construyen las bases de las nuevas naciones.

Entre los idealizadores de las nuevas naciones están Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo y José Bonifácio, cada uno de ellos buscando, a su manera, una dirección que llevase sus Américas a la modernidad y a la libertad. En sus textos, traen distintas cuestiones que desafían a la constitución de estes nuevos Estados, como por ejemplo, la definición de una unidad territorial, la construcción de una identidad propia y la definición de una manera justa del gobierno, cuestiones comunes a otros pensadores de la misma época. Así, estos puntos conducen este análisis de la comparación entre las percepciones de cada uno de los tres autores, las similitudes y diferencias en sus formas de pensar, aparentemente tan distintas. Por lo tanto, se cree que es posible encontrar aspectos que conducen a una comprensión de la circulación de las ideas en América del Sur del siglo XIX, búsqueda que nos lleva más allá del entendimiento tradicional, que aún considera la distinción de los procesos en el territorio español y portugués.

Sumário

Introdução	11
<i>Duas faces, uma mesma América</i>	12
<i>Seguindo os rastros do pensamento independentista latino-americano</i>	15
Capítulo I: Caminhos para a liberdade	23
<i>Em meio às reformas, nascem heróis</i>	23
As reformas bourbônicas na América do Sul	24
As reformas na América Portuguesa	25
O descontentamento americano e as novas ideias	27
<i>Aprendendo com o mundo: as viagens de Bonifácio e Miranda</i>	29
Chegando à metrópole	29
Descobrimos o mundo	31
Napoleão e a Península	33
<i>América Espera</i>	34
Do outro lado do atlântico, as tentativas de libertação	35
Lutando agora na Venezuela	36
A liberdade nas mãos de Bolívar	38
<i>De norte a sul e o inverso: Monteagudo pelos caminhos da independência sul-americana</i>	38
As primeiras lutas no Alto Peru	39
Engrossando a revolução em Buenos Aires	40
Rumo ao norte: a campanha com San Martín e a libertação de Lima	43
O governo de Lima e os últimos dias ao lado de Bolívar	45
<i>José Bonifácio e a gestação do Brasil</i>	46
A revolução liberal e seus desdobramentos no Brasil	48
Colônia, nunca mais!	50
O regresso ao Brasil, à Corte e a Paquetá	52
<i>Um novo horizonte</i>	53
Capítulo II: Sonhando o novo mundo	55
<i>A esperança inabalável de Francisco de Miranda</i>	58
<i>Bernardo Monteagudo: “la LIBERTAD o la muerte”</i>	71
<i>José Bonifácio: da conciliação ao rompimento</i>	87
Considerações finais	101
<i>Três ideias, três autores</i>	101
Os contornos da América	101
A construção de um novo eu	104

Pelo fim da opressão.....	107
<i>Ideias entrelaçadas</i>	109
Bibliografia	112
<i>Fontes primárias</i>	112
Francisco de Miranda	112
Bernardo Monteagudo	115
José Bonifácio	116
Compilações	118
<i>Fontes secundárias</i>	119
Cronologia	131

Introdução

Os movimentos emancipatórios na América Ibérica ocorrem na esteira das transformações do final do século XVIII na Europa e na América do Norte, influenciados pelo pensamento ilustrado e liberal. As novas ideias casam bem com os interesses da elite nativa, que busca crescer social e economicamente dentro dos quadros imperiais, e também alimentam o sonho dos intelectuais que, imbuídos de valores nacionalistas, desejam ver crescer a modernidade e a liberdade nas terras em que nasceram. Para que ambos os grupos atingissem seus objetivos, era necessário ampliar a independência, redefinir estruturas e estabelecer novos espaços, transformações que encontraram sua vazão nas invasões napoleônicas de 1807.

Além da crise política gerada pelo conflito com os franceses, havia também, no início do século XIX, um ambiente favorável a mudanças, que contava com um forte componente passional por conta do crescimento do ideário nacionalista em voga na Europa¹. Apesar da forte influência do velho continente, o desenvolvimento do nacionalismo na América diferenciou-se significativamente de sua origem, já que não apresentava, segundo Benedict Anderson, os mesmos elementos – diferenças linguísticas, culturais e de linhagem; e participação significativa das “classes médias”.² Além disso, é somente ao longo dos processos emancipatórios, quando a tônica da separação (ou não) da metrópole orienta as discussões e os movimentos políticos, que a questão nacional realmente toma forma. Desse modo, são os movimentos emancipatórios e seus múltiplos projetos políticos que inauguram o nacionalismo na América Ibérica, diferente da Europa, que os vê nascer ainda no final do século XVIII. Nesse sentido, segundo Marco A. Pamplona e Maria Elisa N. S. Mäder,

É equivocado pressupor a existência de uma nação e de um nacionalismo preexistentes ao processo de construção dos estados nacionais, como se a maioria das nações já existisse no momento da independência. Ao se fazer isso, apenas projeta-se sobre esse momento uma experiência política inexistente, baseada em um conceito – o estado-nação – ainda em construção naquele período, e vários sentidos

¹ Sobre isso, ver ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 4. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004; SMITH, Anthony D. **La identidad nacional**. Madri: Trama Editorial, 1997; entre outros.

² ANDERSON, Benedict. op. cit. Capítulo III: Pioneiros crioulos.

de nacionalidade utilizados atualmente, mas que só seriam desenvolvidos ao longo das décadas seguintes.³

Rogério Forastieri da Silva também questiona a atribuição da origem da nacionalidade brasileira ao período colonial, nos chamados movimentos “nativistas”, defendendo a tese de que ela só nasce efetivamente a partir da efervescência da emancipação.⁴

Nesse cenário, por mais que interesses políticos e econômicos possam ter guiado a construção dos novos Estados, tais elementos dificilmente conseguiriam, sozinhos, formar as novas nações, já que era preciso lidar também com outros fatores de ordem social e cultural. Fomentou-se, assim, o surgimento de diversos projetos promovendo a independência e/ou a emancipação das colônias e criando novas nações e Estados regidos pelas teorias políticas mais recentes. Centrados nas ideias de liberdade e igualdade da época e na possibilidade de transformações no campo político e econômico, os programas levados à frente frequentemente não implicavam em grandes interferências nos interesses das classes dominantes, pois embora trouxessem propostas de reformas significativas, não aboliam totalmente as antigas práticas.

Dois faces, uma mesma América

Diante da ameaça de invasão pelos franceses, espanhóis e portugueses reagiram de formas distintas. Os primeiros procuraram enfrentar abertamente o inimigo, sem sucesso, perdendo para Napoleão todas as possessões do império e o trono espanhol. Com a deposição de Fernando VII, instauraram-se Juntas de Governo tanto na metrópole quanto na colônia, com a intenção de governar o império a partir de suas cortes, propiciando a formação de vários centros de poder. Diferentemente, os portugueses preferiram transferir a corte e a família real para o Brasil, provocando também uma série de alterações na ordem estabelecida pelo colonialismo, porém com caráter distinto. Sendo a colônia agora o centro do poder, as estruturas políticas, administrativas e econômicas passaram de Lisboa ao Rio de Janeiro, possibilitando, em seguida, a elevação do Brasil a Reino Unido. Esses diferentes cenários nas

³ PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisa (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. (Margens América Latina, 1), p. 8-9.

⁴ SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e nativismo: a história como “biografia da nação”**. São Paulo: Hucitec, 1997.

duas porções da América Ibérica influenciaram sobremaneira seus respectivos processos de independência, marcando o distanciamento entre brasileiros e hispano-americanos.⁵

Ainda assim, as Américas Espanhola e Portuguesa e, posteriormente, os Estados que se formaram em seu território, não se mantiveram hermeticamente fechados. Na verdade, existia uma intensa circulação de ideias por todas as possessões dos impérios ibéricos, permitindo o trânsito de informações para além das fronteiras. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os Portugal e Espanha foram responsáveis por uma grande difusão cultural, impulsionada por suas conquistas nas “cuatro partes del mundo”, proporcionando o contato e a circulação de conhecimento. Para Serge Gruzinski,

El espacio de la monarquía [católica ibérica] se distingue ante todo por la circulación planetaria que se despliega en él y que, por la mezcla de los hombres, de las sociedades y de las civilizaciones, lo irriga. En cualquier parte del mundo, el dominio ibérico aproxima, pone en relación o choca de frente con formas de gobierno, de explotación económica y de organización social.⁶

Todavia, segundo o autor, antes de chegar às colônias, as informações vindas de outros lugares da Europa necessariamente passavam pela metrópole, podendo receber influências do pensamento peninsular antes de atingir outros lugares.⁷

Com o passar dos anos, o trânsito de ideias entre as metrópoles e as colônias só fez crescer, em especial após o estabelecimento das oficinas gráficas,⁸ e, mesmo sob o controle rígido da Coroa e da Igreja,⁹ foi criado um espaço de diálogo entre o que era produzido na Europa e na Península e o que vinha das colônias.¹⁰ Essa relação intensificou-se no final do século XVIII , pois

a melhoria nas comunicações transatlânticas, e o fato de que as várias Américas compartilhavam línguas e culturas com suas respectivas metrópoles, permitiram uma

⁵ Como demonstram Maria Ligia Coelho Prado e Maria Helena Capelato, a distinção entre ambos constitui parte importante da formação e da história dos países latino-americanos, tendo suas raízes ainda no período colonial, perpetuando-se até o século XXI. PRADO, Maria Ligia C. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História** (USP), São Paulo, v. 145, p. 127-149, 2001; e CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação**. São Paulo: Senac, p. 285-317, 2000.

⁶ GRUZINSKI, Serge. **Las cuatro partes del mundo: historia de una mundialización**. México: FCE, 2010, p. 47.

⁷ Ibidem, p. 29.

⁸ Ibidem, p. 75.

⁹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 101.

¹⁰ GRUZINSKI, Serge, op. cit., Capítulo III: Otra modernidad.

difusão relativamente fácil e rápida das novas doutrinas políticas e econômicas que estavam surgindo na Europa Ocidental.¹¹

Paralelamente, textos e manifestos contrários à administração colonial e favoráveis aos princípios liberais começaram a circular intensamente na América, especialmente pela imprensa.¹² As ideias europeias também chegavam ao continente através de viagens e da formação dos filhos da elite. Boa parte deles seguia rumo às metrópoles para realizar seus estudos – os brasileiros geralmente estudavam na Universidade de Coimbra, enquanto que os hispano-americanos, além de ir para a Espanha, podiam estudar em universidades da Coroa na própria colônia. Muitos desses jovens, formados nas universidades metropolitanas, seja na Península, seja na América, destacaram-se nos processos de emancipação das colônias americanas. É o caso de Cipriano Barata, que estudou em Coimbra, e de Juan Jose Castelli e Mariano Moreno, ambos formados pela Universidade de São Francisco Xavier em Chuquisaca.

Ainda que a formação do pensamento ilustrado e do liberal em Portugal guarde diferenças bastante significativas quando comparado à da Espanha e que ambas se coloquem em posições muitas vezes opostas às americanas no contexto em que ocorrem, há imbricações entre os processos históricos dos dois lados do Atlântico e entre as duas porções da América Ibérica que levam à construção de um modo próprio e semelhante de pensar. E o diálogo permitido por essas intersecções vai além da relação metrópole-colônia, ou da posição geográfica, culminando em eventos similares e simultâneos como a elaboração das novas constituições liberais, que ocorre à mesma época tanto na Península Ibérica quanto na América.¹³

Dessa forma, nas palavras de Maria Lígia Coelho Prado,

Na medida em que a história de cada país da América Latina corre paralelamente às demais, atravessando situações bastante semelhantes – a colonização ibérica, a

¹¹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 89.

¹² Os panfletos e jornais eram geralmente publicados no exterior, em especial na Inglaterra. Entre os periódicos, destacaram-se: em Portugal, o *Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo* e *O Investigador Português em Inglaterra*; no Brasil, o *Correio Brasiliense*; na América Espanhola, *La Gaceta de Buenos Aires*. VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal: o liberalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, s.d., p. 48; e BREÑA, Roberto. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico**. México: Colmex, 2006, p. 274-279.

O papel da imprensa é central nesse processo, tanto que Benedict Anderson a relaciona entre os fatores que propiciaram a formação das identidades nacionais nos novos Estados. ANDERSON, Benedict, op. cit., Capítulo III: Pioneiros crioulos.

¹³ A Venezuela foi a primeira, nos impérios ibéricos, a adotar uma constituição com caráter liberal em 1811, mas foi a de Cádiz na Espanha a que enfatizou profundamente os valores desse novo ideário. Poucos anos mais tarde, Portugal apresenta sua constituição liberal resultante da Revolução do Porto em 1820, seguido pelas brasileiras de 1823 e 1824.

independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana, para citar apenas alguns marcos tradicionais – não há, do meu ponto de vista, como fugir às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é muito mais estimulante, para o pesquisador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola.¹⁴

Seguindo os rastros do pensamento independentista latino-americano

Dentro disso, o objetivo desta pesquisa de mestrado é, a partir da comparação entre diferentes projetos políticos originários dos movimentos pela independência, perceber semelhanças e distinções entre o pensamento de seus autores. Em última instância, pretende-se também notar indícios da circulação de ideias entre os diferentes polos de luta e, assim, apontar aproximações entre os processos de emancipação nas Américas Portuguesa e Espanhola.

As questões discutidas recebem um olhar essencialmente político, já que o objetivo central das lutas e dos projetos analisados é acabar com o jugo colonial imposto pelos Impérios Ibéricos. Apesar disso, sua relação com aspectos culturais é visível, uma vez que os textos do período estudado frequentemente trazem a problemática cultural para o debate como forma de estabelecer a alteridade americana face aos peninsulares, ou mesmo para fundamentar propostas de transformações sociopolíticas. Assim, nesse trabalho, a cultura é considerada a partir da relação que tem com o Estado, dentro da perspectiva proposta por Terry Eagleton. Vista como “uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado”, essa concepção de cultura está intimamente ligada à ideia de civilização e de universalidade – no sentido de progresso intelectual, espiritual e material – trazidas pelos projetos emancipatórios.¹⁵ Portanto, a perspectiva de análise deste estudo, quando se coloca como essencialmente política, caminha em direção à conceituação apresentada por Pierre Rosanvallon:

Ao falar substantivamente *do* político, qualifico desse modo, tanto uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue

¹⁴ PRADO, Maria Ligia C. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História** (USP), São Paulo, v. 153, p. 11-33, 2005, p. 20.

¹⁵ EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Ed. Unesp, 2005, p. 16-17 e 19. Embora essa noção de civilização seja colocada por Eagleton como própria do século XVIII e os movimentos de independência americana se concentrem no início no século XIX, estes ainda estão impregnados por muitos elementos do pensamento Iluminista, próprio da virada do século.

implicitamente do exercício *da* política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições,

[...]

as deliberações racionais e as reflexões filosóficas não podem ser dissociadas das paixões e dos interesses.¹⁶

Nesse sentido, há grande amplitude e variedade das questões tratadas pelo pensamento independentista da época, tanto na América Espanhola quanto na Portuguesa. Por conta disto, procurou-se selecionar, neste estudo, fontes que trouxessem uma visão bastante significativa do quadro geral americano, apresentando preferencialmente elementos, influências e características comuns às discussões que ocorrem por todo o continente nesse período. E, em virtude da ausência de limites geopolíticos definidos entre nações ou regiões, decidiu-se por trabalhar com textos de autores que tiveram grande trânsito pela América e Europa, nos quais é possível encontrar maiores influências e variações de ideias. Entretanto, como o objetivo do trabalho é perceber a questão dentro dos projetos políticos desenvolvidos ao longo dos processos emancipatórios, liderados pela elite branca *criolla* – ainda que no Brasil não haja uma separação tão radical entre americanos e metropolitanos nessa classe social quanto na América Espanhola –, a seleção dos objetos de estudo se centrou entre aqueles personagens que tiveram tal formação social e intelectual.¹⁷

Dessa forma, elegeu-se trabalhar com os textos de Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio, pois suas experiências, distintas entre si, possibilitam um amplo panorama das ideias em circulação na Europa e na América Ibérica. Ao mesmo tempo, suas participações nas lutas e os papéis assumidos nos governos iniciais dos novos Estados aproximam-nos e inserem suas ideias dentro do projeto inaugural das novas nações.

¹⁶ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: _____. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 73 e 78, respectivamente.

¹⁷ Esse recorte não significa a ausência de indígenas, negros, mestiços e demais camadas populares nas lutas. Muitos deles, atraídos pela perspectiva de mudança, aderiram à causa, “porém, para aqueles que não dispunham de recursos, [...] os novos tempos não trouxeram benesses ou regalias. [...] Não foram as lutas de independência que mudaram sua vida.” PRADO, Maria Lígia Coelho. Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas. In: _____. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (Ensaio Latino-americanos, 4), p. 73.

Individualmente, cada qual apresenta inúmeras qualidades para ser considerado um dos expoentes da emancipação americana. A começar por Francisco de Miranda, cuja trajetória de vida, segundo Salcedo-Bastardo, “se convierte en parámetro de la fundamental historia de Venezuela”, sendo ele “el primero de los grandes americanos: El primero visto por el mundo [...] y el primero que al mundo vio con la penetración sin igual de su inteligencia y sus zahoríes.”¹⁸ Miranda também é o primeiro a pensar a América como um único país e, após décadas vivendo na Europa e nos Estados Unidos, retorna a Caracas, sua terra natal, para lutar ao lado de outros revolucionários pela libertação, assim como já havia feito em outros lugares por onde passara. Em 1811, foi um dos signatários da constituição da Primeira República Venezuelana e, ao longo das lutas que se seguiram, foi nomeado comandante supremo com amplos poderes.

Assim como Miranda, José Bonifácio teve sua formação intelectual ao longo de décadas vivendo na Europa, especialmente em Portugal, onde assumira importantes cargos na administração pública, especialmente ligados ao seu trabalho como mineralogista. Sua trajetória política só começou efetivamente após seu retorno ao Brasil, quando assume uma cadeira na câmara paulista. A partir de então, seu envolvimento com a causa da independência brasileira é crescente, não só como ministro de Pedro I, mas também como deputado e opositor do imperador. Apesar de ainda ser considerado por muitos como um conservador, tinha, em seu projeto político, muitas ideias revolucionárias para a época – como a abolição da escravidão –, sendo “personagem central não somente nos eventos que resultaram na Independência, mas principalmente no debate sobre a nação a ser então construída.” Figura singular, não se encaixava como membro da elite envolvida no processo, por sua trajetória ou por suas ideias,¹⁹ embora compartilhasse com ela valores e a formação intelectual metropolitana.

O menos conhecido dos três personagens, Bernardo Monteagudo é tido como “uma figura menor no panteão dos heróis da independência”,²⁰ o que não condiz com sua importante participação no movimento. De acordo com Gustavo Montoya,

La biografía intelectual de Bernardo Monteagudo constituye quizás la trayectoria más compleja, y por eso mismo representativa, de las sorprendentes mutaciones ideológicas que el temprano siglo XIX impuso a toda una generación de políticos y

¹⁸ SALCEDO-BASTARDO, J. L. Prologo. In: MIRANDA, Francisco de. **América espera**. Seleção, prólogo e títulos: J. L. Salcedo-Bastardo. Cronologia: Manuel Pérez Vila, Josefina Rodríguez de Alonso. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, p. IX-XXXVI, [1982], p. X.

¹⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Perfis Brasileiros, 1), p. 10.

²⁰ PRADO, Maria Lígia C. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. **História**, Assis, v. 22, n. 2, p. 15-34, 2003, p. 17.

pensadores a propósito del desmembramiento del imperio español en América, y las guerras por la independencia de las comunidades americanas luego constituidas en Estados independientes.

Para o autor, Monteagudo fora pouco reconhecido para “un hombre que como muy pocos de sus contemporáneos, supo entender a cabalidad, el carácter y los límites que las guerras de liberación planteaban a las nacientes repúblicas hispanoamericanas.”²¹ Seu envolvimento com o movimento emancipatório o levou a cruzar boa parte do território sul-americano, sendo ele um de seus líderes mais ativos, atuando ao lado de José de San Martín, Bernardo O’Higgins e Simón Bolívar.

Com tamanha participação nos processos de independência, não é difícil imaginar a imensa quantidade de documentos produzidos por esses homens – especialmente Miranda, com seus detalhados diários, e Bonifácio, que trata de diversos outros temas. Assim, para viabilizar e equilibrar o estudo desenvolvido, restringiu-se a análise apenas aos documentos de caráter político, produzidos ao longo da participação de cada autor nos movimentos, cujas questões levantadas estivessem ligadas diretamente à temática desses conflitos. E norteando a análise, a comparação gira em torno, de três discussões que marcantes na história da América Latina e que estão bastante presentes nos textos dos autores estudados, começando pelas ideias sobre a identidade.

“A indagação sobre **o que é a América** tem sido, sistematicamente, a força propulsora e profundamente vitalista do pensamento hispano-americano” e as tentativas de se definir uma cultura e identidade próprias dentro da sua realidade histórica também estão presentes, ainda que de maneira menos veemente, no pensamento brasileiro,²² apresentando-se em ambos com grande destaque em momentos como o do nacionalismo pós-emancipação do século XIX e das vanguardas modernistas do XX. Já ao final do século XVIII, aparecem, em textos do império, denominações distintas para os nascidos na metrópole e na colônia, surgindo lentamente termos que os diferenciam e separam, não mais como variações de súditos de um mesmo rei, mas sim habitantes de outras pátrias. Em carta de 1792, o jesuíta Juan Pablo Viscardo y Guzmán, peruano de nascimento, refere-se à Espanha como “un país que **nos es extranjero**” e à América como

²¹ MONTOYA, Gustavo. Pensamiento político de Bernardo Monteagudo: entre el autoritarismo y la democracia. **Investigaciones sociales**, ano V, n. 8, p. 81-111. UNMSM/IIHS, Lima, Peru, 2001, p. 81-82.

²² CHIAMPI, Irlemar. O discurso ideológico sobre a América. In: **O Realismo Maravilhoso: forma e ideologia no Romance Hispano-Americano**. s.l.: Editora Perspectiva, s.d. (Coleção Debates). p. 96. Grifos nossos.

“**nuestra propia** patria”.²³ Em discursos como este, ao mesmo tempo em que se forma uma imagem de americano, abre-se espaço para a construção da ideia de nacional.

Desde o início do processo, já que as próprias nações não estão ainda definidas, há certa confusão entre a identidade nacional e a americana, principalmente quando existem projetos que pretendem a unidade política e territorial de toda a área colonial espanhola ou portuguesa. Desse modo, a ideia de nacional acaba, de certa forma, competindo com as identidades locais e supranacionais em diferentes estágios de consolidação, indefinições que perduram por todo o século XIX. Como bem descreve Guillermo Palacios,

Las identidades “nacionales”, como es del conocimiento común, se forjan por oposición a un “otro” que se construye en paralelo a la construcción de la propia nacionalidad. Pero, como muchos otros elementos de la antigua cultura política que se vuelven constitutivos de los regímenes políticos decimonónicos, ellas, las identidades “nacionales”, conviven durante buena parte del siglo XIX con una identidad supranacional, pautada en la vieja idea de la pertenencia a un imperio de grandes dimensiones. De allí se deriva la persistencia de la identidad “hispanoamericana”, de la identidad de pertenecer a la “América antiguamente española”.²⁴

A constituição de uma identidade nacional e continental na América Ibérica torna-se ainda mais complexa e peculiar especialmente por dois fatores. Primeiro, pelo nacionalismo americano não se fundar nas mesmas premissas do europeu do início do século XIX, que previa diferenças linguísticas e culturais, além da liderança das classes médias.²⁵ Segundo, por ser necessário não só estabelecer uma identidade nacional, mas também a estrutura de um novo Estado, uma nova Nação, e definir limites territoriais em meio a disputas entre interesses locais e propostas de união continental.

Analisando textos da época, percebe-se que parte importante dos argumentos para a separação e surgimento das novas nações estão ligados ao regime político que se pretende adotar, daí este ser o segundo tema desta análise. Com base nos trabalhos de Maria Lígia

²³ VISCARDO, J. P. Carta a los Españoles Americanos (1792). In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Acesso em: 25 out. 2007. (Colección Clásica, 23), p. 52 e 54, respectivamente (grifos nossos).

²⁴ PALACIOS, Guillermo. El “otro” en el centro de lo “propio”: visiones de la alteridad en los nacionalismos iberoamericanos tempranos. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (orgs.). **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis: FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010, p. 424-425.

²⁵ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 84-88.

Coelho Prado e João Paulo Garrido Pimenta,²⁶ nota-se que, na América Hispânica, a adoção do republicanismo é entendida como uma concretização da ruptura com a metrópole, com o continente europeu, associada à modernidade e à liberdade. Ao contrário, no Brasil, o governo e uma boa parcela da elite veem na monarquia o único meio de manter a ordem, a civilidade e a unidade territorial do reino. Tal oposição alimenta também o distanciamento entre as duas partes da América Ibérica. Prado mostra, a partir da análise de Pimenta, que durante os conflitos entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Brasil pelo domínio da Banda Oriental – ou Província Cisplatina –, farpas eram trocadas pela imprensa dos dois países. Em 1816, um jornal argentino dizia que “nada es peor que la dominación extranjera; y que dominación! Portuguesa!!! Que sin duda es peor que la española; pues son sin comparación más ignorantes, más supersticiosos y más intolerantes, y por eso se han unido para subyugarnos”.²⁷ Anos mais tarde, a carta de um leitor publicada no *Diário do Governo* defende a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, já que

o resto da América Espanhola retalhado em estados diferentes, e muitos d'estes ainda divididos em partidos, mal pode cuidar cada um da sua segurança e arranjos internos, e muito menos concorrer por meio de socorros para a dos outros; que nestas circunstâncias é-lhe sem comparação mais vantajosa a sua incorporação ao Império do Brasil, poderoso, respeitado, e há na sua nascença solidamente baseado, como ele se acha, do que a outro qualquer Estado.²⁸

A carta mencionada levanta também outra questão fundamental, a da unidade, nosso terceiro tema de comparação. Ao criticar a divisão da América Espanhola em “retalhos”, o leitor do *Diário do Governo* expressa uma preocupação comum à época da independência brasileira, a unificação territorial do reino sob um só governo centralizado. Embora não fosse a única, a proposta da unidade fez parte do projeto implantado pelo governo de Pedro I, sendo assim, a que caracteriza a construção das bases do novo Estado e da nova nação. No mesmo sentido, a América Hispânica é reconhecida pela sua fragmentação, associada à “desordem” do regime republicano pelos brasileiros. Todavia, embora a defesa da unidade hispano-

²⁶ PRADO, Maria Ligia C. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História** (USP), São Paulo, v. 145, p. 127-149, 2001; e PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002. (Estudos Históricos, 46).

²⁷ **La crónica Argentina**, 2. ed., n. 30, 08 de dezembro de 1816, citado por João Paulo Garrido Pimenta em **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002, p. 136, apud PRADO, Maria Ligia C., O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História** (USP), São Paulo, v. 145, p. 127-149, 2001, p. 134.

²⁸ Carta de 30 de janeiro de 1823, publicada em 11 de fevereiro do mesmo ano no **Diário do Governo**, n. 33, citada por João Paulo Garrido Pimenta op. cit., p. 196-197, apud PRADO, Maria Ligia C., op. cit., p. 134-135.

americana não seja majoritária, o debate é presença constante nos projetos políticos da emancipação, bem como em outros documentos do período. Exemplo disso é o já mencionado texto de Juan Pablo Viscardo: o jesuíta, ao falar em América, refere-se à toda a sua porção espanhola, sem restringir-se a uma ou outra parte; ao mesmo tempo, exclui as áreas pertencentes a Portugal, França e Estados Unidos pela oposição que faz à Espanha em seu discurso. Assim, a ideia de unidade da qual se fala aqui vai além da questão territorial, pois passa também pela definição de uma identidade. Há, nesse caso, a mesma relação que a percebida por Ilmar Rohloff de Mattos na análise do Hino Constitucional Brasiliense (posteriormente chamado de Hino da Independência):²⁹ uma implicação entre o continente – o território – e o conteúdo – o povo que habitará tais terras – que guia o desenvolvimento das propostas para as novas nações.

Por fim, como forma de sistematizar a análise e a discussão dos temas, este estudo se divide em dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, *Caminhos para a liberdade*, apresenta o contexto experimentado por cada um dos autores, acompanhando suas trajetórias de vida, em uma perspectiva cronológica que intercala e aproxima os tempos vividos por eles, de seus nascimentos até seus falecimentos. Com isso, pretende-se localizar os documentos analisados dentro da biografia de cada autor e do momento histórico. Assim, parte-se do nascimento de Francisco de Miranda, em 1750, e termina-se com o falecimento de José Bonifácio, em 1838, acompanhando especialmente o período em que cada um se envolve com os debates da independência e da emancipação na América Ibérica, sem deixar de mencionar a infância e a formação intelectual. Ao final, faz-se um breve panorama das questões que, apesar de levantadas ao longo de suas vidas, ainda ficam pendentes para um futuro próximo.

Seus projetos políticos são o tema do segundo capítulo, *Sonhando o novo mundo*, no qual são tratadas as ideias de cada autor sobre a identidade, a unidade e as formas de governo, individualmente, demonstrando as permanências e as mudanças ao longo do tempo em que estiveram ligados aos processos emancipatórios. Dessa forma, notam-se com mais clareza não só as propostas que levantam como também a influência que acontecimentos apontados no capítulo anterior tiveram sobre suas ideias e a inter-relação que os três apresentam entre si.

²⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: István Jancsó (org.). **Independência: História e Historiografia**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, p. 271-300, 2005, v. 1, p. 275.

A análise comparativa é realizada propriamente nas *Considerações Finais*. No item intitulado *Três ideias, três autores*, a discussão é organizada a partir das ideias de unidade, identidade e formas de governo, de modo a colocar as propostas de cada autor lado a lado apontando aproximações e distanciamentos encontrados entre os autores, cujas decorrências são tratadas em *Ideias entrelaçadas*. Ao final, segue anexa uma tabela com a cronologia comparada para melhor ilustrar a simultaneidade dos passos de cada autor, bem como inseri-los dentro de contextos maiores como o americano e o europeu.

Capítulo I

Caminhos para a liberdade

Em um período repleto de transformações como fora a passagem do século XVIII para o XIX, as experiências vividas por cada indivíduo interferem substancialmente no seu modo de pensar. Assim, para compreender suas ideias, é essencial conhecer sua trajetória de vida, sobretudo quando se tratam de grandes líderes políticos, cujo percurso é sempre conturbado. Nesse sentido, ao estudar os projetos políticos de Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio, é de suma importância levantar os passos de cada um, não só no decorrer da luta pela independência, mas por toda sua formação intelectual e empírica. Lendo os documentos que deixaram, notam-se significativas modificações em suas propostas que podem ser melhor compreendidas quando analisadas ao lado de suas biografias.

Assim, são apresentados neste capítulo os caminhos trilhados pelos autores no processo de independência das colônias ibéricas na América. Ainda que sua contextualização aborde fatos e processos vinculados a movimentos norte-americanos e a revoluções na Europa, o foco do texto se mantém na trajetória política dos três, ressaltados os acontecimentos que direta ou indiretamente influenciaram na vida de cada um, dando maior ênfase aos relacionados à circulação de ideias e às lutas pela emancipação. Embora tenham se envolvido em lutas distintas, os processos de que fizeram parte trazem também muitas semelhanças, sendo frutos de um mesmo momento histórico, portanto, uma das preocupações dentro da descrição de suas trajetórias é perceber intersecções, relações entre os três personagens e a simultaneidade de fatos, partindo da contextualização de seus nascimentos e infâncias.

Em meio às reformas, nascem heróis

A segunda metade do século XVIII foi marcada por importantes transformações nas relações entre as metrópoles ibéricas e suas colônias americanas. Tanto Portugal quanto Espanha buscaram empreender amplas reformas com o intuito de retomar o controle da América e se fortalecerem diante da nova Europa, restabelecendo-se como grandes impérios. Embora tais mudanças estivessem inspiradas no pensamento ilustrado e nas novas dinâmicas comerciais, vindas especialmente da França e da Inglaterra, ao final, elas pouco interessaram

às colônias, já que boa parte resultou em uma diminuição da autonomia americana ou em algum tipo de prejuízo financeiro ou fiscal.

Conhecida como reformas borbônicas na Espanha e reformas pombalinas em Portugal, a nova política levada a cabo pelas monarquias ibéricas inaugurou o despotismo esclarecido na península e buscou alterar significativamente os diversos âmbitos das relações coloniais. Uma das preocupações centrais era reerguer financeiramente os impérios e, para isso, foram reestruturadas leis e práticas comerciais e de produção, com o intuito de melhorar as contas metropolitanas, tendo também como objetivo solucionar o problema da manutenção dos domínios de ultramar. Para sustentar a nova dinâmica econômica e a dominação política, também foram implementadas modificações de peso no âmbito administrativo.

De modo geral, as reformas não fizeram sucesso entre os americanos, gerando muitos conflitos por autonomia comercial e participação política. Todavia, dois pontos foram mais polêmicos: a expulsão dos jesuítas e a nova política fiscal. Esta última foi responsável pela eclosão de diversas revoltas e insurreições nas colônias americanas.

As reformas borbônicas na América do Sul

Na Espanha, o novo modelo de governo começa a tomar forma com Filipe V, primeiro rei espanhol da dinastia dos Bourbons, mas só tomam fôlego com Carlos III. A partir da década de 1750, há um esforço para aumentar a renda da Coroa e uma das medidas tomadas foi a revitalização do setor agrário metropolitano, o que entrou em choque muitas vezes com a produção colonial.

Nesse momento nasce, em Caracas, futura capitania Geral da Venezuela, Sebastián Francisco de Miranda. O filho primogênito de uma família de classe média viveu em sua juventude a transformação da situação colonial e a construção das bases das novas relações entre a Coroa e a América. As reformas constituíram-se em um duro golpe para a região da Nova Granada e a lucrativa estrutura de agroexportação lá desenvolvida. Os comerciantes e os fazendeiros locais se opuseram à política das companhias de privilégio – como a Real Compañía Guipuzcoana –, por prejudicar a comercialização de seus principais produtos – o cacau e o gado –, cujo crescimento se dera especialmente pela via do contrabando.

O aumento dos impostos foi uma das ferramentas utilizadas na tentativa de recuperar os cofres espanhóis, muito atingidos pelo déficit do envolvimento em conflitos militares. Além da Guerra dos Sete Anos, as disputas fronteiriças com a América Portuguesa também

eram uma grande preocupação, especialmente na região da Colônia de Sacramento, próxima ao Rio da Prata, importante escoadouro da produção colonial das minas. Outra medida foi a criação, ao final da década de 1770, do Vice-reino do Rio da Prata (1776) e da Capitania Geral da Venezuela (1777), visando ao controle das regiões em torno de Caracas e Buenos Aires que, por sua localização estratégica, haviam crescido rapidamente.

Miranda viu de longe o reconhecimento da Coroa à relevância política e comercial de sua terra natal. Ainda bem jovem, decide entrar para o exército espanhol, embarcando para Cádiz em janeiro de 1771. Só voltaria à Venezuela mais de trinta anos depois, em sua primeira tentativa de libertar o continente. Também não o viu Bernardo de Monteagudo, que muito pouco presenciou as reformas. Nascido ao final da década de 1780,³⁰ o mundo que conheceu já incluía uma América para além do império espanhol.

As reformas na América Portuguesa

Quando Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro marquês de Pombal, assumiu os negócios de Estado portugueses em 1750, o Brasil já não era uma mera colônia, mas sim a principal fonte de riqueza de Portugal, cujo potencial de exploração econômica o colocava em uma posição de destaque tanto no interior do Império como no cenário europeu. Assim, não é por acaso que boa parte das preocupações e das medidas implementadas pelo novo ministro de José I tenham se dirigido à América.

O objetivo principal das reformas pombalinas era superar a decadência,³¹ criando um sistema administrativo onde houvesse maior integração entre as autoridades e a administração imperial e o Brasil. Suas medidas foram de amplo espectro, englobando a área mercantil, a administrativa, a militar e mesmo a educacional. A preocupação com a nacionalização dos lucros levou o ministro a se opor à política inglesa, a restringir ainda mais a produção e o comércio nas colônias e a criar as companhias de monopólio para controlar o envio de produtos americanos tanto para a metrópole e outras colônias portuguesas quanto para a Europa. O Fisco

³⁰ Ver a discussão sobre a data de seu nascimento no item “De norte a sul e o inverso: Monteagudo pelos caminhos da independência sul-americana”, p. 39 deste capítulo.

³¹ A ideia de decadência permeou o pensamento ibérico ao final do século XVIII, sendo um dos fatores que levaram à reforma e, esteve presente nas discussões dos liberais portugueses e espanhóis do século XIX. Nascida em meio aos novos intelectuais, tal ideia é fruto de um olhar que compara Portugal e Espanha especialmente à França e à Inglaterra, os novos impérios hegemônicos. Sobre isso, ver SILVA, Ana Rosa Clotet da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. (Estudos Históricos, 63); QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos**. Lisboa: Tinta-da-China, 2008 [1871].

foi um dos pontos centrais dessas mudanças e sua reestruturação atingiu principalmente a região das Minas. Fez parte também de seus planos a criação do Vice-Reino do Brasil e a transferência de sua capital para o Rio de Janeiro, em 1763, com o intuito de melhor proteger as fronteiras ao sul.³² Segundo Sérgio Buarque de Holanda, neste momento já se pode “considerar o Governo do Brasil inteiramente estruturado segundo o planejamento pombalino”.³³

O deslocamento do eixo político para uma posição mais ao centro da colônia colocaria a capitania de São Paulo em um novo patamar, o que, provavelmente, seria um dos fatores facilitadores do papel da Junta de São Paulo e dos Andrada nos acontecimentos que levariam à independência. O mais velho dos três irmãos, José Bonifácio de Andrada e Silva, nascera justamente no ano de 1763 e crescera em família, já em uma nova realidade. Quando o jovem se muda para Portugal com a intenção de estudar Direito em Coimbra, aos vinte anos, Pombal já havia saído do governo por conta do falecimento de José I em 1777 e da subsequente coroação de Maria I. Em 1796, Rodrigo de Souza Coutinho assume o ministério da Marinha e Ultramar, congregando ao seu redor alguns dos mais importantes intelectuais do império, entre eles, José Bonifácio, a quem influenciaria no futuro.³⁴

Apesar de ser herdeiro intelectual de Pombal, o Conde de Linhares tinha um programa reformista próprio, com uma postura crítica em relação ao de seu antecessor. Rodeado de grandes nomes da intelectualidade portuguesa, pôde empreender uma revisão da política anterior, propondo novas soluções. “A principal diferença em relação a Pombal, provavelmente, foi a forma de pensar a colônia. Esta deveria ser objeto de reformas que a liberassem dos entraves que impediam o desenvolvimento de suas potencialidades.”³⁵ Seu projeto tinha um viés mais liberal e incluía também reformas fiscais, melhorias e investimentos nas áreas de educação e ciência, enxugamento da máquina estatal, desenvolvimento da economia, vendo na exploração das minas, uma importante saída para o crescimento do Império.

Uma de suas mais marcantes influências no pensamento andradino se refere à relação de Portugal com suas colônias, especialmente a América Portuguesa. Para Coutinho, deveriam ser consideradas as potencialidades da porção atlântica do império e reuni-la a Portugal em

³² SILVA, Ana Rosa Cloet da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. (Estudos Históricos, 63), p. 94.

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial**: administração, economia, sociedade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2011. (História geral da civilização brasileira, t. I, v. 2), p. 407.

³⁴ A aproximação entre Bonifácio e Coutinho foi tão grande que extrapolou o convívio profissional e os dois se tornaram grandes amigos.

³⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 48.

uma mesma política administrativa, que possibilitasse o estabelecimento de um “vasto Império luso-brasileiro”.

Seu pensamento estruturou-se a partir de uma *visão global do Império* – comum a outros estadistas e intelectuais luso-brasileiros que compuseram a cúpula ilustrada do governo mariano/joanino – e de uma indissociável relação entre *modernização* do país e salvaguarda da *monarquia absolutista*.³⁶

O descontentamento americano e as novas ideias

As reformas promovidas pelos impérios ibéricos causaram diversos conflitos nas colônias, uma vez que os americanos ora as viam como prejuízo aos seus interesses, ora como atitudes meramente despóticas. O clima de tensão era maior na América Espanhola, onde a divisão entre *criollos* e metropolitanos era bastante forte, diante de rígidos privilégios. O ponto de maior discórdia era a nomeação para os altos cargos públicos e autoridades administrativas, restritas aos espanhóis nascidos na península. No Brasil, embora houvesse disputa pela ampliação da autonomia, a cisão com os portugueses não era tão marcada: mais de uma vez, brasileiros foram chamados para importantes posições dentro do governo metropolitano. Um deles fora o próprio José Bonifácio, que assumiu, logo no início do século XIX, importantes cargos como o de intendente-geral das Minas e Metais do Reino e superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra, além de ter sido membro da Academia de Ciências e Letras de Lisboa e do tribunal de Minas.

A política fiscal acirrou ainda mais o já forte descontentamento americano. A pressão dos impostos em toda a América Ibérica, reunida às demais transformações promovidas desde 1750, levaram à eclosão de movimentos de protesto e revoltas por todo o continente, ficando famosas as dos *Comuneros* (Nova Granada, 1781), a de *Túpac Amaru* (Peru, 1780), a *Inconfidência Mineira* (Minas Gerais, 1789) e a *Conjuração dos Alfaiates* (Bahia, 1798). Mais do que manifestações de resistência às reformas e aos impostos, tais movimentos trouxeram à tona conflitos e tensões sociais e raciais abafados ao longo de todo o século XVIII, que seriam responsáveis pela instabilidade.

Frequentemente tidos pela história tradicional como precursores das campanhas pela emancipação, tais movimentos pouco tiveram relação com as lutas que se seguiram. Segundo Roberto Breña, tais revoltas na América Espanhola respondiam à política fiscal dos impérios e

³⁶ SILVA, Ana Rosa Claclet da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006, p. 181.

pouca influência receberam do pensamento ilustrado – ainda muito incipiente na colônia –, não contribuindo, assim, com os movimentos de independência.³⁷ No caso brasileiro, segundo Rogério Forastieri da Silva, a relação com os “movimentos nativistas” fora estabelecida por historiadores tradicionais, que viam a independência como um fato inexorável.³⁸ Todavia, John Lynch aponta que:

embora não tenham formulado as idéias da independência, os rebeldes ajudaram a criar um clima de convicções, que representava um desafio fundamental aos preceitos tradicionais. [...] Além disso, as revoltas sublinharam o fato de que o governo vinha de fora. Nesse sentido, constituíram mais um degrau no desenvolvimento da auto-consciência colonial, um sinal mais brilhante, embora inexplicado, de um nacionalismo incipiente, uma defesa eloquente da identidade e dos interesses que eram demonstravelmente diferentes da metrópole.³⁹

Ainda que seja cedo para se falar propriamente em “nacionalismo”, é fácil perceber que, nas duas últimas décadas do século XVIII, se construíram ideias de americanidade e regionalidade, frequentemente expostas pela literatura colonial. Os jesuítas, expulsos da América Portuguesa em 1759 e da Espanhola em 1767, são alguns dos primeiros a levantar a temática – entre eles, Juan Pablo Viscardo y Guzmán.⁴⁰ Também começaram a surgir entre os habitantes da colônia ideias de liberdade, próprias de um pensamento iluminista – e, mais tarde, liberal –, basta notar o lema *libertas quæ sera tamen* da Inconfidência Mineira. Apesar de incipiente, a ilustração já se fazia notar e, na primeira década do século XIX, sua presença era comum nas rodas das elites americanas, tornando-se parte do cotidiano dessa classe.

Não era possível, na prática, manter a Ilustração nos comedidos limites do enciclopedismo autorizado e, simultaneamente, impedir que a exploração dos temas

³⁷ BREÑA, Roberto. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2006, p. 261 et seq.

³⁸ SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e nativismo: a história como “biografia da nação”**. São Paulo: Hucitec, 1997. Ver especialmente página 82.

³⁹ LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: da Independência até 1870**. v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 60 e 61.

⁴⁰ Mencionado às p. 18 e 21 da introdução deste trabalho. Ver também LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). op.cit., p. 61 et seq. A questão da expulsão dos jesuítas é especialmente cara a Francisco de Miranda, o qual redige, em 1787, uma lista com os nomes dos americanos atingidos pela medida.

políticos pela inteligência libertada levasse à revolucionária condenação do poder de origem divina e hereditário na sucessão.⁴¹

Na América Espanhola, a liberação do comércio empreendida por conta dos problemas fiscais da Coroa em meados da década de 1790 “provocó naturalmente una enorme difusión de libros, impresos e ideas en general”.⁴² Paralelamente, ideias e textos contrários à administração colonial e favoráveis às novas ideias começaram a circular intensamente pelo continente, propiciando o surgimento de movimentos favoráveis à separação.

Dessa forma, ainda que as revoltas contra os impostos e o pensamento ilustrado do final do século XVIII não possam ser tomados como precursores das lutas pela emancipação, é inegável a sua contribuição. Sem a exposição das tensões e dos conflitos sociais e raciais, ou a circulação das ideias ilustradas, não haveria espaço para pensar a América como algo separado das metrópoles. E, sem isso, não se chegaria à emancipação.

Aprendendo com o mundo: as viagens de Bonifácio e Miranda

Por caminhos bastante diferentes, Francisco de Miranda e José Bonifácio chegaram à Península na segunda metade do século XVIII. O primeiro, primogênito de um imigrante canário, membro das milícias caraquenhãs, seguiu para a Espanha com o intuito de integrar o exército metropolitano. O segundo, filho de um rico comerciante de Santos, foi a Portugal estudar na Universidade de Coimbra, prática comum entre a elite brasileira. Nos dois casos, a ida à metrópole foi a porta de entrada para o velho continente. Viajando por diversos países, Miranda e Bonifácio puderam ver de perto as transformações vividas pela Europa ao final do século, conviver com personagens importantes da política e conhecer as diferentes formas de governo que coexistiam, o que teve grande influência em seus projetos políticos.

Chegando à metrópole

No início da década de 1770, Francisco de Miranda é aceito no exército de Sua Majestade e embarca para Cádiz, seguindo depois para Madrid. Como já visto, a essa época a

⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial**: administração, economia, sociedade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2011. (História geral da civilização brasileira, t. I, v. 2), p. 418.

⁴² BREÑA, Roberto. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824**: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico. México: Colmex, 2006, p. 279.

Espanha estava às voltas com as reformas borbônicas na tentativa de reerguer o Império a partir das possessões ultramarinas. Incorporado à força militar metropolitana, Miranda participa de diversas missões que têm como objetivo a manutenção desses territórios, um dos principais instrumentos da Coroa para subjugar suas colônias.

Já em 1772, recebe a patente de Capitão do Regimento de Infantaria da Princesa, e, em 1780, é incorporado ao Segundo Batalhão do Regimento da Princesa, quando segue para Havana. Pouco depois, é enviado à Flórida para combater os soldados ingleses. Na batalha de Pensacola, tem seu primeiro contato com a Guerra de Independência dos Estados Unidos e, a partir de então, aproxima-se da causa americana. Começa assim seu sonho de libertar a terra natal.

Sua simpatia pelo movimento levanta suspeitas dentro do exército e ele é acusado de atividades ilícitas. Em 1783, novamente em Havana, deserta do exército espanhol e foge para os Estados Unidos, o primeiro de muitos países pelos quais passará na busca pelo melhor modelo para a *Colômbia*, seu grande projeto de nação americana que ligaria o sul do Mississippi ao Cabo Horns.

Nesse mesmo ano, Bonifácio chega a Portugal e matricula-se na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Pouco antes, como parte da reforma educacional de Pombal, haviam sido fundadas nela as faculdades de Filosofia e Matemática, com o intuito de melhorar a formação dada aos filhos da elite, os quais ocupariam, no futuro, os mais altos cargos do governo. Com isso, o ministro pretendia torná-los capazes de renovar as estagnadas diretrizes políticas e economias do Reino, recuperando-o da decadência. O brasileiro aproveita esta oportunidade e, um ano depois, matricula-se nos dois novos bacharelados, que incluíam aulas na área de física, química e biologia.

Assim, ao se graduar ao final da década, Bonifácio era não só versado em leis, mas também um cientista e um humanista. Seu amplo conhecimento serve de passaporte para integrar o restrito círculo da elite portuguesa e, em 1789, ingressa na Academia das Ciências e Letras de Lisboa, “um dos principais centros do pensamento ilustrado lusitano”.⁴³ No ano seguinte, apresenta seu primeiro trabalho, *Memória sobre a pesca das baleias e a extração do azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias*, através do qual começa a se definir como um dos principais pensadores do Império Português. A visibilidade de seu trabalho intelectual e científico faz com que o governo lhe conceda uma bolsa para “adquirir,

⁴³ DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. In: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. Organização e introdução de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 15.

por meio de viagens literárias e explorações filosóficas, os conhecimentos mais perfeitos da Mineralogia e mais partes da Filosofia e História Natural”.⁴⁴ Além de estudar, Bonifácio também deveria ter contato com embaixadores e dirigentes políticos para desenvolver formas de aplicação do seu conhecimento em funções estatais.

Descobrindo o mundo

Enquanto Bonifácio começa seus estudos em Portugal, Francisco de Miranda inicia sua peregrinação a partir dos Estados Unidos. Após a deserção, rumo à Carolina do Norte e passa os próximos 18 meses conhecendo o restante do país. Nesse período, estuda profundamente a Revolução Americana e as bases de seu governo democrático, tendo seus primeiros contatos com grandes líderes da jovem nação, entre eles o próprio George Washington. Com Henry Knox e Alexander Hamilton, trata de suas ideias de libertação da América Ibérica. Em 1785, retorna à Europa e, da Inglaterra, parte para sua viagem pelo Velho Mundo.

Miranda visita muitos lugares ao longo de quatro anos, percorrendo de uma ponta a outra da Europa para conhecer cada vez mais as formas de governo e as práticas políticas europeias. Em 1786, chega à Rússia de Catarina, a Grande, e se torna seu protegido. Integrando o séquito da rainha como “Coronel de Miranda, americano del Sur”, o futuro revolucionário conhece por dentro um dos principais despotismos ilustrados europeus. Ao deixar o país no ano seguinte, continua sua viagem pela Europa ainda sob a proteção da czarina e do Príncipe Potemkin, os quais lhe ofertam um passaporte russo e a acolhida de seus diplomatas, para que estivesse a salvo dos espanhóis, ainda em seu encalço. Sua peregrinação pelo Velho Mundo, sempre exaustivamente registrada em seus diários, termina no mesmo lugar em que havia começado: na Inglaterra. Desta vez, Miranda empreende esforços maiores para conquistar adeptos à libertação da América, contatando, entre outras pessoas, o primeiro-ministro inglês, William Pitt.

Sem conquistar o apoio do governo britânico e seduzido pelo que então se falava sobre a revolução que ocorria na França, Miranda parte para Paris em 1792. Algum tempo antes, a cidade luz fora a primeira parada da viagem de estudos de José Bonifácio. Chegando ao país logo após a eclosão do movimento revolucionário, o brasileiro se identifica com seus

⁴⁴ Decreto de 18 de fevereiro de 1790 apud CALDEIRA, Jorge. Introdução. In: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 15.

propósitos, mas não se desvia de seus objetivos científicos. Dedicar-se ao curso e apresenta, na Sociedade de História Natural de Paris, sua *Memória dos diamantes do Brasil*, publicado posteriormente nos *Annales de Chimie* quando já estava em Freiburg. O artigo impressiona tanto a comunidade científica francesa que Bonifácio é admitido naquela entidade e também na Sociedade Filomática de Paris, fato inédito para um cientista do império português.

O clima político na Saxônia era bem diferente do francês e Bonifácio fica admirado ao notar o caráter ordeiro do povo. Mais uma vez, o brasileiro se dedica com afinco aos seus estudos de mineralogia e aproxima-se dos irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt. Após estes anos de formação, em 1794, Bonifácio parte para uma viagem de aprofundamento de suas pesquisas por outros países da Europa. O percurso, que englobou minas nas regiões da Áustria, Dinamarca, Noruega entre outras localidades, inicia-se por uma rápida passagem em Paris, à época do auge do Terror, coincidindo com a estadia de Miranda na França, bem mais extensa que a do brasileiro.

O caraquenho, ao chegar em Paris portando cartas de recomendação dirigidas a alguns dos mais importantes membros da Gironda, logo é convidado a integrar o Exército Revolucionário, sob a patente de Marechal de Campo, e desiste de retornar tão cedo à Inglaterra. Como militar, estende sua rede de relações e difunde entre os franceses seu projeto de libertação da América. A Convenção propõe a Miranda apoiar um ataque sob seu comando à Espanha e às suas possessões na América, o qual não se efetiva. Pouco depois, o venezuelano se desilude com as instabilidades políticas da França, dividida entre absolutistas, moderados e radicais liberais, as quais levam à sua deportação pelo Diretório em 1797. Miranda retorna a Londres e tenta, novamente, angariar o apoio inglês à causa americana, ação que só daria os primeiros frutos no início da década seguinte.

A essa época, Bonifácio retorna a Portugal tendo colocado seu nome entre os membros das mais importantes sociedades científicas da Europa e, em 1801, é chamado para organizar a cadeira de metalurgia em Coimbra. Estreita, cada vez mais os laços com Rodrigo de Souza Coutinho e seu grupo, sendo nomeado para diferentes cargos no governo, entre eles o de intendente-geral das Minas e Metais do Reino, diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa e superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra. Durante o tempo em que se mantém a serviço do governo metropolitano, Bonifácio enfrenta duas grandes dificuldades: o distanciamento das atividades científicas por conta das funções burocráticas e a resistência dos funcionários reais às novas práticas. Tal situação era fonte de desgosto para o brasileiro, que sonhava em aposentar-se e voltar à terra natal.

Estabelecidos na Europa, os dois americanos sofreriam em breve o impacto da invasão francesa à Península, alterando substancialmente o cenário metropolitano e as relações inglesas com a Ibéria. A nova conjuntura afetaria em cheio os planos de libertação de Miranda e desvendariam mais uma faceta do estadista José Bonifácio, a de militar.

Napoleão e a Península

Em 1799, o general Napoleão Bonaparte assume o Consulado e, pouco tempo depois, começa a guerra contra a Inglaterra. Em 1804, é coroado imperador da França e, três anos depois, decreta o Bloqueio Continental, o que coloca Espanha e Portugal em uma situação bastante delicada. Ambos os países insistem em não romper as relações políticas e comerciais com os ingleses e, em resposta, o exército napoleônico avança sobre a Península, tomando primeiro a Espanha, depois Portugal. A corte lusitana foge antes das tropas francesas atingirem a capital, mas a realeza espanhola não tem a mesma sorte e seu rei é deposto e substituído pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte. A invasão modifica radicalmente as bases de governo nos dois países e, conseqüentemente, suas relações com os territórios de ultramar. Como será visto mais adiante, o novo quadro propiciará a formação de juntas de governo na América Espanhola e a elevação do Brasil a Reino, fatos que impulsionarão os movimentos emancipatórios nas colônias americanas.

Quando Napoleão toma Lisboa, Bonifácio ainda está em Portugal. Como um dos maiores pensadores portugueses, o brasileiro ingressa no Corpo Militar Acadêmico em 1808 e logo assume o seu comando. Com a retomada da cidade do Porto, é nomeado seu inspetor de polícia e superintendente da Alfândega e Marinhas, somando estes aos demais cargos.

Restabelecida a autoridade portuguesa, a distância da corte e dos principais dirigentes políticos é sentida fortemente na península, uma vez que ocasiona prejuízos e imensas dificuldades burocráticas. O descontentamento só se agrava com a presença dos ingleses no governo que se forma em Portugal. Como estes capitanearam as lutas e a expulsão dos franceses, seu comandante, o marechal Beresford assume o governo em nome do rei.

Nesta situação, as dificuldades já sentidas por Bonifácio com o tradicionalismo dos funcionários do governo só pioram. Para compensar, o brasileiro concentra-se cada vez mais nas suas obras científicas, sendo nomeado secretário da Academia das Ciências de Lisboa. Nesse período, publica, entre outros textos, *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areais de beira-mar*;

seu método de sementeira, costeamento e administração (1815), *Memória sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo* (1817). Também profere o *Elogio Acadêmico* (1817), no qual homenageia a rainha Maria I e expõe suas mais recentes ideias políticas. Pouco depois, recebe autorização para aposentar-se e voltar ao Brasil, embarcando já em agosto de 1819.

A guerra na Espanha também teve uma forte presença inglesa, o que prejudicaria as relações de Miranda com o governo britânico: seus planos para uma segunda expedição, após o fracasso de 1806, caem por terra com essa nova aliança militar, como será visto adiante.

América Espera

América Espera é o título de um documento de Francisco de Miranda enviado a William Pitt, no qual solicita o auxílio inglês para por fim ao domínio espanhol, a partir da descrição das agruras vividas pelos americanos que ansiavam a liberdade. Este fora o objetivo de vida do caraquenho: conseguir reunir forças e recursos que tornassem possível a *Colombia*, uma grande nação americana que se estenderia do sul das Treze Colônias até a Patagônia, incluindo até mesmo o Brasil.

O sonho de uma grande e única nação nasce em 1782 após a batalha de Pensacola, quando Miranda, integrante do exército espanhol em luta contra as forças inglesas na disputa pelo território da Flórida, tem contato com as ideias e propostas da Guerra de Independência norte-americana e decide desertar em prol da defesa da liberdade. Até esse momento, “no hubiera aparecido en nadie ni en lugar alguno, la idea de América como unidad, vale decir, como principio motor de una voluntad de lucha, como elemento nítido de una estrategia planetaria.”⁴⁵ Ao amigo Emmanuel Serviez, confessara: “Mi primer pensamiento de hombre ha sido un sentimiento de celo nacional. Participando en la emancipación de los Estados Unidos, el primer impulso de mi alma fue un voto por la liberación de los lugares que me vieron nacer”.⁴⁶

Começa, então, sua peregrinação pelos mais diferentes países, estudando suas formas de governo, suas estratégias militares e defendendo a liberdade. Em mais de trinta anos de viagens pela Europa e Estados Unidos, Miranda divulgou os problemas enfrentados pelos

⁴⁵ SALCEDO-BASTARDO, J. L. Prologo. In: MIRANDA, Francisco de. **América espera**. Seleção, prólogo e títulos: J. L. Salcedo-Bastardo. Cronología: Manuel Pérez Vila, Josefina Rodríguez de Alonso. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. XV.

⁴⁶ Ibidem, p. XIII.

americanos, frutos da submissão colonial, e a ideia da libertação do continente, buscando, com isso, angariar apoio e financiamento para os planos de emancipação.

Do outro lado do atlântico, as tentativas de libertação

Logo nas primeiras vezes em que esteve nos Estados Unidos e na Inglaterra, Miranda começou a difundir seu projeto entre seus principais líderes políticos. Durante o período em que esteve na França integrando o exército girondino, tentou conquistar o apoio de membros do partido para sua luta. Contudo, somente em 1801 começam a ser delineadas as negociações que levariam efetivamente à formação de uma expedição libertadora para a América.

Com a saída de William Pitt do gabinete britânico, as discussões, iniciadas em 1790, continuam com Nicolás Vansittart. Embora o inglês fosse bastante simpático às ideias de uma revolução na América Espanhola, Miranda consegue apenas alguns acenos sobre o apoio e o financiamento de uma expedição sob seu comando. Como as relações entre a Inglaterra e a Espanha oscilam e dependem da complexa rede de alianças entre diversas nações europeias, o governo inglês tem sérios receios de se comprometer com os planos do americano. A questão é levada em banho-maria até 1805 quando, cansado de esperar uma posição definitiva e oficial dos ingleses, Miranda reúne alguns recursos e parte para os Estados Unidos na esperança de obter apoio do governo norte-americano, sem sucesso. Ainda assim, consegue juntar com certo esforço armas, equipamentos, barcos e tripulação, zarpando com sua expedição em 02 de fevereiro de 1806 rumo à América.

Ao saber de suas intenções, o governo espanhol se prepara para um forte contrataque, que conta com o apoio até mesmo dos próprios americanos, receosos de ter na Venezuela um movimento semelhante ao do Haiti. A preocupação dos mantuanos era ainda maior por conta da participação de Miranda no exército girondino e seus contatos com as nações liberais – Inglaterra e Estados Unidos –, levando-os a se unirem às forças imperiais que, assim, frustram os planos do revolucionário.

Decepcionado, porém não desmotivado, Miranda volta para a Inglaterra e reinicia sua campanha para angariar recursos e apoio em uma nova tentativa de libertação do continente americano, e consegue do governo a promessa de financiamento da nova expedição. Entretanto, às vésperas da partida, diante da invasão napoleônica, as forças são redirecionadas para a Península Ibérica: era o fim do apoio inglês. Com a guerra contra os franceses, a

Espanha passava a ser aliada inglesa e o americano torna a ver seu sonho cair por terra. Isolado e desiludido, recomeça o trabalho por mais uma expedição, também frustrada.

Sem poder agir, o caraquenho dá vazão às ideias através do jornal *El colombiano*, que editava em Londres, enquanto a revolução eclodia em Caracas. Negando a submissão ao Conselho de Regência, estabelecido em decorrência da Junta de Governo de Sevilha, seus conterrâneos instauram em 1810 uma Junta independente e provisória e se iniciam as brigas. Ao final daquele ano, Miranda retorna a Caracas para se juntar à luta em solo americano.

Lutando agora na Venezuela

Na Venezuela, o movimento revolucionário se expandiu rapidamente – favorecido pela rapidez das informações vindas da metrópole, resultante da proximidade geográfica com a Península –, caracterizando-se como a primeira grande mobilização nesse sentido da América. Logo criou-se a Sociedade Patriótica de Caracas, órgão deliberativo inicial do governo revolucionário, cujos membros defendiam a ruptura por acreditarem na incapacidade da metrópole para promover as mudanças necessárias ao sistema colonial, ainda que recuperassem a autonomia. Entre seus integrantes estava Simón Bolívar, caraquenho que seria consagrado posteriormente como o grande herói do movimento e que fora o responsável pelo retorno de Francisco de Miranda à terra natal no final de 1810.

Apesar de não ter participado das primeiras fases da luta na Venezuela, Miranda chega a tempo de assinar a declaração de independência, proclamada em julho de 1811 pelo congresso que substituíra a Sociedade. Meses depois, a constituição liberal da Primeira República Venezuelana, inspirada na constituição norte-americana, é promulgada. Tanto Bolívar quanto Miranda tinham grande admiração pelos Estados Unidos e seu regime de governo, ainda que resistssem a vê-lo como um modelo a ser seguido à risca na América. Acreditavam que, pelas diferenças históricas e sociais entre os dois países, o mais adequado na Venezuela seria um governo centralizado, o que levou Bolívar a seguir práticas bastante autoritárias.

De qualquer maneira, a opção por uma ou outra forma de governo e a definição de suas bases não era tarefa fácil para a Venezuela. Nem a capitania geral, criada 35 anos antes, nem a república, recém proclamada, tiveram tempo o bastante para estabelecer laços de união entre seus habitantes, o que se constituiu como um dos principais empecilhos para o

estabelecimento do novo poder.⁴⁷ As tensões sociais e raciais também contribuíram para a desestabilização do governo, pois as alterações trazidas pela constituição liberal em pouco transformavam estruturalmente a sociedade.

Mapa 1 – As Guerras de Independência na América do Sul Espanhola: o teatro das ações no norte (BETHELL, Leslie. **História da América Latina: da Independência até 1870.** v. 3. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2004, p. 138.)

Esse quadro abre espaço para a recuperação espanhola em março de 1812, com a chegada de reforços para o exército metropolitano comandados por Domingo de Monteverde. O terremoto do dia 26 também fora crucial, já que destruíra boa parte das regiões controladas pelos rebeldes, sem atingir de maneira significativa os redutos realistas, provocando sérios prejuízos financeiros e organizacionais às forças revolucionárias. O desastre natural abalou ainda mais as bases de apoio do movimento por ser visto como um sinal claro da preferência divina pelos metropolitanos.

Procurando reverter a situação favorável aos reinóis, Miranda é nomeado comandante supremo com amplos poderes, o que pouco resolveu diante da desconfiança mantida por seus contrerrâneos. As batalhas não vão nada bem e ele é obrigado a capitular pouco depois de Bolívar abandonar Puerto Cabello por conta de uma rebelião de presos legalistas. Os termos de sua rendição levantam suspeitas e o comandante é entregue por Bolívar e alguns companheiros ao exército inimigo. Miranda é preso e enviado à Espanha no final do ano seguinte, onde permanece como prisioneiro em Cádiz enquanto as tropas revolucionárias buscam caminhos para se reerguer.

⁴⁷ BUSHNELL, David. A independência da América do Sul Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: da Independência até 1870.** v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 136.

A liberdade nas mãos de Bolívar

Ao final de 1812, Bolívar chega à Nova Granada, disseminando a revolução iniciada em Caracas. Em novembro do ano anterior, parte do antigo Vice-Reino havia se reunido como Províncias Unidas de Nova Granada, uma federação que não conseguira congregiar toda a área. Boa parcela do território, encabeçado por Bogotá, constituiu o Estado da Cundinamarca e outro tanto se manteve leal ao Conselho de Regência espanhol, incluindo a região do Panamá. A situação de rivalidades políticas locais era ainda mais delicada que a da Venezuela, enfraquecendo o movimento pela emancipação. Como resultado, suas províncias declararam independência separadamente, começando por Cartagena no mesmo mês da criação da federação.

Com a ajuda das Províncias, Bolívar retoma o combate às forças metropolitanas na Venezuela em 1813, iniciando sua *Campaña Admirable* a oeste de Caracas. Pouco antes, Santiago Mariño havia tomado parte da região a leste. As duas ações propiciaram a derrubada de Monteverde, cujo governo enfrentava problemas com a Espanha por ter se recusado a aceitar a constituição liberal de Cádiz. A Segunda República é instaurada e focos de resistência à revolução são formados por guerrilheiros de los Llanos, liderados por José Tomás Boves, nada satisfeitos com a permanência das tensões sociais mesmo com o novo governo. As forças de Bolívar e Mariño são esmagadas e a república é derrubada em 1814. As tropas revolucionárias lideradas por Bolívar seguem para a Nova Granada, onde contribuem em suas lutas pela emancipação.

No ano seguinte, com a restauração do trono de Fernando VII, o governo espanhol tenta recuperar o domínio sobre as possessões americanas e envia para isso tropas chefiadas por Pablo Morillo. Encontrando Caracas livre dos revolucionários devido à ação dos guerrilheiros, as forças metropolitanas avançam sobre a Nova Granada, retomando o controle dos territórios para a Coroa. Tal operação culmina com a reconquista de Quito em 1816, mesmo ano em que morre Francisco de Miranda em sua prisão de Cádiz, distante da luta que buscara a vida toda.

De norte a sul e o inverso: Monteagudo pelos caminhos da independência sul-americana

Nascido em Tucumán em uma família de poucas posses, Bernardo Monteagudo só conseguiu ir para a Universidade por indicação de um padre amigo da família. Ainda jovem,

se envolveu nas lutas pela independência, permanecendo junto aos principais líderes do movimento até sua morte, angariando amores e ódios.

Os estudos sobre a vida e o pensamento deste personagem conhecido pelo seu pensamento oscilante, já começam com uma controvérsia: o ano de seu nascimento. Sobre isso, Marcelo Posse afirma que, embora apareça a data de 1785 em um monumento no Parque de los Patricios (Buenos Aires), o próprio Monteagudo teria afirmado em juízo, após os levantes de Chuquisaca e La Paz, ter nascido em 1790.⁴⁸ Fabián Herrero, na breve cronologia que fez, apresenta a mesma data do monumento.⁴⁹ Já Felipe Pigna⁵⁰ e Maria Lígia Coelho Prado⁵¹ indicam seu nascimento no ano de 1789, o mesmo da queda da Bastilha. Apesar de recorrentes, não foram encontradas diferenças de data maiores que cinco anos, nem discordâncias em relação à sua trajetória política a partir dos primeiros levantes em Chuquisaca. Assim, diferentemente do que fora feito com Bonifácio e Miranda, a biografia e a contextualização da vida de Monteagudo cobrirão deste momento até seu assassinato em Lima, por ser o percurso central para as discussões propostas.

As primeiras lutas no Alto Peru

Bernardo Monteagudo graduou-se em teologia, na Universidade de Chuquisaca (ou Charcas), um dos polos educacionais do Vice-Reino do Rio da Prata juntamente com a Universidade de Córdoba, onde também estudaram Mariano Moreno e Juan José Castelli. A esta época, teve contato com textos de autores clássicos e enciclopedistas franceses que influenciaram suas ideias. Logo cedo, envolveu-se nos movimentos pela emancipação, sendo um dos líderes da revolta de maio de 1809.

Precedido por outros levantes de menor monta em Montevideu, Buenos Aires e Caracas, o movimento de Chuquisaca foi o primeiro a se prolongar e se estender para outras cidades. O estopim de tais revoltas foi a invasão de Napoleão à Espanha e a consequente deposição de Fernando VII. Diante disto, os hispano-americanos se viram divididos em: a) submeter-se à autoridade da junta de governo provisório estabelecida em Sevilla; b) sucumbir

⁴⁸ POSE, Marcelo. Bernardo de Monteagudo, un intelectual al servicio de la política. In: MONTEAGUDO, Bernardo de. **Patriotas**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009. (Biblioteca Nacional de Identidad, 1), p. 9.

⁴⁹ HERRERO, Fabián. **Monteagudo: revolución, independencia, confederacionismo**. Buenos Aires: Cooperativas, 2005. (Politeia de Ciencias Sociales), p. 53.

⁵⁰ PIGNA, Felipe. Estudio preliminar. In: MONTEAGUDO, Bernardo de. **Escritos políticos**. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 7.

⁵¹ PRADO, Maria Ligia C. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. **História**, Assis, v. 22, n. 2, p. 15-34, 2003, p. 17.

à dominação francesa e ao rei José (Bonaparte) I; c) aceitar a proposta de reinado de Carlota Joaquina; ou d) criar juntas de governo provisório na América, assim como fora feito na Península. A imensa situação de crise que se seguiu, bem como a insatisfação com os vice-reis foi o ingrediente final para propiciar a instabilidade e os conflitos.

A revolta em Chuquisaca fora resultado da disputa entre a facção que apoiava o carlotismo e a que defendia a autonomia das colônias, baseados na premissa de que as terras americanas eram um domínio pessoal de Fernando, não podendo assim ser governadas nem por sua irmã, nem por uma junta espanhola. Este último grupo liderou o levante e instaurou uma junta de governo em maio de 1809, cujos reflexos chegaram até La Paz, onde também se criou uma junta dois meses depois. O movimento foi fortemente reprimido por José Manuel de Goyeneche, representante plenipotenciário da Junta de Sevilla, e por José Fernando de Abascal y Sousa, vice-rei do Peru – este partidário do reconhecimento da Junta de Sevilla, aquele, carlotista.⁵² Com o fim da revolução, Monteagudo é preso junto com os demais líderes e condenado à morte.

Enquanto aguardavam o cumprimento de suas sentenças, os prisioneiros recebiam notícias sobre a marcha do exército libertador em direção ao Alto Peru, sob o comando de Juan José Castelli. Monteagudo, ansioso por juntar-se às suas fileiras, foge da prisão em novembro de 1810 e o alcança em Potosí. Tão logo se coloca à disposição das forças expedicionárias, o tucumano é incorporado com o cargo de secretário, devido à sua já conhecida fama de revolucionário. Apesar das importantes vitórias, o exército é massacrado por Goyeneche em junho de 1811, batendo em retirada para Tucumán e se dispersando. Monteagudo e Castelli seguem para Buenos Aires, onde este é julgado pelos atos cometidos contra os inimigos do movimento.

A essa altura, o clima de levantes já atingira diversas regiões da América Espanhola. Em 1809, Quito também havia instaurado sua junta, jurando lealdade a Fernando VII, e, no ano seguinte, foi a vez de Caracas e Buenos Aires aderirem à onda revolucionária.

Engrossando a revolução em Buenos Aires

Chegando à futura capital argentina, Monteagudo logo se une ao grupo de Mariano Moreno e começa a publicar textos na *Gaceta de Buenos Aires*. O periódico, editado pelo

⁵² Fora Goyeneche que levou ao Rio da Prata os documentos com a proposta de protetorado de Carlota Joaquina ao Vice-Reino.

amigo, era usado para difundir ideias radicais e preparar a população para reformas mais amplas que as empreendidas pela Revolução de Maio.

O movimento revolucionário portenho havia começado anos antes, com a instauração de uma junta de governo na cidade sob a presidência de Cornelio Saavedra, a qual jurou lealdade a Fernando VII, mas rejeitou o Conselho de Regência – antiga Junta de Sevilla. “A base de poder dessa junta estava nas unidades milicianas formadas para combater as invasões inglesas de 1806/1807”⁵³ e Moreno tinha grande influência sobre ela, uma vez que era um de seus dois secretários.

Inicialmente, Saavedra conduziu as mudanças com certo conservadorismo, apenas ampliando e reformulando algumas medidas que o vice-rei, Baltasar Hidalgo de Cisneros, já havia estabelecido anteriormente. Sua defesa do igualitarismo não trouxe transformações de fato, apenas serviu para reduzir os privilégios dos espanhóis e estimular o apoio popular. “aconteceu que as mesmas pessoas, ou os mesmos tipos de pessoas que haviam dominado a sociedade provincial sob o antigo regime continuaram a fazê-lo sob o novo, e poucas tentaram algo mais radical do que ampliar a própria influência.”⁵⁴ A radicalidade se viu somente em relação aos suspeitos de deslealdade à causa, os quais receberam um tratamento bastante duro, gerando ainda mais opositores.

A disputa entre morenistas – defensores do radicalismo –, saavedristas e as demais facções políticas não teve fim e em 1811 a junta foi derrubada, sendo substituída pelo Primeiro Triunvirato. Em outubro de 1812, um novo levante, liderado por San Martín e pelos membros da Sociedade Patriótica e da Loja Lautaro – entre eles Monteagudo –, derruba outra vez o governo e instaura o Segundo Triunvirato. É decretada a abertura da Assembleia Geral Constituinte de 1813, da qual Bernardo Monteagudo participa como deputado eleito por Mendoza.

Na prática, a Assembleia do Ano XIII – como ficou conhecida em alusão ao seu tom jacobino – pouco impacto causa na estrutura social. Suas reformas mais retificam e formalizam mudanças já presentes na sociedade do que modificam sua essência – nem mesmo se redigi uma declaração de independência. Seus membros se concentram no propósito de unificar todo o Vice-Reino com o nome de Provincias Unidas del Río de la Plata, sob o

⁵³ BUSHNELL, David. A independência da América do Sul Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: da Independência até 1870**. v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 130.

⁵⁴ Ibidem, p. 145.

comando de Buenos Aires. Enviam, para isso, tropas às regiões mais distantes, incluindo o Alto Peru e Montevideu, onde as campanhas fracassaram.

Mapa 2 – Vice-reinado do Rio da Prata e intendenções [cerca de 1782]. (ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, Guillermo; CHIARAMONTE, José C. **Historia da Argentina: de la conquista a la independencia**. v. 2. Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 293.)

A principal facção da Assembleia é a resultante da união dos grupos de Moreno e San Martín, que difunde seu discurso radical através do *Redactor de la Asamblea del año XIII*. O jornal conta com a colaboração de Monteagudo, que deixa a *Gaceta* após uma briga com Bernardino Rivadavia – então secretário do Triunvirato. O tucumano também participa ativamente de outros dois periódicos: *El Mártir o Libre* – fundado e dirigido por ele mesmo – e *El Grito del Sud*.

O Segundo Triunvirato logo é substituído pelo Diretor Supremo, Carlos María de Alvear, um dos fundadores da Loja Lautaro. Monteagudo se alinha ao novo governo e passa a publicar o jornal *El Independiente*, no qual apoia incondicionalmente sua política.⁵⁵ Com a queda de Alvear, é exilado junto ao governante em 1815, todavia o desterro dura pouco e o revolucionário volta em 1817 para se unir ao Exército Libertador de San Martín.

Nesse meio tempo, enquanto Monteagudo passa por diversos lugares – Rio de Janeiro, Paris, Londres e possivelmente Estado Unidos – vendo de perto as transformações vividas por outros países, é instaurado o Congresso de Tucumán em substituição ao governo de Alvear. Embora tenha se mostrado ainda mais conservador que a Assembleia, o Congresso proclama a independência das Províncias Unidas a 9 de julho de 1816, reconhecendo a ruptura inevitável diante da restauração absolutista na Espanha. Em 1817, sob o comando do Diretor Supremo Juan Martín de Pueyrredón, o colegiado se muda para Buenos Aires e finalmente conclui, em 1819, a constituição.

Rumo ao norte: a campanha com San Martín e a libertação de Lima

Desde que voltara da Europa em 1812, José de San Martín sempre fora contrário a uma investida no Alto Peru pelo sul. Os fracassos de Castelli e Manuel Belgrano já haviam mostrado o quão difícil seria concluir tal empreitada, indicando que novas tentativas não teriam sucesso. Para ele, o melhor a fazer era chegar lá passando primeiro pelo Chile, onde acreditava poder encontrar uma situação mais favorável às forças revolucionárias. Somente no governo de Pueyrredón é que San Martín consegue o apoio necessário e, no início de 1817, as tropas estão prontas para seguir viagem. Bernardo Monteagudo regressa do exílio e o acompanha como Auditor de Guerra do *Ejército de los Andes*, com a patente de tenente coronel.

Àquela época, o Chile estava sob o governo da contrarrevolução realista, no poder desde 1814. Assim como o Paraguai, os chilenos haviam instaurado uma junta de governo independente da sevilhana e da portenha no início da década de 1810, entretanto, os conflitos entre as diferentes facções e grupos políticos tornara o governo insustentável. Em 1813, Bernardo O'Higgins assumiu o governo no lugar de José Miguel Carrera, mas não conseguiu frear o exército peruano e refugiou-se em Mendoza, abrindo espaço para a retomada realista.

⁵⁵ PIGNA, Felipe. Estudio preliminar. In: MONTEAGUDO, Bernardo de. **Escritos políticos**. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 19.

Os excessos da repressão aos partidários da revolução ampliou o movimento de guerrilha, propiciando a boa acolhida ao exército de San Martín, o qual, junto a O'Higgins, conquista Santiago em 1817. Em uma assembleia improvisada, o governo chileno é oferecido ao comandante, que declina em favor de O'Higgins. A Ata de Independência, cuja redação é atribuída a Monteagudo, é proclamada pelo novo governo em 1º de janeiro de 1818. Com o Chile libertado, aguarda-se o melhor momento para a campanha até o Peru. Enquanto toma as providências necessárias junto com San Martín, Bernardo Monteagudo funda o jornal *El Censor de la Revolución*, no qual começa a rever suas posições mais radicais.

Mapa 3 – As Guerras de Independência na América do Sul Espanhola: o teatro das ações no centro (BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: da Independência até 1870. v. 3. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2004, p. 148.)

Rumo ao norte, o *Ejército de los Andes* toma as cidades de Pisco e Huacho, aproximando-se de Lima. A capital do Vice-Reino do Peru era, junto com Quito, o reduto realista e dela saíam as tropas para combater o movimento revolucionário por todo o domínio espanhol na América do Sul. “O papel peruano decorria tanto da relativa fraqueza do ímpeto revolucionário no próprio Peru quanto do sucesso do vice-rei José de Abascal na montagem da organização militar”⁵⁶ e sua participação era potencializada pela localização central no subcontinente. As frequentes intervenções contra levantes em outras áreas administrativas mostrava que o Vice-Reino havia recuperado a importância que tinha antes das reformas do

⁵⁶ BUSHNELL, David. A independência da América do Sul Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da Independência até 1870. v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 159.

século XVIII,⁵⁷ portanto, era fundamental que o exército revolucionário tivesse paciência no avanço de suas tropas.

Ao longo de 1820, aproveitando-se da revolução da Espanha e da disposição do novo governo em resolver de maneira pacífica a questão americana, San Martín procura negociar, sem sucesso, o fim da guerra com o lado inimigo. A entrada em Lima somente se efetiva em julho de 1821, com a retirada espontânea das tropas espanholas que ainda permaneciam na cidade. O *Ejército* adentra a capital pacificamente, sem sofrer resistências da população. A independência peruana é declarada e, sem outro líder tão forte quanto O'Higgins, San Martín assume o governo provisório com o título de Protetor. Ao seu lado, como Ministro de Guerra e Marinha, o comandante conta com Bernardo Monteagudo, seu braço direito na administração que viria a seguir.

O governo de Lima e os últimos dias ao lado de Bolívar

Ao assumir o governo em Lima, San Martín se depara com uma triste realidade: a cidade dependia de recursos da região de montanhas, justamente o local onde a resistência espanhola havia se recolhido. Sem provisões, o Protetor é obrigado a instituir tributos tão ou mais pesados que seus antecessores, causando a insatisfação popular. Sua severa política de perseguição e expulsão de espanhóis e contrários ao regime também não conquista a simpatia da elite *criolla*, pois boa parte dela mantinha estreitos vínculos com suas origens e não havia abraçado a causa revolucionária. Para piorar, seu apoio à ideia de uma monarquia pós-independência desagrada até os favoráveis ao movimento. Pelo papel que assumira no novo governo, a imagem de Bernardo Monteagudo logo é associada a essas medidas e a população passa a vê-lo como responsável por elas. A essa altura, já nomeado também Ministro de Governo e Relações Exteriores, o tucumano participa ativamente das decisões de San Martín e leva a cabo a fundação da Sociedade Patriótica local e a Biblioteca de Lima.

Em 1822, quando San Martín se afasta para encontrar Bolívar em Guayaquil, Monteagudo o substitui em Lima e sofre o golpe de Estado que derruba o governo revolucionário. Extremamente decepcionado com os rumos da emancipação, Monteagudo deixa dois importantes documentos: *Exposición. De las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822*, no qual narra todo seu percurso e de San

⁵⁷ BUSHNELL, David. A independência da América do Sul Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da Independência até 1870. v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 160.

Martín, desde a campanha a Lima até o momento do golpe; e *Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administación del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación*, um balanço sobre os problemas enfrentados na administração peruana. Em ambos, é possível perceber não só a transformação de suas ideias políticas, como a amargura por ver que seu sonho não havia se realizado. Por fim, retira-se de Lima e segue para o exílio em Quito.

Afastado do cenário das disputas, Monteagudo reencontra forças para voltar à luta pela emancipação. Após San Martín ter acertado sua retirada em favor das tropas de Bolívar,⁵⁸ Monteagudo se aproxima deste, colocando-se à disposição de seu exército. Assim, passa a integrar o grupo do caraquenho, quem lhe confia a tarefa de preparar o Congresso no Panamá, com o propósito de finalmente concretizar a ambição da unidade americana.

O último grande conflito militar na luta pela independência foi a Batalha de Ayacucho, em dezembro de 1824. Nesse mesmo ano, o revolucionário redige *Ensayo. Sobre la necesidad de una federación general entre los Estados hispanoamericanos y plan de su organización*, no qual delineia um plano republicano e federalista para proteger os Estados hispano-americanos de um possível ataque da Santa Aliança.

Ainda que estivesse com as esperanças renovadas e próximo ao líder venezuelano, Monteagudo continua cercado por seus inimigos. Retornando a Lima no início de 1825, é assassinado, provavelmente a mando de seus adversários. Bolívar e San Martín se empenham em esclarecer as circunstâncias e os motivos do crime, todavia, persistem algumas dúvidas.

José Bonifácio e a gestão do Brasil

Quando José Bonifácio desembarca em Santos no final de 1819, encontra um Brasil bem diferente daquele que havia deixado ainda na juventude, quando fora estudar em Coimbra. Nesses quase quarenta anos de afastamento, sua terra natal havia crescido no cenário internacional e conquistado uma nova posição dentro do Império Português, muito em função das transformações ocorridas após a vinda da família real para o Rio de Janeiro. Logo em 1808, as principais instituições do governo português foram instaladas na cidade carioca,

⁵⁸ Nos seis anos que separam a morte de Francisco de Miranda e o encontro em Guayaquil, as forças revolucionárias conquistaram diversos territórios ao norte. Bolívar se firmou como o grande líder da revolução e, sempre mantendo sua perspectiva de governo centralizado, chega a ser eleito presidente pelo Congresso de Cúcuta em 1821, quando também é promulgada uma nova constituição acabando com o federalismo.

que passou a ser, de um dia para o outro, a capital de um império colonial cuja extensão ia da América à Ásia. Gradativamente, o Rio de Janeiro assumia o papel que fora até então de Lisboa, passando a concentrar também as relações políticas e comerciais dentro e fora do império, o que incluía os laços com a Inglaterra. Principais responsáveis pela proteção das terras portuguesas contra a invasão napoleônica (na Europa e no além-mar), os ingleses souberam utilizar sua influência para conseguir, junto ao príncipe regente, a manutenção de sua antiga posição privilegiada nas relações políticas e comerciais de Portugal. Após a abertura dos portos às nações amigas (1808), forçaram João a assinar o Tratado de Comércio e Navegação que favorecia em muito a entrada de seus produtos no Brasil. Com isso, conseguiram atingir não só o comércio brasileiro, mas também o de colônias espanholas no Rio da Prata e na costa do Pacífico.

A abertura intelectual e cultural vivida à época no Brasil também fora propiciada pela presença da família real no Rio de Janeiro. Alguns jornais logo começaram a ser publicados na capital (1808), em Salvador (1811) e em Recife (1817). Abriram-se bibliotecas públicas, escolas e associações científicas, literárias e filosóficas. A vinda de cientistas, viajantes e artistas era vista com bons olhos pelo governo, recebendo, em alguns casos, patrocínio da família real. Muitos dos registros que se têm até hoje do período foram produzidos por estes estrangeiros, entre eles Jean Baptiste Debret, Johan-Moritz Rugendas e Auguste de Saint-Hilaire.

Com tamanha estrutura já estabelecida nos trópicos, o príncipe regente não voltou a Portugal após o fim da guerra com a França em 1814. O Brasil continuou crescendo em importância e, nesse mesmo ano, foi elevado à categoria de reino, ao lado de Portugal, desagradando aos que ficaram na península. O descontentamento português se somava ao dos brasileiros que, embora tivessem criado certo laço com a Coroa, não estavam nada contentes em arcar com as despesas das guerras contra a Espanha no sul, nem com a permanente insegurança da volta da família real a Portugal, e menos ainda com o aumento da repressão governamental por conta do progresso das lutas pela emancipação das colônias vizinhas.

Contudo, a insatisfação brasileira por si só não era motivo suficiente para gerar na população e nas elites o ímpeto pela ruptura, ao menos enquanto a autonomia conquistada após a transferência da capital imperial para o Rio de Janeiro não estivesse ameaçada. Tal situação dava certo equilíbrio entre os interesses da elite brasileira e as condições das relações coloniais. Assim, o que Bonifácio viu quando retornou em 1819, foi um Brasil perdido entre a colônia que não era mais e a independência que não tinha, um prato cheio para as ideias liberais que viriam fortemente após a Revolução do Porto.

1820, estoura a revolta na cidade do Porto, atingindo Lisboa em 15 de outubro. O movimento, de orientação liberal-nacionalista, é desencadeado por militares com o apoio de setores da sociedade portuguesa, especialmente a burguesia. Os revoltosos tomam o poder das mãos do Conselho de Regência – que governava o país desde o final da guerra, sob a presidência do marechal Beresford, do exército inglês – e instauram uma Junta de governo. Tão logo assume, a Junta exige o retorno imediato de João VI – o que ocorre em junho de 1821 – e institui as Cortes Gerais e Constituintes, a serem eleitas por todo o império. No Brasil, prevê-se a instalação de Juntas provisórias em várias capitanias, com o dever de supervisionar o processo eleitoral.

Em meio a revoltas populares e conflitos entre a facção portuguesa e o partido “brasileiro”, as Juntas começam a ser estabelecidas, entre elas a de São Paulo. Nesse momento, diante do borbulhar dos acontecimentos, Bonifácio abandona a curta aposentadoria e passa a integrar a Junta como representante de Santos e São Vicente. É nomeado seu vice-presidente em junho de 1821 e conduz as eleições dos deputados paulistas. É de sua autoria o programa que orientará a conduta destes nas Cortes de Lisboa, *Lembranças e apontamentos do governo provisório de São Paulo para os seus deputados*, que servirá também de norte a outras deputações brasileiras.

Sem esperar que os representantes americanos fossem eleitos e chegassem a Portugal, as Cortes começam seus trabalhos. As principais discussões giram em torno das bases da monarquia constitucional, do retorno do rei e das relações entre a metrópole e suas colônias, especialmente com o Brasil, pois os deputados portugueses defendiam sua readequação. Em junho, João VI retorna a Portugal e jura a nova Constituição ainda em elaboração, deixando seu filho, Pedro, como príncipe regente no Brasil. Por outro lado, os deputados brasileiros querem manter a todo custo a autonomia e os ganhos obtidos desde 1808, com a instalação da corte e das instituições administrativas e jurídicas no Rio de Janeiro. Com a chegada de boa parte deles a Lisboa, os debates ficam acirrados, mas inicialmente não se fala em separação: a intenção é encontrar uma forma em que possa se manter a unidade do Império.

Entre setembro e outubro, as cortes encaminham decretos que determinam a transferência de todas as instituições governamentais instaladas no Rio de Janeiro para Lisboa, bem como o imediato retorno do príncipe regente. A partir de então, o que se tem é uma sucessão de mandos de Lisboa e desmandos do Brasil na tentativa de cada qual impor o seu projeto político, e inicia-se o discurso da “recolonização”.⁵⁹

⁵⁹ Sobre isso, ver os trabalhos de ROCHA, Antonio Penalves. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo: Unesp, 2009; e BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: István Jancsó (org.). **Independência: História e Historiografia**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 791-808.

Em janeiro de 1822, poucos dias após Pedro ter anunciado que não voltaria a Portugal – data conhecida como o “Dia do Fico” –, José Bonifácio, juntamente com outros representantes da Junta provisória de São Paulo, chegam ao Rio para conversar com o príncipe regente. A delegação entrega a ele uma representação da Junta incitando-o a desobedecer às ordens da Corte. Após o discurso de Bonifácio, líder da comitiva paulista, Pedro o convida para o cargo de ministro do Reino e Negócios Exteriores, indicando “sua disposição de se aliar à elite local na defesa de um governo autônomo dirigido por ele na América”.⁶⁰ O cientista assume, assim, um papel central nos acontecimentos que levarão à ruptura e à constituição da nova nação.

Colônia, nunca mais!

Os decretos de setembro e outubro de 1821 deixavam claras a posição e a inflexão dos deputados portugueses. Os brasileiros também estavam irredutíveis e reforçavam sua posição a partir de um discurso que afirmava a intenção dos oponentes em “recolonizar” o Brasil.⁶¹ Assim, ficava difícil pensar na conciliação dos interesses portugueses e brasileiros e a ruptura surge como alternativa. Até então, só os mais radicais a cogitavam, porém, com as insistentes tentativas lisboetas, muitos que, como José Bonifácio, eram a favor da manutenção do Reino Unido e da autonomia brasileira, passaram a defender a separação.

Dessa forma, após a nomeação de Bonifácio como ministro, paulatinamente é desenvolvido o projeto de emancipação brasileira. Apesar de não haver uma declaração formal de ruptura e dos deputados brasileiros ainda participarem das Cortes em Lisboa, o governo brasileiro passa a assumir uma postura autônoma. Em maio de 1822, o ministro nomeia um substituto brasileiro para o embaixador português em Buenos Aires, ato que deveria ser de responsabilidade de Portugal. Com isso, José Bonifácio inicia suas articulações para o estabelecimento de uma política externa brasileira que defendesse os interesses econômicos e políticos do país.⁶² Abria, assim, espaço para angariar apoio ao reconhecimento da independência na hora certa.

⁶⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 132.

⁶¹ Cf. demonstra Penalves, a recolonização do Brasil, àquela altura, seria inviável, mesmo do ponto de vista português. O que as Cortes de Lisboa realmente ansiavam era pela retomada do domínio comercial de Portugal sobre o Brasil. Todavia, o discurso se sustentava pelas insistentes tentativas portuguesas de ingerência sobre o Reino do Brasil. ROCHA, Antonio Penalves. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo: Unesp, 2009; e BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: István Jancsó (org.). **Independência: História e Historiografia**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 791-808.

⁶² Sobre a política externa de José Bonifácio durante o ministério, ver ANJOS, João Alfredo dos. **José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, trabalho no qual é

Uma de suas maiores preocupações era a Santa Aliança, criada em 1815 a partir do Congresso de Viena, com o intuito de restabelecer as fronteiras e as dinastias europeias tais quais como eram antes das Guerras Napoleônicas. Essa união poderia ser um grande entrave às pretensões brasileiras e, visando evitar complicações, Bonifácio empreende diversas ações diplomáticas com o objetivo de ampliar as relações internacionais brasileiras e conquistar o apoio de potências como a Inglaterra.

Paralelamente, o ministro também busca equilibrar os conflitos internos, reunindo forças em torno do governo, para que o projeto vingasse. Bastante ambicioso, seu desejo era manter a unidade do território correspondente à colônia portuguesa na América, sob um Executivo forte, encabeçado pelo príncipe regente. Isso em uma realidade de grandes divergências entre as capitanias, disputas locais de poder e conflitos entre diversas facções políticas. Os partidários do príncipe logo apoiam o projeto de Bonifácio, mas os liberais não o aceitariam tão facilmente. Após delicadas negociações envolvendo até mesmo disputas dentro da maçonaria,⁶³ acabou-se por determinar a instauração de uma Assembleia Constituinte para o Brasil, convocada em junho de 1822.

Em 06 de agosto, o regente publica um “manifesto às nações amigas”, de autoria de José Bonifácio, onde praticamente declara a independência brasileira. Esta é assumida a 07 de setembro, após o príncipe tomar conhecimento de que “as Cortes haviam anulado todas as medidas tomadas pelo ministério de José Bonifácio e ordenado que [...] substituísse seus ministros [, acusando-os de subversivos,] por outros nomeados por Portugal.”⁶⁴ O rompimento culmina com a aclamação de Pedro como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil em 12 de outubro.

Tais fatos aceleram a execução do projeto de Bonifácio. Depois de conciliar liberais e absolutistas concentrados nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, era hora

defendida a tese de que os princípios utilizados por Bonifácio no estabelecimento das primeiras relações internacionais do Brasil inauguram as bases da política atual do Itamaraty.

⁶³ Segundo Leslie Bethell, o conflito entre José Bonifácio e alguns políticos da época, entre eles Joaquim Alves Ledo, converteu-se em uma disputa entre as lojas maçônicas do Apostolado e do Grande Oriente pela influência sobre o príncipe. BETHELL, Leslie. A independência do Brasil. In: _____ (org.). **História da América Latina: da Independência até 1870**. v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 218. Sobre o papel da maçonaria no delicado momento da independência do Brasil, ver: DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF; São Paulo: Annablume, 2006; CARNEIRO, Luaê Carregari. **Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Na América Espanhola, ver: COGGIOLA, Osvaldo L. A. (org.). **A Revolução francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella/USP/CNPq, 1990.

⁶⁴ DOLHNIKOFF, Miriam, op. cit., p. 179.

de agregar também os ricos fazendeiros do norte e do nordeste, bem como a população dessas regiões. Isso seria feito a partir de diversas expedições militares, seja para a manutenção da ordem e prevenção de revoltas, seja para a eliminação de focos de resistência.

Simultaneamente, era preciso conquistar o reconhecimento formal da independência. Assim, as relações estabelecidas em 1822 com os Estados Unidos e a Inglaterra são retomadas agora com o novo intuito. As negociações com Portugal são intermediadas pelos ingleses, que pressionam a metrópole a favor do Brasil por interesses comerciais. Não conseguindo desfazer o impasse, os ingleses tomam as rédeas e, através de Sir Charles Stuart, enviado ao Brasil para tratar de questões comerciais, o reconhecimento é acordado e assinado em 1825. A própria Inglaterra também reconhece a independência neste ano.

Apesar de ser o responsável pelo estabelecimento das bases das relações internacionais brasileiras e pelo início dos acertos para o reconhecimento formal da independência, Bonifácio não participa da conclusão das negociações. Ainda em 1823, por conta de intrigas palacianas e discordâncias com Pedro I, provocadas em boa parte pela forte oposição que seu projeto sofria, o ministro pede sua demissão, juntamente com seu irmão, Martim Francisco, também ministro do governo. Todavia, não abandona a política: após sua queda, assume a cadeira de deputado na Assembleia e participa da elaboração da constituição brasileira, apresentando projetos sobre a integração dos índios e dos negros à sociedade, sendo contrário à escravidão. Pouco depois, com o fechamento da Assembleia pelo Imperador, é exilado com outros deputados, entre eles seus irmãos, Antonio Carlos e Martim Francisco. Da França, critica veementemente o governo e a pessoa de Pedro I, e assiste de longe o reconhecimento e a formalização da independência brasileira.

O regresso ao Brasil, à Corte e a Paquetá

Após seis anos na França, Bonifácio retorna ao Brasil. O cenário é novamente de crise, pois o Imperador já não tinha mais o mesmo apoio das classes dominantes. Tanto o povo quanto as elites estavam bastante descontentes com governo de Pedro I, especialmente diante do caráter despótico da administração e dos grandes gastos do erário com a repressão à Confederação do Equador e com a Guerra da Cisplatina. Dois anos depois, sem suas bases, o monarca se vê forçado a abdicar em favor de seu filho e deixa o país com destino a Portugal.

À época, Pedro de Alcântara era um menino de apenas 5 anos, que precisaria ainda ser educado e preparado por um tutor para se tornar um verdadeiro monarca. Preocupado

com as consequências políticas que isso poderia ter, o Imperador nomeia para esta função justamente José Bonifácio, por este não se encaixar no grupo dos que o forçaram a abdicar, mas também não poder ser tido como um de seus homens. Assim, o mais velho do trio dos irmãos Andrada retorna à Corte, em uma posição extremamente importante, acumulando também um assento como suplente na Câmara, tendo participado de algumas sessões entre 1831 e 1832.

Sua nova posição em nada agradou seus adversários que, liderados por seu inimigo Diogo Antônio Feijó, buscam estratégias para destituí-lo da tutoria do príncipe, o que conseguem em 1833. Neste ano, acusado de conspiração e perturbação da ordem, Bonifácio cumpre prisão domiciliar em sua casa em Paquetá. O julgamento ocorre em 1835, à revelia, e, embora seja absolvido, Bonifácio não retorna às atividades políticas. Passa seus últimos anos

olhando a mata virgem, falando com os brasileiros cujos hábitos amava, e contando com o dia em que ausência de distinção de raças e religião seriam os fundamentos da lei e da moral de uma Nação que projetava, ainda que, naquele tempo, todos os letrados rissem dessas idéias.⁶⁵

Três anos depois, falece em Niterói aos 75 anos.

Um novo horizonte

As lutas pela independência no início do século XIX acabaram por conquistar a separação das metrópoles ibéricas, iniciando o processo de formação das nações sul-americanas. A emancipação trazia consigo novas perspectivas, mas também novos desafios na delimitação e consolidação dos Estados-nações. As batalhas de Ayacucho (1824) e da Bahia (1823) marcaram o fim da guerra contra portugueses e espanhóis, mas restavam ainda muitos problemas e conflitos internos a resolver. As disputas entre o poder central e os locais, somadas às tensões sociais e raciais constituíam ainda os grandes obstáculos a superar.

No decorrer daquele século, o território da América Espanhola iria se fragmentar até formar os atuais países. Desde o início, o regime adotado seria o republicano, frequentemente sob governos de viés autoritário, sendo o do próprio Bolívar o primeiro deles. As fronteiras com o Brasil seriam por um bom tempo objeto de disputas até a

⁶⁵ CALDEIRA, Jorge. Introdução. In: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 40.

intervenção do Barão de Rio Branco, na virada para o século XX. A indefinição dos limites territoriais levaria os novos Estados a grandes conflitos bélicos, como a Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864-1870) – envolvendo Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina – e a Guerra do Pacífico (1879-1884) – entre Chile, Bolívia e Peru.

Mas a instabilidade política interna seria o maior obstáculo às novas nações. Disputas entre liberais e conservadores, centralistas e federalistas gerariam grandes revoltas e a impossibilidade do estabelecimento de um governo de bases sólidas. Mesmo no Brasil, onde o reinado de Pedro II se sustentou por mais de meio século, os conflitos armados e as revoltas seriam frequentes. Quadro bem diferente daquele sonhado pelos líderes do movimento emancipacionista, cujos planos esboçavam Estados fortes e livres.

Capítulo II

Sonhando o novo mundo

Ao sonharem com Estados fortes e livres, os protagonistas das lutas pela libertação e independência da América Ibérica se valeram especialmente da circulação de suas ideias através de panfletos, jornais, cartas e discursos para conquistar apoio às suas causas. Para além dos gritos por liberdade, seus textos tratavam das bases dos novos governos e projetavam o futuro das novas nações, de modo frequentemente inflamado e feroz, gerando conflitos entre as diferentes posições. Tal contexto fora profundamente vivenciado por Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio. Nos documentos que deixaram, percebe-se que a constante exaltação da liberdade é geralmente acompanhada de delimitações territoriais, propostas políticas, definições identitárias, bem como de sonhos e desilusões, de caminhos e alternativas para as suas Américas.

Conforme já adiantado na introdução deste trabalho, três dos temas tratados pelos autores se destacam dentro de seus discursos pela relação que exprimem entre si e por se configurarem como sustentáculos das nações em formação; além de estarem presentes nos textos dos três com aproximado grau de importância. O primeiro deles é a ideia de **unidade**, vinculada principalmente à territorialidade, o que levou à busca, nos documentos, dos limites que para os três autores definem as áreas envolvidas no processo de independência, os espaços dos novos Estados e os vínculos estabelecidos entre eles. Além disso, muitas vezes, a ideia de unidade ultrapassa os critérios geográficos, integrando também o campo da política. Dessa forma, aborda-se também a unidade proveniente da união governamental, ou seja, os momentos em que, ignorados os espaços físicos, mantém-se ou não a unificação entre regiões administrativas distintas, ou mesmo, entre metrópole e ex-colônia. Além disso, trabalha-se a ideia da unidade ligada à identidade, quando ocorre a relação entre o povo e o território por ele habitado.

O segundo abrange as definições de **identidade** concernentes ao povo que deverá constituir as nações americanas. Com um viés bastante político, esse tema traz à tona o entendimento dos autores sobre questões polêmicas como a integração do índio e do negro à sociedade americana e aborda as relações entre os americanos e ibéricos e entre os próprios americanos. Pontos ligados à cultura também são considerados, incluindo particularmente a relação com a religiosidade e a tradição cultural.

Por fim, o terceiro tema gira em torno das discussões sobre as formas de governo a serem adotadas. Neste ponto, procura-se entender como cada autor define e determina a forma como o governo se dará em cada um dos Estados americanos. Embora existam precisas conceituações no campo da Ciência Política sobre a ideia de “forma de governo”, esta será aqui compreendida como a maneira pela qual o novo Estado será governado, incluindo, portanto, não só as distinções entre monarquia e república, mas também as demais características apresentadas nos textos. Todavia, lidar com tais conceitos em um momento tão delicado de transição traz ainda um importante fator complicador: as definições também estão passando por modificações e um mesmo termo pode ter interpretação significativamente distinta entre grupos e muito diferentes das que temos hoje. Exemplo taxativo de tal situação se encontra em texto de Almeida Garrett, liberal português que participou da Revolução do Porto:

Todos sabem que se uma nação conserva em si toda a amplidão da majestade (embora tenha executores subalternos) esta forma de governo se chama **Democrática**, e um tal povo, **República**: que se ela erige um magistrado principal, que debaixo de *suas vistas, e com seus conselhos* presida à administração da justiça, e seja o executor de suas leis; então se diz uma **Monarquia Constitucional**; e este supremo magistrado – Rei ou Monarca –.⁶⁶

Assim, para facilitar a compreensão dos pontos discutidos nesta temática, entender-se-á essencialmente como **monarquia**, o **regime de governo caracterizado pela hereditariedade, pela perpetuidade e pela irrevogabilidade**; e como **república**, o **regime no qual o chefe de Estado é eleito pelo povo de forma direta ou indireta**; sendo que ambos aceitarão as formas **despóticas ou democráticas**, entendidas uma como a oposição da outra, sendo que a democracia implica na participação popular. Tal conceituação é baseada nas definições trazidas pelo *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio, o qual define a monarquia como

um regime substancial mas não exclusivamente monopessoal, baseado no consenso, geralmente fundado em bases hereditárias e dotado daquelas atribuições que a tradição define com o termo de soberania. [...] para se ter um regime monárquico é necessário [*sic*] a existência de uma pessoa estável no vértice da organização estatal com as características de perpetuidade e de irrevocabilidade [...] No sistema constitucional do século XIX a Monarquia ficava vinculada a um pacto preciso de

⁶⁶ GARRETT, Almeida. O dia vinte quatro d’agosto, In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira, et al (org.). **Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2007, p. 29.

garantias jurídicas na gestão do poder [...] [e] O rei se tornou um simples representante da unidade e da personalidade do Estado.⁶⁷

E a República como a forma na qual

... o chefe do Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas [...] é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente [...] Na cultura do século XVIII, [...] Com a revolução americana [...] República passa a significar, portanto, uma democracia liberal, contraposta à democracia direta e popular, uma democracia liberal só possível num grande espaço, que relaxa todas aquelas tensões e conflitos que levaram à ruína as pequenas Repúblicas dos antigos⁶⁸.

A diferença entre democracia e despotismo vem da mesma obra.⁶⁹

Os três temas se inter-relacionam nos discursos de cada autor, acompanhando as oscilações de pensamento ao longo de suas trajetórias. A partir das análises a seguir, será possível notar como um se engendra no outro, participando cada qual da concepção geral de cada assunto. Desse modo, fica difícil tratar isoladamente um ponto ou outro dentro do pensamento de um mesmo autor e, por isso, optou-se por apresentar, neste capítulo, cada um deles individualmente, ressaltando os temas levantados.

A grande disparidade na produção de estudos sobre os autores tratados, especialmente nos pontos aqui elencados, prejudica significativamente a realização de um debate historiográfico pormenorizado. Sobre José Bonifácio, a literatura é bastante farta, havendo, por exemplo, trabalhos de Therezinha Castro, Berenice Cavalcante, Maria de Lourdes Viana Lyra, Emília Viotti da Costa e, mais recentemente, Ana Rosa Cloquet da Silva, Miriam Dolhnikoff e Valdeci Lopes de Araújo.⁷⁰ Entretanto, sobre as ideias de Francisco de Miranda, há pouco material no Brasil e mesmo no exterior, com destaque para as obras de Caracciolo

⁶⁷ COLLIVA, Paolo. Monarquia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, v. 2. 13. ed., Brasília: UnB, 2010, p. 776-781.

⁶⁸ MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto, op. cit., v. 2, p. 1107-1109.

⁶⁹ BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto, op. cit., v. 1, p. 319-329, p. 323.

⁷⁰ CASTRO, Therezinha. **José Bonifácio e a unidade nacional**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, s.d.; CAVALCANTE, Berenice. **José Bonifácio, razão e sensibilidade: uma história em três tempos**. Rio de Janeiro: FGV, 2001; LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império**. Sette Letras, s.d.; COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: mito e história. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed., São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 61-130; SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)**. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Memória – Unicamp, 1999; DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. (Estudos históricos, 67).

Parra Pérez e Elías Pino Iturrieta,⁷¹ muitas vezes esgotados e não disponíveis. Sobre Bernardo Monteagudo, a situação é melhor, porém, está longe de ser confortável. Na Argentina, encontram-se trabalhos de Noemí Goldman, Fabián Herrero e, no Peru, de Gustavo Montoya,⁷² sendo que este aponta para o pequeno volume de estudos sobre este personagem na historiografia peruana.⁷³ Dessa forma, acreditando que um debate historiográfico poderia favorecer significativamente um ou outro autor, prejudicando o objetivo final da comparação, decidiu-se concentrar as análises nas próprias fontes, sem todavia desconsiderar o que já foi escrito. Dessa forma, as interpretações sobre as fontes se encontram embasadas por elas mesmas, sendo possível que ocorram, no decorrer do trabalho, discordâncias e coincidências de ideias entre esta análise e as já realizadas por outros estudiosos do tema, as quais não serão explicitamente apontadas, nem debatidas. A opção aqui proposta não pretende, de nenhum modo, ignorar a contribuição de outros autores, mencionados sempre na bibliografia ou referenciados no caso de menções literais, mas sim propiciar uma comparação mais equilibrada entre o pensamento de Miranda, Monteagudo e Bonifácio, reiterando-se que as interpretações aqui apresentadas foram resultado da reflexão sobre as fontes que, como não poderia deixar de ser, podem ter levado a resultados coincidentes ou totalmente díspares de outros trabalhos anteriores.

A esperança inabalável de Francisco de Miranda

...en la parte norte, la línea que pase por el medio río Mississippi desde la desembocadura hasta la cabecera del mismo y partiendo de ella siguiendo la misma línea recta en dirección del oeste por el 45° de latitud septentrional hasta unirse con el mar Pacífico. Al oeste, el Océano Pacífico desde el punto arriba señalado hasta el Cabo de Hornos incluyendo las islas que se encuentran a diez grados de distancia de dicha costa. Al este, el Océano Atlántico desde el Cabo de Hornos hasta el golfo de México y desde allí hasta la desembocadura del río Mississippi. No están comprendidas en estas demarcaciones Brasil y Guayana. Respecto de las islas ubicadas a lo largo de esta costa, ellas no formarán parte de este Estado, puesto que

⁷¹ PINO ITURRIETA, Elías. **La mentalidad venezolana de la emancipación**. Caracas: Eldorado Ediciones, 1991; PARRA-PÉREZ, C. **Miranda et la Révolution Française**. Paris: Librairie Pierre Roger, 1925.

⁷² HERRERO, Fabián. Democracia y confederacionismo americano. Una aproximación al pensamiento de Bernardo Monteagudo en la década de 1820. **Utopía y praxes latinoamericana**. Ano 10, n. 29, abr.-jun. 2005, p. 103-113; MONTOYA, Gustavo. Pensamiento político de Bernardo Monteagudo: entre el autoritarismo y la democracia. **Investigaciones sociales**, ano V, n. 8, p. 81-111. UNMSM/IIHS, Lima, Peru, 2001.

⁷³ MONTOYA, Gustavo, op. cit., p. 81.

el ya bastante extenso continente ha de ser suficiente para una potencia meramente terrestre y agrícola. Sin embargo, y como excepción, se conservará la isla de Cuba en razón de que el puerto de La Habana es la llave del golfo de México.⁷⁴

No projeto de libertação da América de Francisco de Miranda, em grande parte de sua trajetória, o continente é pensado como uma só nação, reunida em um único Estado. Vale dizer que a área à qual o revolucionário se refere é apenas a parte espanhola da América, abaixo dos territórios em disputa pelos norte-americanos, sem considerar de modo geral as ilhas, tal qual o descreve acima em seu *Proyecto de Constitución para las Colonias Hispano-Americanas*. Chamada de *Colombia* (1798), a nova nação tem seu nome mencionado pela primeira vez dentre os documentos analisados⁷⁵ em carta escrita ao Príncipe de Hesse, 1788,⁷⁶ porém, Miranda começa a sonhar com a liberdade de sua terra natal já em 1781, após sua participação na batalha de Pensacola, Flórida, quando se envolve nas Guerras de Independência dos Estados Unidos pelo exército espanhol. Até aquele momento, algumas pessoas já haviam cogitado a ideia de uma América livre, mas “no hubiera aparecido en nadie ni en lugar alguno, la idea de America como unidad, vale decir, como principio motor de una voluntad de lucha, como elemento nítido de una estrategia planetaria”⁷⁷, como o caraquenho apresenta.

A conformação territorial que tomariam as “Colonias de la America Meridional” após a independência já fora tratada em ata, assinada também por José del Pozo y Sucre e Manuel José de Salas. A reunião realizada entre os três em Paris, coloca a *Colombia* como uma das “dos grandes naciones que ocupan el continente americano” ao lado dos Estados Unidos, além de designar Miranda como o “agente principal” da causa, autorizado a falar em nome do grupo e das colônias, podendo inclusive, adquirir empréstimos.⁷⁸ Redigido pouco antes do projeto de constituição mencionado acima, este documento já explicita algumas das partes que serão integradas à nova pátria, entre elas os Vice-reinos do México, Santa Fé, Lima e Rio da Prata; as Províncias de Caracas, Quito e Chile; bem como a ilha de Cuba. Destaca

⁷⁴ MIRANDA, Francisco de. Del Mississippi al Cabo de Hornos: proyecto de Constitución para las Colonias Hispano-Americanas. In: _____. **América espera**. Seleção, prólogo e títulos: J. L. Salcedo-Bastardo. Cronologia: Manuel Pérez Vila, Josefina Rodríguez de Alonso. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 208.

⁷⁵ Vide listagem, p. 112-114.

⁷⁶ Idem, *Colombia – por primera vez –*. In: _____. **América espera**, p. 94.

⁷⁷ SALCEDO-BASTARDO, J. L. Prologo. In: _____. **América espera**, p. XV. Já citado no capítulo 1 deste trabalho, à página 34.

⁷⁸ MIRANDA, Francisco de. Cuerpo de bases para la independencia y la unidad de los pueblos y provincias de la América Meridional. In: _____. **América espera**, p. 197.

especialmente as áreas do istmo do Panamá e do Lago da Nicarágua, nos quais seriam abertas passagens “para facilitar la comunicación del mar del Sud [atual oceano Pacífico] con el Océano Atlántico”.⁷⁹ A ressalva às ilhas também aparece, acrescida da sugestão de que sejam incorporadas pela Inglaterra e/ou pelos Estados Unidos, aliados da causa. Nota-se no entanto que, diferentemente do que ocorre na proposta de constituição, nenhuma menção se faz ao Brasil ou às Guianas, não há apontamentos diretos sobre sua exclusão ou não do continente. Já a distinção com relação aos Estados Unidos é clara, pontuada tanto pela denominação de seus habitantes – “americanos del Norte” – quanto pela conceituação do mesmo como outro país.⁸⁰ Essa falta de detalhamento das fronteiras corrobora para o surgimento de dúvidas sobre a existência de limites entre o território da nova pátria e as duas regiões no momento em que se iniciam as projeções. Ainda assim, dois elementos levam a crer que não era prevista a integração do Brasil ou das Guianas à *Colombia*, antecipando o que é exposto no projeto. O primeiro deles é a repetida utilização de termos, no próprio texto, relacionando o território às suas origens espanholas – “Colonias Hispano-Americanas”; “Hispano-Americanos” e “continente Hispano-Americano”, todos termos que excluem as duas regiões – associado à ausência de expressões que remetam à porção sul do continente americano como um todo – “América Ibérica”, “América Portuguesa e Espanhola” – ou ainda alguma referência às colonizações francesa ou inglesa. Em outros documentos, a repetição de termos também se dá, acompanhada de outros como “America española” e “colonias españolas”, reforçados por sentenças como esta, de uma conclamação feita por Miranda em 1801:

... sino ofrecer una *justa satisfacción* que no puede encontrar-se sino en la evacuación inmediata por sus tropas [da Coroa Espanhola], del continente Americano, y en el reconocimiento de la independencia de los pueblos que hasta hoy componen las colonias llamadas hispanoamericanas.⁸¹

O segundo elemento se refere à ideia que Miranda faz sobre o **ser** americano, o **fazer parte** desta nova nação. Apesar de utilizar a palavra também ao tratar dos estadunidenses – em casos sempre pontuados e diferenciados pelo contexto –, ela é frequentemente associada ao povo e ao continente que estaria ansioso por sua libertação, sendo substituída muitas vezes pelo termo “América”, sem qualificadores. Em texto de 1790, o nome do continente aparece

⁷⁹ MIRANDA, Francisco de. Cuerpo de bases para la independencia y la unidad de los pueblos y provincias de la América Meridional. In: _____. **América espera**, p. 196 e ss.

⁸⁰ Ibidem, p. 197.

⁸¹ Idem, Juntaos todos bajo los estandartes de la libertad. La justicia combate por nosotros. No buscamos substituir una tiranía antigua por otra tiranía nueva. In: _____. **América espera**, p. 265.

algumas vezes sozinho, mas sempre colocado em oposição à Espanha, qualificado apenas no início e no fim do documento como “española”.⁸² O contraponto entre “americanos” e “españoles” se repete em textos de 1799⁸³ e de 1801⁸⁴. Em outras tantas referências, Miranda relaciona constantemente sua pátria, seu país ou a *Colombia* às “Colonias Hispano-Americanas”, ao “continente Hispano-Americano” – como, por exemplo, em seu testamento de 1805,⁸⁵ a conclamação supracitada de 1801,⁸⁶ ou ainda os textos de 1797, 1798⁸⁷ –, excluindo os territórios das Guianas ou da América Portuguesa.

Embora haja essa associação entre a *Colombia* e sua origem espanhola, a oposição entre as duas nações é clara e recorrente. Em 1790, Miranda escreve a William Pitt sobre o seu projeto de libertação da América:

La América española desea que la Inglaterra le ayude a sacudir la opresión infame en que **la España** la tiene constituida; negando a **sus naturales** de todas las clases el que puedan obtener empleos militares, civiles o eclesiásticos de alguna consideración, y confiriéndolos sólo a **españoles europeos** de baja esfera por lo general, que vienen allí únicamente para enriquecerse, ultrajar, y oprimir los infelices habitantes, con una rapacidad increíble, prohibiendo aun a la nobleza americana, el que pase a **España** ni a ningún **otro país extranjero**, sin licencia particular del Rey, que rarísima vez se concede; verificándose así el tenerlos aprisionados sin causa ni motivo alguno, y lo que es más aún, oprimir también en entendimiento, con el infame tribunal de la Inquisición, que prohíbe cuantos libros o publicación útil parezca, capaz de ilustrar el entendimiento humano, que así procuran degradar, haciéndole supersticioso, humilde y despreciable, por crasa ignorancia.⁸⁸

Demonstra, assim, não só que vê a divisão entre os nascidos na América Espanhola e os originários da Península, mas também que entende a metrópole como um “país extranjero”,

⁸² MIRANDA, Francisco de. América Espera. In: _____. **América espera**, p. 104-107.

⁸³ Idem, Palabras de advertencia al entrar en el mundo de la política en cuyas olas he sido arrastrado tantos años. In: _____. **América espera**, p. 244.

⁸⁴ Idem. Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 261.

⁸⁵ Idem, A mi patria el amor sincero de un fiel ciudadano y llevar a debido efecto los planes políticos de gran parte de mi vida. In: _____. **América espera**.

⁸⁶ Idem, Juntaos todos bajo los estandartes de la libertad. La justicia combate por nosotros. No buscamos substituir una tiranía antigua por otra tiranía nueva. In: _____. **América espera**.

⁸⁷ Idem, Cuerpo de bases para la independencia y la unidad de los pueblos y provincias de la América Meridional; Del Mississippi al Cabo de Hornos: proyecto de Constitución para las Colonias Hispano-Americanas e Por la cooperación de Estados Unidos a la independencia del resto del continente. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982].

⁸⁸ Idem, América espera. In: _____. **América espera**, p. 104, grifos nossos.

semelhante ao que Juan Pablo Viscardo y Guzmán aponta dois anos depois.⁸⁹ Em carta a Bernardo O'Higgins nove anos mais tarde, separa mais uma vez espanhóis e americanos:

El orgullo y fanatismo de **los españoles** son invencibles. Ellos os despreciarán por haber nacido en América y os aborrecerán por ser educado en Inglaterra. Manteneos, pues, siempre a larga distancia de ellos.

Los americanos, impacientes y comunicativos, os exigirán con avidez la relación de vuestros viajes y aventuras, y de la naturaleza de sus preguntas podréis formaros una regla a fin de descubrir el carácter de las personas que os interpielen. Concediendo la debida indulgencia a su profunda ignorancia, debéis valorizar su carácter, el grado de atención que os presten y la mayor o menor inteligencia que manifiesten en comprenderos, concediéndoles o no vuestra confianza en consecuencia.⁹⁰

A distinção entre as duas nacionalidades se sustenta também pela inclusão do indígena, do negro e dos mestiços entre os americanos. Na conclamação já citada de 1801, Miranda defende o desaparecimento das “odiosas distinciones de chaperones, criollos, mulatos, &” pois estas só serviriam à tirania.⁹¹ Para ele, os americanos são “los **descendientes** de aquellos Ilustres **Indios**, que no queriendo sobrevivir a la esclavitud de su patria, prefirieron una muerte gloriosa a una vida deshonorosa”⁹² e deveriam gozar, assim como “las gentes libres de color”, de todos os direitos e privilégios concedidos aos demais cidadãos desde o momento da emancipação.⁹³ Sua definição de cidadão americano engloba:

1º— Todos los que hayan nacido en el país de padre y madre libres;

2º— Todos los extranjeros que, establecidos y casados en el país, presten juramento de fidelidad al nuevo Gobierno, o siendo solteros hagan tres campañas por la independencia americana. De otro modo permanecerán en clase de extranjeros. La

⁸⁹ Vide página 18 do capítulo 1 deste trabalho. Miranda cita o jesuíta peruano algumas vezes em seus textos, como, por exemplo, em Lista de los jesuitas residentes en Italia, expulsos de su patria, p.79, e MIRANDA, Francisco de. Todo pende de nuestra voluntad solamente. ¿Por qué 16 millones no podemos sacudir el yugo? La unión nos asegurará permanencia y felicidad perpetua. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 357.

⁹⁰ MIRANDA, Francisco de. Palabras de advertencia al entrar en el mundo de la política en cuyas olas he sido arrastrado tantos años. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 244.

⁹¹ Idem, Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso. In: _____. **América espera**, p. 262.

⁹² Idem, Juntaos todos bajo los estandartes de la libertad. La justicia combate por nosotros. No buscamos substituir una tiranía antigua por otra tiranía nueva. In: _____. **América espera**, p. 263.

⁹³ Ibidem, p. 271.

legislatura podrá, sin embargo, en casos particulares y cuando lo crea conveniente, acordar estos derechos.⁹⁴

não havendo exceção por cor ou raça. A inclusão de ambos os grupos entre os cidadãos americanos é reforçada ao longo de todo o texto do projeto do governo provisório e do governo federal, nos quais os índios e negros são cogitados como integrantes das instituições a serem formadas. Embora certamente haja uma grande restrição da participação desses grupos por conta dos requisitos econômicos e financeiros, Miranda prevê alguma ajuda do governo ao menos para os índios. No mesmo projeto de governo federal em que estabelece os parâmetros de cidadania expostos acima, também determina, sobre os *comicios*:

Estas asambleas las compondrán todos los ciudadanos americanos que tengan, además de las cualidades requeridas por la Constitución, una propiedad territorial al menos de 100 fanegadas de tierra cultivada y sean mayores de 21 años. **El Gobierno cuidará de distribuir a cada indio que no tenga propiedad suficiente, 10 fanegadas si es casado, y 5 si soltero.**⁹⁵

Sem dúvida é pouco para transformar o cenário político americano, porém, é um esboço de políticas favoráveis a esses grupos.

Ainda assim, a ruptura com os espanhóis não é total. Retornando à conclamação de 1801, vê-se que Miranda, ao se dirigir a seus “compatriotas”, a seus “compaysanos”, escreve:

Tres siglos ha que los **españoles** se apoderaron por fuerza de este continente. Los horrores que cometieron en su conquista son conocidos de todo el mundo, mas la tirania que han ejercitado después, y que continúan ejerciendo hasta hoy no es conocida ni sentida sino de nosotros. Nuestros derechos como **nativos de América**, ó como **descendientes de los conquistadores**, como **Yndios** o como **Espanoles** han sido violados de mil maneras.⁹⁶

Neste trecho, os americanos são identificados como “nativos de America” e “Yndios”, mas também como “descendientes de los conquistadores” e “Espanoles”. Estes últimos associam-se à origem espanhola dos *criollos*, porém, ao mesmo tempo, são contrapostos aos “españoles” da primeira linha. O que em princípio poderia indicar um contrassenso, na

⁹⁴ MIRANDA, Francisco de. La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo. In: _____. **América espera**, p. 288.

⁹⁵ MIRANDA, Francisco de. Abolida ipso facto toda autoridad que emane del gobierno español e La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982].

⁹⁶ Idem, Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso. In: _____. **América espera**, p. 261, grifo nosso.

realidade aponta para outro aspecto do pensamento de Miranda, relacionado ao nosso terceiro ponto de análise, a forma de governo. Sua luta é contra os espanhóis enquanto governo, instituição, tiranos e usurpadores dos direitos dos americanos, e não enquanto valor, história ou tradição; ele não se opõe aos “buenos españoles, que gimen sobre el estado de mi patria”,⁹⁷ mas sim àqueles que são contrários à libertação da América. Neste sentido, defende a oficialização da religião católica como religião nacional, reafirmando um valor da tradição espanhola, mas com “una perfecta tolerancia” aos demais cultos, como rege o princípio da igualdade, de origem liberal.⁹⁸

No projeto de Francisco de Miranda, a América, ou seja, toda essa população reunida nesse território, deveria estabelecer um governo livre e semelhante ao da Inglaterra, que fosse “sabio, y equitable; con la forma que sea más adaptable al país, clima e índole de sus habitantes, etc”.⁹⁹ Inicialmente, em 1797, discute apenas a necessidade do estabelecimento de “*un gobierno independiente que constituya un nuevo cuerpo de Nación Soberana, separada absolutamente del gobierno y dominio español y de todo otro alguno extraño [...] tome su forma bajo cualquier instituto que sea*”,¹⁰⁰ sem definir bases ou organização de nenhuma natureza. Todavia, sua posição quanto a este assunto já é esboçada em 1795, quando trata da situação francesa:

Las personas y las propiedades han sido tan repetidas veces presa de las violencias públicas y privadas, que aun los más fríos egoístas conocen la necesidad que hay de una autoridad protectora, y de una organización que se componga de diferentes poderes, de suerte que los ciudadanos nada tengan que temer de la arbitrariedad de su ejercicio.

En el fondo, pedir la paz es querer un Gobierno. Las potencias extranjeras no tendrán ninguna confianza en nuestros tratados mientras que una facción sustituyendo a otra pueda anular lo que ésta haya estipulado. Así es que solamente por una sabia división de los poderes podrá dársele estabilidad al gobierno.

⁹⁷ MIRANDA, Francisco de. Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso. In: _____. **América espera**, p. 262.

⁹⁸ Os trechos em que Miranda se refere à religião da nova nação podem ser encontrados em: MIRANDA, Francisco de. Juntaos todos bajo los estandartes de la libertad. La justicia combate por nosotros. No buscamos substituir una tiranía antigua por otra tiranía nueva. In: _____. **América espera**, p. 271; La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo. In: _____. **América espera**, p. 291 e Todo pende de nuestra voluntad solamente. ¿Por qué 16 millones no podemos sacudir el yugo? La unión nos asegurará permanencia y felicidad perpetua. In: _____. **América espera**, p. 356.

⁹⁹ Idem, América espera. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 105.

¹⁰⁰ Idem, La América española necesita un gobierno propio e independiente que constituya un nuevo cuerpo de nación soberana. In: _____. **América espera**, p. 189-191, grifos do autor.

[...]

Dos condiciones son esenciales para la independencia absoluta de los poderes: la 1ª que la fuente de donde ellos emanen sea una; la 2ª que velen continuamente los unos sobre los otros. El Pueblo no sería soberano si uno de los poderes constituidos que le representan no emanase inmediatamente de él, y no habría independencia si uno de ellos fuera el creador del otro.

[...]

Los poderes deben velarse y contenerse recíprocamente, y ninguno de ellos debe atribuirse exclusivamente este celo, supuesto que todos son nombrados por el soberano. [...] No es verosímil que tres poderes independientes y celosos se reúnan jamás para hacer traición a los intereses del soberano, y así es que sobre esta probabilidad moral se ha fundado la seguridad del ciudadano con respecto a la libertad civil y política.¹⁰¹

Nestas reflexões, percebe-se sua aproximação dos ideais presentes nos pensadores iluministas franceses, destacando-se a soberania popular, a defesa da propriedade e a tripartição dos poderes. Parte destes princípios se mantém no próprio texto de 1797, no qual, mesmo não discutindo em detalhes o novo governo, Miranda aponta para a constituição de “*un nuevo cuerpo de Nación Soberana*”, afirmando que este deverá se estabelecer “Bajo de leyes justas, adecuadas y proporcionadas al país, sus habitantes y sus relaciones, dictadas y conformes a los más sanos principios de la moral, buena fe, bien común, y derechos natural y de gentes”.¹⁰²

Um ano depois, Miranda escreve o *Proyecto de Constitución* e somente então define a estrutura do governo pretendido na América: “mixto y similar al de la Gran Bretaña. Lo integrará un Poder ejecutivo representado por un Inca provisto del título de Emperador. Este será hereditario.”¹⁰³ E reitera sua proposição em carta a John Adams, então presidente dos Estados Unidos, em março de 1798: “el sistema de nuestras instituciones será mixto. Optaremos por un Jefe del Poder Ejecutivo hereditario, que tomará el nombre de Inca, y será

¹⁰¹ MIRANDA, Francisco de. La fuerza del Poder Ejecutivo debe estar en razón directa de la Libertad del pueblo. El análisis cabal por un estadista. In: _____. **América espera**, p. 177-179.

¹⁰² Idem, La América española necesita un gobierno propio e independiente que constituya un nuevo cuerpo de nación soberana. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 189-190.

¹⁰³ Idem, Del Mississippi al Cabo de Hornos: proyecto de Constitución para las Colonias Hispano-Americanas. In: _____. **América espera**, p. 208.

escogido con particular agrado de mi parte, entre nuestros compatriotas mismos.”¹⁰⁴ Mas continua: “Tendremos también un Senado electivo, en el que tomarán asiento los hombres de las clases principales, y una Cámara de origen y carácter popular, pero cuyos miembros deberán ser propietarios.”¹⁰⁵

Assim, embora apresente como caminho a adoção da monarquia para a América, Miranda não se desvincula das concepções apresentadas anos antes quando discutiu a situação francesa, já que a tripartição de poderes continua sendo foco de sua estrutura governamental, bem como o estabelecimento de uma constituição. A substituição da república pela monarquia como modelo para os americanos, possivelmente, se dá por conta da situação na própria França. Se em 1792, o venezuelano dedicava à República Francesa sua vida inteira e seus “modestos conocimientos”,¹⁰⁶ a partir de 1795 já não tem mais a confiança no modelo francês que teria se tornado uma tirania, vítima do despotismo e da anarquia.¹⁰⁷

Um novo poder executivo é descrito por Miranda alguns anos mais tarde, em seu *Proyecto de Gobierno Federal*, sem o caráter hereditário:

El Poder Ejecutivo, nombrado por el Concilio Colombiano, se compondrá de dos ciudadanos elegidos entre todos los del Imperio; que sean mayores de 40 años, posean una propiedad de 200 fanegadas y hayan servido uno por lo menos de los grandes cargos del Imperio. Los dos miembros del Poder Ejecutivo durarán dos lustros. Para la reelección de uno o ambos, será preciso un intervalo de diez años.¹⁰⁸

Além disso, amplia alguns poderes locais, concebendo agora uma “Federación Americana”, embora continue a referir-se a ele como “Imperio”. Nesse momento, a relação com a herança indígena reivindicada para os americanos aparenta uma força maior, já que algumas das instâncias de poder recebem nomes nativos como “Inca” (membros do poder executivo nacional) e “Curacas” (membros do poder executivo provincial).

¹⁰⁴ MIRANDA, Francisco de. Por la cooperación de Estados Unidos a la independencia del resto del continente. In: _____. **América espera**, p. 220.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 220.

¹⁰⁶ Idem, El rango de teniente general de la República francesa. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 119.

¹⁰⁷ Idem, La fuerza del Poder Ejecutivo debe estar en razón directa de la Libertad del pueblo. El análisis cabal por un estadista. In: _____. **América espera**, p. 177.

¹⁰⁸ Idem, La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo. In: _____. **América espera**, p. 288.

Ainda que seu republicanismo não tenha se mantido o mesmo nesse período, já que “la experiencia lo había madurado”,¹⁰⁹ nota-se, por suas constantes referências à América e à necessidade do estabelecimento de *um único* governo nela,¹¹⁰ que a ideia da unificação de todas as colônias hispano-americanas em um só Estado, em uma só Nação (já discutida anteriormente), mantém-se quase que da mesma forma por toda a sua vida, sofrendo alterações apenas após 1807, com a invasão francesa à Espanha. A conjuntura gerada pela ausência de um governo espanhol leva Miranda a acreditar em uma nova oportunidade para o movimento de libertação da América e ele passa a se corresponder com as lideranças das Juntas de Caracas e de Buenos Aires, oferecendo seu projeto, sua ajuda e a documentação que tinha disponível. Embora nestas cartas ainda fale da união como uma única pátria, à qual se refere como “Continente Colombiano”, “nuestra Patria” “Continente hispano-americano”, “nuestra cara y amada Patria”, “nuestra América”, além de “el pueblo americano”, “el pueblo colombiano” e “nuestro Gobierno americano”,¹¹¹ o fato de procurar se unir aos novos governos constituídos, demonstra certa flexibilidade de seu ideal, aceitando uma organização distinta da desejada até então.

A partir de 1810, com o movimento pela emancipação diluído em vários focos pelo continente, percebe-se também uma importante mudança no discurso de Miranda. Embora ainda defenda “los sagrados derechos y soberanía del pueblo colombiano”,¹¹² o revolucionário passa a se preocupar com a “reunión política entre el reino de Santa Fe de Bogotá y la Provincia de Venezuela, a fin de que formando juntos un solo cuerpo social gozásemos ahora de mayor seguridad y respeto y en lo venidero de gloria y permanente felicidad”,¹¹³ e não mais com a união total do continente. Neste momento, seu envolvimento com a luta

¹⁰⁹ MIRANDA, Francisco de. No pedíamos más que una ayuda indirecta como la que Francia había dado a este país. La Biblioteca de Washington era lo que yo más deseaba ver. In: _____. **América espera**, p. 335.

¹¹⁰ Cf. MIRANDA, Francisco de. América espera; La fuerza del Poder Ejecutivo debe estar en razón directa de la Libertad del pueblo. El análisis cabal por un estadista; La América española necesita un gobierno propio e independiente que constituya un nuevo cuerpo de nación soberana; Del Mississippi al Cabo de Hornos: proyecto de Constitución para las Colonias Hispano-Americanas; Por la cooperación de Estados Unidos a la independencia del resto del continente; Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso; Juntaos todos bajo los estandartes de la libertad. La justicia combate por nosotros. No buscamos substituir una tiranía antigua por otra tiranía nueva; La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo e outros. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982].

¹¹¹ Idem, Aprovechar la coyuntura de una España sin soberano, para tomar el gobierno. Con la deunión se arriesga nuestra salvación e independencia. In: _____. **América espera**, p. 378-9; La unión indispensable por interés para el género humano. In: _____. **América espera**, p. 379-380; e Conducir con acierto los negocios que ahora tienen entre manos. La fuerza esencial de un estado reside en el pueblo colectivamente. In: _____. **América espera**, p. 382-385.

¹¹² Idem, El Reino de Santa Fe y Venezuela formando un solo cuerpo político y social. In: _____. **América espera**, p. 447

¹¹³ Ibidem, p. 448.

caraquenha é profundo e seus textos e falas se dirigirem à nova nação com centro em Caracas. Em manifesto de 1812, a fragmentação aparece de maneira concreta:

El resultado deberá ser [...] la reunión de las provincias disidentes bajo el estandarte de la libertad y, últimamente, la paz y la amistad entre todos los **pueblos de Venezuela**, que no deberán ya formar sino una sola y única familia. [...] yo me hallo, en consecuencia, revestido de la facultad expresa de tratar directamente con las **naciones extranjeras, y con las de la América**¹¹⁴

A naturalidade com a qual Miranda circunscreve o universo da união entre os povos da Venezuela e não mais os da América, bem como o fato de considerar as demais regiões livres do continente como outras nações, demonstra a incorporação de uma nova concepção da pátria ao seu discurso. Porém, documentos de 1813 e 1814,¹¹⁵ redigidos durante o período em que esteve preso, trazem uma inesperada guinada em seu pensamento: o revolucionário, que por tantas décadas defendeu a separação entre a América e a Espanha, agora se mostra *partidário da reconciliação*. Para ele, a assinatura da capitulação em 1812 veio da necessidade de tomar uma atitude que

restituyese a estos pueblos el sosiego y la tranquilidad, reparase en algún modo los desastres del terremoto y, en fin, **reconciliase a los americanos y europeos**, para que en lo sucesivo formasen una sociedad, una sola familia y un solo interés, dando Caracas al resto del continente un ejemplo de sus miras políticas y de que prefería una honrosa reconciliación a los azarosos movimientos de una guerra civil y desoladora.

E continua:

... ¡Con cuánto placer me lisonjeaba yo de haber llenado mis deberes con decoro e integridad, de haberme identificado con **las benéficas intenciones de las Cortes generales de la nación española**, de ver al jefe de la expedición fundar su allanamiento en la augusta mente de aquel gobierno legítimo y de observar a lo lejos

¹¹⁴ MIRANDA, Francisco de. La responsabilidad crece en pareja proporción. In: _____. **América espera**, p. 456 e 457, grifo nosso.

¹¹⁵ Idem, Sepultado en una oscura y estrecha prisión y oprimido con grillos, reclamo el imperio de la ley, invoco el juicio imparcial del mundo entero, protesto cuanto de protestar sea, como y contra quien corresponda; Demanda de justicia; Aunque en mi caso no sea necesaria la generosa piedad del Rey sino la estricta justicia. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982].

un horizonte luminoso, **cuyas luces vendrían al cabo a restablecer la paz y a unir recíprocamente los intereses de ambos hemisferios!**¹¹⁶

Em 1814, ao se dirigir a Fernando VII por duas vezes questionando sua prisão e solicitando sua libertação, Miranda coloca-se à disposição do rei para “cooperar a la pacificación de aquellos Países, y **su reunión con la Madre Patria**”,¹¹⁷ afirmando ter sido

... el primero (si no acaso el único) de los jefes y magistrados principales en nuestras Américas, que hallándose investido con una autoridad absoluta, hubiese propuesto y llevado a debido efecto en los tiempos que gobernaron las llamadas Cortes, una pacificación honrosa, y una **reunión sincera con la Madre Patria**, conformes en todo (según hemos visto después) con las intenciones benéficas y paternales de S.M.: Por cuya razón me ofrecería gustoso para cooperar a tan laudables fines en beneficio de mi patria, bien sea puesto al lado de V.E., o con cualquier otro destino que mirase al propio objeto; si ello fuese compatible con el sistema y arreglo que tenga adoptado el actual gobierno de S.M.¹¹⁸

Ora, poder-se-ia pensar que seu alinhamento com o governo de Fernando VII trata meramente de uma estratégia para cair nas graças do rei e conseguir a liberdade. Todavia, em momentos anteriores, Miranda já fora acusado e perseguido pelas autoridades espanholas e francesas, e em nenhum deles deixou de defender os princípios em que acreditava para livrar-se de qualquer acusação.¹¹⁹ Ainda assim, mesmo que tenha procurado valorizar tal posição a fim de favorecer a sua petição, há outro fator que provavelmente o influenciou: *o comportamento das Cortes de Cádiz com relação à constituição liberal*. Miranda descrevia com grande expectativa a carta:

la sabia y liberal Constitución que las Cortes generales sancionaron el 19 de marzo del año último: monumento tanto más glorioso y honorífico para los dignos representantes que lo dictaron, como que él iba a ser el iris de la paz, el áncora de la

¹¹⁶ MIRANDA, Francisco de, Sepultado en una oscura y estrecha prisión y oprimido con grillos, reclamo el imperio de la ley, invoco el juicio imparcial del mundo entero, protesto cuanto de protestar sea, como y contra quien corresponda. op. cit., p. 476, grifos nossos.

¹¹⁷ Idem, Demanda de justicia. In: _____. **América espera**, p. 488-489, grifos nossos.

¹¹⁸ Idem, Aunque en mi caso no sea necesaria la generosa piedad del Rey sino la estricta justicia. In: _____. **América espera**, p. 491, grifos nossos.

¹¹⁹ Cf. MIRANDA, Francisco de. Resolví sustraerme de tal autoridad; Vindicando su inocencia y denunciando la persecución e Que los dones de la libertad se extiendan a cuantos de nuestros semejantes la desean. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], por exemplo.

libertad y el primero pero el más importante paso que jamás había dado la metrópoli en beneficio del continente americano.¹²⁰

Todavía, decepciona-se profundamente ao perceber que os princípios por ela defendidos não são levados a cabo pela própria Corte, a qual, segundo ele, em um momento,

toma un interés decidido por la reconciliación de la América, la llama, la convoca, la incorpora en la gran masa de la nación, la declara igual en derechos, en representación y en un todo a la Península, y le hace el bello presente de unas leyes constitutivas las más sabias y liberales que jamás adoptó la España; y [en seguida] Venezuela es declarada de hecho proscrita y condenada a una degradación civil y absoluta de estas inestimables prerrogativas; y lejos de disfrutar la igualdad que se le ofrece, es casi tenido por delito de Estado el haber nacido en este Continente.¹²¹

A esperança renasce, então, com a volta de Fernando VII e, daí, viria a insistência do venezuelano em defender a reunificação. Consequentemente, dessa forma, volta a concordar com um governo monárquico, uma vez que, com essa união, o poder executivo seria exercido pelo rei espanhol. Miranda parece acreditar que, assim, os princípios que defende desde Pensacola – e que teriam sido desrespeitados pelas Cortes – serão protegidos, já que busca no rei o atendimento d’“aquella justicia que en vano hemos solicitado por largo tiempo del anterior Gobierno [ou seja, de Cádiz]”.¹²² Dessa forma, embora haja uma transformação importante nas ideias que tem sobre a forma ideal de governo e também sobre a unidade territorial, não há efetivamente uma modificação tão radical de sua forma inicial de pensar. Vale salientar que tal mudança também não resulta em uma alteração proporcional de sua concepção identitária para a América: como já visto anteriormente, Miranda, apesar de atacar o domínio metropolitano, não rompe com a tradição espanhola. Nesse sentido, a única alteração que se nota ao final de sua vida é a ausência de associações com o indígena nativo, elemento anteriormente bastante presente em seu discurso, bem como de qualquer menção a negros e mestiços.

¹²⁰ MIRANDA, Francisco de. Sepultado en una oscura y estrecha prisión y oprimido con grillos, reclamo el imperio de la ley, invoco el juicio imparcial del mundo entero, protesto cuanto de protestar sea, como y contra quien corresponda. In: _____. **América espera**, p. 478.

¹²¹ Ibidem, p. 478.

¹²² Idem. Demanda de justicia. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 487.

Bernardo Monteagudo: “la LIBERTAD o la muerte”¹²³

A maior preocupação deste tucumano ao longo dos mais de quinze anos em que esteve envolvido na luta pela emancipação da América foi o fim da tirania e da escravidão de seu povo. Em seus textos, a palavra “LIBERTAD” aparece sempre grafada em maiúsculas, indicando a grandeza e a primazia que via neste valor e, por ele, o revolucionário percorre boa parte da América Espanhola participando das guerras e da organização e planejamento dos novos governos. Sua trajetória é um indicador da “ausência de limites geopolíticos separando toda essa vasta região” e mostra “como o movimento pela independência não cabia nas fronteiras que posteriormente se construíram”¹²⁴ e que já se esboçavam em princípios do século XIX, inclusive em seus textos. Em *Dialogo entre Atahualpa e Fernando VII nos Campos Elíseos*, de 1809, em meio a referências à América, encontram-se expressões como “el peruano y mexicano suelo”;¹²⁵ dois anos depois, as “provincias del Río de la Plata” e a do “Perú” aparecem como localidades distintas;¹²⁶ e em 1812, menciona a situação da Venezuela, a qual “después de haber dado a la América la primera señal de alarma en el glorioso sacudimiento del 19 de abril de 1810 [...] ha desaparecido en un momento del mapa **de las naciones libres**”;¹²⁷ além de citar “La Plata”, “Quito” e “Buenos Aires” como focos distintos da luta, em um movimento em que “**los pueblos** juraron sucesivamente vengar la naturaleza ultrajada por la tiranía”.¹²⁸ Daí por diante, o esboço da fragmentação aparece com frequência em seus textos, muitas vezes ditando rumos para o movimento. Assim, quando o exército de San Martín parte em direção ao norte, sua missão libertadora se dá em etapas, começando pelo Chile. Em 1818, Monteagudo redige a proclamação de independência deste país, assinada por Bernardo O’Higgins, a fim de

¹²³ MONTEAGUDO, Bernardo. Apéndice a todas las observaciones de este periódico. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009 (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 41.

¹²⁴ PRADO, Maria Ligia C. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. **História**, Assis, v. 22, n. 2, p. 15-34, 2003, p. 18-19.

¹²⁵ MONTEAGUDO, Bernardo. Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Eliseos. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clásica, 23), p. 65.

¹²⁶ Idem, El vasallo de la ley al editor. In: _____. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009 (Biblioteca nacional de Identidad, 1), p. 29 e 30.

¹²⁷ Idem. En la sesión de la noche del 12 de Enero de 1812, declamó así el ciudadano Monteagudo. In: HERRERO, Fabián. **Monteagudo: revolución, independencia, confederacionismo**. Buenos Aires: Cooperativas, 2005. (Politeia de Ciencias Sociales), p. 58-59, grifo nosso.

¹²⁸ Idem, Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009 (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 231, grifo nosso.

hacer saber a la gran confederación del género humano que **el territorio continental de Chile** y sus islas adyacentes forman de hecho y por derecho un **Estado libre, independiente y soberano**, y quedan para siempre separados de la monarquía de España, [...] y quede sellada para siempre la emancipación **de Chile**.¹²⁹

Nela, como se vê acima, há a referência ao Chile como um país dentro da América, de maneira relativamente autônoma e independente. Sua emancipação não significa a libertação das demais partes do continente, que serão emancipadas uma a uma.

A fragmentação fica ainda mais visível em 1822, quando Monteagudo trata das relações estrangeiras do Peru:

En diciembre del año pasado se envió cerca de los altos poderes de Europa, una legación extraordinaria, encargada de negociar cuanto convenga a **la independencia y prosperidad del Perú: se han mandado también ministros extraordinarios cerca del gobierno de Chile y de la regencia del imperio mejicano para estrechar más las mutuas relaciones que nos unen**. La legación destinada a Europa fue encargada igualmente de entablar con **el gobierno de Buenos Aires, negociaciones de interés común**, cuyo resultado debe trascender a una parte considerable de nuestro territorio. **El agente diplomático cerca del gobierno de Guayaquil** ha hecho servicios de grande importancia durante su comisión: y en fin, **el presidente de Colombia anticipando nuestros votos, ha mandado cerca de este gobierno un ministro extraordinario**, con quien he tenido la satisfacción de firmar un tratado solemne, en virtud de la autorización que recibí de S. E. el supremo delegado.

Todavía, continua:

La uniformidad de los sentimientos que animan el gobierno del Perú a los demás de América, hacen esperar que en el resto de este año, ningún pueblo del continente verá con envidia a los que gozan de libertad, porque la gran masa del poder y de energía que todos forman, será como el grito de la victoria que disipa a los vencidos, apenas se percibe el eco que las anuncia¹³⁰

demonstrando, simultaneamente à fragmentação, uma visão de conjunto para a América, a qual se une em torno de um só desejo de liberdade. Tal percepção de unidade está presente em diversos de seus textos, desde os tempos de Chuquisaca, e se torna mais evidente a partir da

¹²⁹ MONTEAGUDO, Bernardo. Proclamación de la independencia de Chile. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clasica, 24), p. 199.

¹³⁰ Idem, Exposición de las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009 (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 93.

década de 1820. A título de ilustração, pode-se mencionar seus textos *Memoria*, de 1823 – no qual, ao reafirmar seu desejo de continuar a luta pela liberdade, refere-se à América em toda a sua extensão como seu país¹³¹ – e *Ensayo sobre la necesidad de una federación general*, de 1824 – em que propõe um regime federativo que reúna todos os Estados hispano-americanos.¹³²

Essa América unificada à qual Monteagudo se refere, embora raras vezes a tenha qualificado explicitamente, é a parte espanhola do continente, indicada pelas repetidas oposições à Espanha, a Fernando VII e aos espanhóis, caracterizados como “bárbaros” que

embriagados de ira y de crueldad, toman las armas con despecho, imploran el fanatismo sacerdotal de los eclesiásticos antipatrióticos, y, éstos profanan los templos del Eterno anunciando la esclavitud como un dogma sagrado y atribuyendo los temblores de la tierra a la justicia suprema¹³³

Com frequência, associa os espanhóis e seu governo às ideias de dominação e tirania, através de termos como “apóstoles del despotismo”, “invasor”, “imperio de la tiranía” e “injustos, crueles y usurpadores”.¹³⁴ A contraposição também se dá em termos mais suaves, porém não sem crítica:

La esfera de los conocimientos humanos estaba limitada por el **gobierno español** a saber lo que podía entretener y confundir la razón de los **americanos** para que siempre ocupados, de cuestiones abstractas, de errores escolásticos y sumergidos en un caos de absurdos metafísicos, apenas tuvieron tiempo para obedecer sin examen y adquirir lo que exigía la codicia metropolitana.¹³⁵

Ainda assim, no mesmo texto, Monteagudo defende que “Es preciso destruir todo lo que pueda servir de reclamo a las antiguas instituciones y que si recuerdan los abusos y crímenes del régimen español, no sea sino por el contraste que con ellos formen las ventajas

¹³¹ MONTEAGUDO, Bernardo. *Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación*. In: _____. **Escritos políticos**, p. 147.

¹³² Idem, *Ensayo sobre la necesidad de una federación general entre los Estados Hispano-americanos y plan de su organización*. In: _____. **Escritos políticos**.

¹³³ Idem, En la sesión de la noche del 12 de Enero de 1812, declamó así el ciudadano Monteagudo. In: HERRERO, Fabián. **Monteagudo: revolución, independencia, confederacionismo**. Buenos Aires: Cooperativas, 2005. (Politeia de Ciencias Sociales), p. 59.

¹³⁴ Idem, *Crimen de lenidad*. In: _____. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009 (Biblioteca nacional de Identidad, 1), p. 43; Apendice a todas las observaciones de este periódico. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009 (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 41; e *Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Eliseos*. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, p. 67, respectivamente.

¹³⁵ Idem, *Exposición de las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822*. In: _____. **Escritos políticos**, p. 91, grifos nossos.

del orden actual”.¹³⁶ Dessa forma, a memória dos espanhóis deveria ser conservada “de generación en generación, como un preservativo contra la ignorancia, contra la tiranía y contra todas las miserias que hemos sufrido”.¹³⁷

Em documento anterior, de 1812, o autor não é tão radical e pondera sobre os espanhóis terem sido também vítimas da mesma tirania de que foram os americanos e conclui:

Españoles, no lo dudéis: vosotros habéis tenido parte en la esclavitud y debéis tenerla en el destino a que somos llamados: vosotros, pero ya es inútil toda reflexión: sólo por un gran suceso de nuestras armas u otro extraordinario acaecimiento se reconciliarán con nosotros los que al fin, al fin serán lo que seamos, o dejarán de ser: el tiempo lo dirá, y el estado de la Europa lo anuncia.¹³⁸

Por outro lado, o povo americano é frequentemente descrito como oprimido e escravizado, tendo seus direitos usurpados pelos espanhóis. Em diversos momentos, ao falar da população de modo geral, destaca a ignorância na qual fora deixado pelos colonizadores,¹³⁹ a suscetibilidade às influências de fenômenos naturais,¹⁴⁰ a timidez e a simplicidade.¹⁴¹ Inclui entre eles os índios, reforçando a necessidade de sua instrução¹⁴² e destaca as mulheres, às quais atribui um papel fundamental para a revolução: o de formar e valorizar os patriotas.¹⁴³ A falta de ilustração, para Monteagudo, era uma das principais ferramentas utilizadas pelos dominadores para subjugar os nascidos neste continente,¹⁴⁴ cuja crueldade é constantemente lembrada como característica de seu governo tirânico.¹⁴⁵

¹³⁶ MONTEAGUDO, Bernardo. Exposición de las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822. In: _____. **Escritos políticos**, p. 90.

¹³⁷ Idem, Oración inaugural de la Sociedad Patriótica de Lima. In: HERRERO, Fabián. **Monteagudo: revolución, independencia, confederacionismo**. Buenos Aires: Cooperativas, 2005. (Politeia de Ciencias Sociales), p. 196.

¹³⁸ Idem. Parentesis a las observaciones didácticas. In: _____. **Escritos políticos**, p. 196.

¹³⁹ Idem. Exposición de las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822. In: _____. **Escritos políticos**, p. 9; e Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**, 2009, p. 122 e 123.

¹⁴⁰ Idem, En la sesión de la noche del 12 de Enero de 1812, declamó así el ciudadano Monteagudo. In: HERRERO, Fabián. **Monteagudo: revolución, independencia, confederacionismo**, p. 59, ao tratar do grande terremoto da Venezuela.

¹⁴¹ Ibidem, p. 65.

¹⁴² Idem, Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009 (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 136.

¹⁴³ Idem, A las americanas del Sur. In: _____. **Escritos políticos**, p. 31.

¹⁴⁴ Idem, Parentesis a las observaciones didácticas. In: _____. **Escritos políticos**; entre outros.

¹⁴⁵ Como em Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Eliseos. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clasica, 23), p. 66.

E é essa luta contra os espanhóis, a guerra pela liberdade contra um mesmo inimigo, que, neste momento, une os diferentes povos da América, como aponta na abertura da Sociedade Patriótica de Lima, em 1822:

En fin, quiera el que habita en la inmensidad, y el que ha visto nuestra opresión, aun antes de que nosotros existiésemos, conceder al pueblo peruano la absoluta posesión de sus derechos, y que la sociedad patriótica de Lima celebre por más cien siglos el aniversario de su instalación, junto con el de esa gran batalla en cuyo campo quedó trazada la unión que existirá siempre entre los estados independientes del Perú, Chile y Provincias del Río de la Plata.¹⁴⁶

Para ele, a dinâmica da relação entre os diferentes povos do continente era comparável à familiar. Em Buenos Aires no ano de 1812, Monteagudo se refere à população de Caracas como “un pueblo hermano”, “un pueblo amigo”, e, por fim, “nuestros hermanos”.¹⁴⁷ Aos demais povos da América, de maneira geral, também trata como parentes, irmãos, tal como se nota nos trechos que seguem:

La sagrada tea de la LIBERTAD arde ya por toda la América: podrá quizá un déspota aventurero o un desnaturalizado **parricida** apagarla en alguna pequeña parte con las lágrimas y la sangre de **nuestros mismos hermanos**¹⁴⁸

Y si nos creemos dignos del nombre americano, vamos, vamos cuanto antes a exterminar a los mandatarios de Montevideo, a confundir al protervo Goyeneche, y a salvar a **nuestros hermanos** del imperio de la tiranía¹⁴⁹

Anos mais tarde, reforça a ideia ao discutir a necessidade de uma federação geral para os Estados hispano-americanos, visando a

formar un foco de luz que ilumine a la América: crear un poder que una las fuerzas de catorce millones de individuos: estrechar las relaciones de los americanos,

¹⁴⁶ MONTEAGUDO, Bernardo. Oración inaugural de la Sociedad Patriótica de Lima. In: HERRERO, Fabián, op. cit., p. 196. A batalha a que Monteagudo se refere é a de 12 de fevereiro de 1817, data em que San Martín e Bernardo O’Higgins lideram a tomada de Santiago do Chile pelos libertadores.

¹⁴⁷ Idem, En la sesión de la noche del 12 de Enero de 1812, declamó así el ciudadano Monteagudo. In: HERRERO, Fabián. **Monteagudo: revolución, independencia, confederacionismo**, p. 62.

¹⁴⁸ Idem, El editor. In: _____. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009. (Biblioteca nacional de Identidad, 1), p. 73.

¹⁴⁹ Idem, Apéndice a todas las observaciones de este periodico. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 41.

uniéndolos por el gran lazo de un congreso común, para que aprendan a identificar sus intereses y formar a la letra **una sola familia**¹⁵⁰

Contudo, apesar de Monteagudo centrar a união e a identidade dos americanos em uma oposição violenta aos espanhóis, seu ódio não passa de uma estratégia para conduzir a revolução, favorecendo a causa americana. Ele próprio o confessa em sua *Memória*, ao tratar dos princípios que seguira no governo peruano:

He aquí el primer principio de mi conducta pública. Yo empleé todos los medios que estaban a mi alcance para inflamar el odio contra los españoles [...]. Esto era mi sistema, y no pasión: yo no podía aborrecer a una porción de miserables que no conocía, y que apreciaba en general, porque prescindiendo de los intereses de América, es justo confesar que **los españoles tienen virtudes eminentes, dignas de imitación y de respeto**.¹⁵¹

E tanto é assim que, em *Dialogo*, através da fala de Atahualpa, Monteagudo reconhece que os habitantes da América devem aos espanhóis a religião que professam, o cristianismo, “a luz del Evangelio”.¹⁵² O Inca, ao longo do debate com Fernando, venera a Igreja e a religião católica, apesar de criticar a dominação espanhola e a atitude do papa em doar as terras que “não lhe pertenciam”. O tucumano também as defende, por duas vezes na abertura da Sociedade Patriótica de Buenos Aires, do uso feito pelos espanhóis, afirmando se tratar de “una religión cuya santidad es incompatible con el crimen sirvió de pretexto al usurpador”.¹⁵³

Para além da crença, a herança cultural ibérica também aparece no constante uso de exemplos da história e da mitologia greco-romana em seu discurso. Em diversos momentos, são mencionados personagens e episódios para embasar sua argumentação, entre eles: Cartago, Roma, Aníbal; César, Sila; Catão; Epimeteo, Vulcano; Tácito.¹⁵⁴ Para ele, “Las artes

¹⁵⁰ MONTEAGUDO, Bernardo. Ensayo sobre la necesidad de una federación general entre los Estados Hispano-americanos y plan de su organización. In: _____. **Escritos políticos**, p. 164.

¹⁵¹ Idem, Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**, p. 118-119.

¹⁵² Idem, Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Eliseos. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clasica, 23), p. 69.

¹⁵³ Idem, Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 229.

¹⁵⁴ Idem, Contra las facciones. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, p. 333; Pasiones. In: _____. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009. (Biblioteca nacional de Identidad, 1), p. 45 e 47; Patriotismo. In: _____. **Escritos políticos**, p. 35; Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**, p. 117; Continúan las observaciones didácticas V. In: _____. **Escritos políticos**, p. 209.

de los fenicios, la cultura de la Grecia y la sabiduría de Roma, fueron a su turno una sátira contra las demás naciones, que al mismo tiempo no eran sino grandes hordas de salvajes.”¹⁵⁵ A antiguidade clássica também aparece como orientação e como exemplificação das virtudes e dos vícios de um governo e de seus cidadãos, como base para a definição do modelo que deverá ser instaurado nos novos Estados:

Cuando veo a Roma libre producir tantos héroes como ciudadanos, cuando veo al tribuno, al cónsul, al dictador sacrificarse en las calamidades públicas a las furias infernales por medio de una augusta y terrible ceremonia; cuando veo que el espíritu público forma el patrimonio de un romano; cuando veo el pabellón de la república en toda Italia, en una parte de la Sicilia, en la España, en las Galias y aun en el África, infiero desde luego que en Roma no puede haber un usurpador, porque veo que el pueblo sostiene sus derechos y respeta sus deberes; pero cuando veo que cada magistrado es un concesionario, que sólo el dinero y la intriga elevan los pretendientes a las sillas curules, que las legiones de la República no son ya sino las legiones de los próceres, y que los ciudadanos no tratan sino de hacer un tráfico vergonzoso de sus derechos, no dudo que se acerca la época de Augusto y el fin de la república.¹⁵⁶

Ao longo de sua trajetória, percebemos em seus textos que o cidadão é central na discussão sobre a forma de governo, definida a partir de seu perfil, de sua capacidade de compreender seu papel no novo Estado, de sua formação e de seu comportamento. Para ele, seriam cidadãos nas Províncias Unidas do Prata, em 1812:

Todo hombre mayor de veinte años que no esté bajo el dominio de otro, ni se halle infamado por un crimen público plenamente probado, y acredite que sabe leer y escribir, y se ejercita en alguna profesión, sea de la clase que fuere, con tal que se haga inscribir en el registro cívico de su respectivo cantón, después de haber vivido más de un año en el territorio de las Provincias Unidas, obligando su persona y bienes al cumplimiento de los deberes que se imponga, gozará los derechos de ciudadanía. El que reúna estas cualidades debe ser admitido a la lista nacional, sea su procedencia cual fuera, sin que haya la más pequeña diferencia entre el europeo, el asiático, el africano y el originario de América.¹⁵⁷

¹⁵⁵ MONTEAGUDO, Bernardo. El siglo XIX y la Revolución. In: _____. **Escritos políticos**, p. 42.

¹⁵⁶ Idem, Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812. In: _____. **Escritos políticos**, p. 232.

¹⁵⁷ Idem, Clasificación. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 172.

Justifica todas as exclusões e requisitos demonstrando sua importância e influência na construção do novo governo.¹⁵⁸ Em outro documento, reforça que “los labradores y gente de campaña [...] por ningún título deben ser excluidos de las funciones civiles, y mucho menos del rango de ciudadanos, si por otra parte no se han hecho indignos de este título”.¹⁵⁹

A cidadania teria também uma relação direta com o patriotismo e com a participação na luta pela liberdade:

Para amar a la patria basta ser hombre, para ser patriota es preciso ser ciudadano, quiero decir, tener las virtudes de tal. [...] El que no tenga un verdadero espíritu de filantropía o interés por la causa santa de la humanidad, el que mire su conveniencia personal como la primera ley de sus deberes, el que no sea constante en el trabajo, el que no tenga esa virtuosa ambición de la gloria, dulce recompensa de las almas grandes, no puede ser patriota, y si usurpa este renombre es un sacrílego profanador.¹⁶⁰

Tais virtudes são, para Monteagudo, as condições para que se construa um governo livre, republicano e democrático, como o que prega no início da década de 1810:

Ciudadanos de la América del Sud, jamás podremos ser libres si no dejamos de mano a las pasiones: para llegar al santuario de la libertad, es preciso pasar por el templo de la virtud. La libertad no se adquiere con sátiras injuriosas ni con discursos vacíos de sentido: jamás violemos los derechos del hombre, si queremos establecer la constitución que los garantiza. La imparcialidad presida siempre a nuestros juicios, la rectitud y el espíritu público a nuestras deliberaciones y de este modo la patria vivirá a pesar de los tiranos.¹⁶¹

Vê-se aqui novamente o discurso contrário à tirania, ao despotismo, repetido sempre ao longo de sua trajetória política, marcado a essa época pelo caráter doutrinador que assume a defesa da república e da democracia. Em textos de 1811 e 1812, tais valores ainda são incitados por gritos de guerra como “*¡viva la república, viva la constitución del Sud!*”¹⁶²

Visando esclarecer os princípios adequados e orientar a população, Monteagudo escreve, entre fevereiro e maio de 1812, uma série de artigos intitulada *Observaciones didácticas*, nas quais os conceitua, começando pela liberdade: “una propiedad inalienable

¹⁵⁸ MONTEAGUDO, Bernardo. Clasificación. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 172-174.

¹⁵⁹ Idem. Ciudadanía. In: _____. **Escritos políticos**, p. 184.

¹⁶⁰ Idem. Patriotismo. In: _____. **Escritos políticos**, p. 34-35.

¹⁶¹ Idem, El vasallo de la ley al editor. In: _____. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009. (Biblioteca nacional de Identidad, 1), p. 31.

¹⁶² Idem, Pasiones. In: _____. **Patriotas**, p. 49.

e imprescriptible que goza todo hombre para discurrir, hablar y poner en obra lo que no perjudica a los derechos del otro, ni se opone a la justicia que se debe a sí mismo”,¹⁶³ qualificando a liberdade civil como a delimitada pela razão e nivelada pela vontade geral. Passa também pela definição de igualdade, pela defesa da propriedade e da segurança do cidadão, concluindo que:

mientras se pongan trabas a la LIBERTAD, mientras la igualdad se tenga por delirio, mientras la propiedad se viole por costumbre y sin rubor, no hay seguridad, y el decantado sistema liberal sólo hará felices a los que para serlo no necesitan más de imaginar que lo son. [...] Ya es preciso convenir en que no puede haber seguridad interior ni exterior, civil ni política sin la unión de esfuerzos físicos y morales, combinación casi imposible mientras clame el interés privado, grite la preocupación y forme sistema la ignorancia.¹⁶⁴

Monteagudo defende também que a felicidade do povo se encontra no pacto social –

Entre el hombre y la ley, entre la majestad y el ciudadano, entre la Constitución y el pueblo hay un pacto recíproco por el cual se obligan todos a conservarse y sostenerse en los precisos límites que les designó la necesidad al tiempo de la convención. Su mutua felicidad consiste en no aspirar cada uno a más de lo que debe, ni dejar impune la usurpación de lo que reclama el justo interés de un poseedor inviolable¹⁶⁵

– e que “*la soberanía reside sólo en el pueblo y la autoridad en las leyes*”.¹⁶⁶ A lei seria o instrumento fundamental para combater a tirania, definindo os termos do exercício da autoridade pelos governantes eleitos, sendo a soberania popular a base dessa lei, da constituição que as determina:

Los pueblos tienen una voluntad determinada, cierta y expresa para ser libres: ellos no han renunciado ni pueden renunciar a este derecho: declararlos tales, no es sino publicar el decreto que ha pronunciado en su favor la naturaleza: pero dictar la constitución a que deben sujetarse, es suponer en ellos una voluntad que no tienen, es inferir arbitrariamente de un principio cierto una consecuencia injusta e ilegítima, no habiendo aún expresado por ningún acto formal o presunto cuál sea la forma de gobierno que prefieren. Concluyo de todo esto, que aunque sea justo, legal y

¹⁶³ MONTEAGUDO, Bernardo. Observaciones didácticas. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 166-167.

¹⁶⁴ Idem, Continúan las observaciones didácticas II. In: _____. **Escritos políticos**, p. 181-182.

¹⁶⁵ Idem, Continúan las observaciones didácticas III. In: _____. **Escritos políticos**, p. 188.

¹⁶⁶ Idem, Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 235.

conforme a la voluntad de los pueblos declarar su independencia, no lo sería de ningún modo fijar su constitución; así como tampoco puede inferirse por la impotencia actual de establecer ésta, la inoportunidad de publicar aquélla.¹⁶⁷

Todavía, o revolucionário entende que as circunstâncias pelas quais se passa naquele momento são excepcionais e exigem medidas fortes para a manutenção do bem maior. Dessa forma, para ele, sendo eleita,

La asamblea debe resolver y adoptar todas las medidas que puedan salvar la patria, sin temor de violar los derechos de los pueblos, cuya primera y última voluntad es conservar su existencia. Ésta debe ser la ley constitucional que siga en todas sus deliberaciones, y en virtud de ella queda autorizada para obras según el imperio de las circunstancias y la urgencia de los peligros.¹⁶⁸

E conclui, por fim, que

Examinados prolijamente estos principios, quizá mi opinión particular sería crear un dictador bajo las fórmulas, responsabilidad y precauciones que en su caso podrían fácilmente detallarse. Concentrar la autoridad en un solo ciudadano acreedor a la confianza pública, librar a su responsabilidad la suerte de los ejércitos y la ejecución de todas las medidas concernientes al suceso, y en una palabra, no poner otro término a sus facultades que la independencia de la patria, dejando a su arbitrio la elección de los sujetos más idóneos en cada uno de los ramos de administración, y prescribiéndole el término en que según las urgencias públicas debía expirar esta magistratura, con las demás reglas que se adoptasen¹⁶⁹

Uma das funções do ditador seria garantir a segurança do Estado e manter a ordem, questão muito importante para Monteagudo já que, para ele, a harmonia civil é o único sustentáculo da liberdade,¹⁷⁰ seu valor mais caro. Por conta disso, o autor faz duras críticas às paixões:

... las pasiones determinan en el orden moral la existencia, el equilibrio, o la ruina de los estados. Su combinación reciproca sostiene al monarca sobre su trono, eleva a los cónsules a las sillas curules, apoya el cetro en las manos de un déspota y

¹⁶⁷ MONTEAGUDO, Bernardo. Continúan las observaciones didácticas V. In: _____. **Escritos políticos**, p. 211.

¹⁶⁸ Idem, Continúan las observaciones didácticas IV. In: _____. **Escritos políticos**, p. 201.

¹⁶⁹ Idem, Concluyen las observaciones didácticas. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 217.

¹⁷⁰ Idem, El vasallo de la ley al editor. In: _____. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009. (Biblioteca nacional de Identidad, 1), p. 30.

envuelve a todos a su vez en los horrores de una procelosa anarquía. [...] Sé que las pasiones producen grandes virtudes, y que éstas se forman fácilmente, cuando aquéllos se dirigen con prudencia. Al gobierno toca mover este resorte, estimulando el amor a la gloria, la noble ambición y ese virtuoso orgullo que ha producido tantos héroes [...] La templanza que es la virtud contraria a este vicio, es tanto más recomendable, cuanto ella es la base de la libertad y el cimiento de las repúblicas. Ningún pueblo fue libre sin ser moderado, y las leyes agrarias, suntuarias syssiziacas y funerales, sabemos que fueron las más firmes columnas de la independencia ática, y de la majestad del pueblo romano. Ellas aseguraban los fondos de un propietario, sin darle esperanza de poseer más de lo preciso¹⁷¹

Para que isso ocorra, a igualdade também precisaria ser balizada em função da ordem. Assim, dentro das *Observaciones didácticas*, Monteagudo faz a seguinte ressalva:

Pero no confundamos la igualdad con su abuso: todos los derechos del hombre tienen un término moral cuya mayor trasgresión es un paso a la injusticia y al desorden: los hombres son iguales, sí, pero esta igualdad no quita la superioridad que hay en los unos respecto a los otros en fuerza de sus mismas convenciones sociales: el magistrado y el súbdito son iguales en sus derechos, la ley los confunde bajo un solo aspecto, pero la convención los distingue, sujeta el uno al otro y prescribe la obediencia sin revocar la igualdad.¹⁷²

Outra ferramenta fundamental para barrar a tirania seria a ilustração. Para Monteagudo, “La ignorancia es el origen de todas las desgracias del hombre”,¹⁷³ pois um povo “ignorante, preocupado y fanático” não consegue apreciar a liberdade, restando a ele, para ser escravizado, apenas que um tirano se apresente, por isso os espanhóis impediram, ao longo dos três séculos de dominação, o desenvolvimento das ciências, do comércio, da agricultura e da indústria na América.¹⁷⁴ Portanto, para afastar o despotismo, seria preciso ilustrar o povo, de maneira controlada, pois

¹⁷¹ MONTEAGUDO, Bernardo. Pasiones. In: _____. **Patriotas**, p. 45-48.

¹⁷² Idem. Continúan las observaciones didácticas. In: _____. **Escritos políticos.**, p. 178.

¹⁷³ Idem, Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812. In: _____. **Escritos políticos.** Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 237.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 238 e 239.

La ilustración es el garante de la felicidad de un Estado; pero cuando llega a generalizarse en todas las clases el remedio es peor que el mal [...], confunde la realidad de los objetos con sus ficticias especulaciones.¹⁷⁵

...todo el pueblo [...] necesita que os que mejor conocen sus intereses lo ilustren, y sabe muy bien que aunque no es fácil se corrompa su corazón, podría vacilar su suerte en los peligros, fluctuar su prosperidad en la paz y ver amenazada su existencia por la fuerza o la anarquía.¹⁷⁶

Enfim, em 25 de maio, aniversário de dois anos da revolução de Buenos Aires, Monteagudo encerra a série de artigos: “Energía e virtud: en estas palabras se ve el compendio de todas las máximas que forman el carácter republicano.”¹⁷⁷ Desse modo, analisando todos estes princípios que o revolucionário elege como norteadores da revolução e de seu novo governo, fica bastante clara a sua posição republicana àquela época. E, mesmo com as orientações dadas à Assembleia e a indicação de um governo ditatorial,¹⁷⁸ é frequente, neste período, a defesa de tais valores, especialmente os ligados à soberania popular e à constituição. Entretanto, esta postura não é a única na trajetória do autor, conhecido por ter um pensamento oscilante no que diz respeito especialmente à forma de governo.¹⁷⁹

Após a derrubada do Segundo Triunvirato, Monteagudo passa a criticar as facções e, consequentemente, os partidos – “la facción es el enemigo irreconciliable de la libertad”¹⁸⁰ –, defendendo uma forma popular de governo que corresponderia à do Diretor Supremo Carlos María de Alvear (1814-1815),¹⁸¹ ao qual se alia. Sua oposição ao “espíritu de partido” se radicaliza a partir de 1820, vinculando-o à já mencionada questão das paixões: “el patriotismo ha desarrollado el germen de las virtudes cívicas, pero al mismo tiempo ha creado al espíritu de partido, origen de

¹⁷⁵ MONTEAGUDO, Bernardo. Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 240.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 233.

¹⁷⁷ Idem, Apéndice a todas las observaciones de este periodico. In: _____. **Escritos políticos**, p. 40.

¹⁷⁸ Ver página 78 e segs. deste capítulo.

¹⁷⁹ O historiador G. Montoya apresenta em seu artigo “Pensamiento político de Bernardo Monteagudo: entre el autoritarismo y la democracia”, um panorama dos momentos que levam o tucumano a esses “sorpreendentes giros de su reflexión ideológica”. **Investigaciones sociales**, ano V, n. 8, p. 81-111. UNMSM/IIHS, Lima, Peru, 2001.

¹⁸⁰ MONTEAGUDO, Bernardo de. Contra las facciones. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clásica, 23), p. 313.

¹⁸¹ Idem, Aristócratas en camisa. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 75. Em dois textos anteriores, ambos de 1812, Monteagudo já faz menção ao problema das facções, porém sem a mesma preocupação que passa a ter em 1815. Ver: Censura política. In: _____. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009. (Biblioteca nacional de Identidad, 1), p. 63; e Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812. In: _____. **Escritos políticos**, p. 241.

crímenes osados y de antipatías funestas”.¹⁸² Parte então para a defesa de uma “constitución **moderadamente** liberal” e se preocupa com “los peligros de la democracia”, associando-a à ideia de “tiranía del pueblo”¹⁸³ e enfatizando sua proposta de um governo provisório forte:

Cuando el Estado sufre una repentina y general transformación y se subroga a la antigua autoridad un poder reciente, la buena fe es el único código que detalla el ejercicio de sus atribuciones. Mientras se establece el nuevo plan de obligaciones y derechos, al menos con el carácter de provisional, es forzoso que los límites de la autoridad sean indefinidos y que el respecto a la opinión de los hombres regule la conducta del que manda. Pero siempre es un deber anticipar los deseos del pueblo, haciendo cuanto antes conocer las leyes que debe cumplir y las que debe observar el mismo que las da.¹⁸⁴

Ainda assim, embora não seja mais um entusiasta da democracia, Monteagudo mantém-se um republicano ao apontar que, uma vez dada a independência da América, então,

la única cuestión que ocupa a los que piensan es acerca de la forma de gobierno que convenga a adoptar: el nombre de rey se ha hecho odioso a los que aman la libertad: el sistema republicano inspira confianza a los que temen la esclavitud: este gran problema será resuelto por el próximo congreso: *la voluntad general dará la ley y ella será respetada y sostenida*.¹⁸⁵

Portanto, colocando-se contra a “escravidão” e a favor da luta pela liberdade ao longo de sua trajetória, Monteagudo se encaixa no grupo dos republicanos, não só por sua própria definição dada neste texto de 1822, mas também pela postura de dar à vontade geral a responsabilidade da decisão sobre o assunto, respeitando o que por ela for determinado.

Sua crítica final à democracia na América se dá em *Memoria*, de 1823, em boa parte pautada pela grande desilusão de ser derrubado por um golpe em Lima, juntamente com o governo provisório de San Martín. Retomando sua trajetória de revolucionário, credita a seus “enormes padecimientos” e a “las ideas demasiado inexactas que entonces [cerca de 1812, quando escrevia no periódico *Mártir o libre*] tenía de la naturaleza de los gobiernos” seu fanatismo democrático, sua crença de que ser patriota sem ser “frenético por la democracia”

¹⁸² MONTEAGUDO, Bernardo de. El siglo XIX y la Revolución. In: _____. **Escritos políticos**, p. 45.

¹⁸³ Ibidem, p. 46, grifos nossos.

¹⁸⁴ Idem, Exposición de las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822. In: _____. **Escritos políticos**, p. 86.

¹⁸⁵ Idem, Exposición de las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 109.

era uma contradição, e aponta o “furor democrático, y algunas veces la adhesión al sistema federal,” como responsáveis pelos problemas enfrentados no continente.¹⁸⁶ Admite que, por conta disso, um dos princípios que seguiu no decorrer de sua participação no governo peruano foi o de “restringir las ideas democráticas [...] que en otras partes nos había producido tantos males”. Para ele, o Peru não apresentava os requisitos necessários para este tipo de governo, pois a moral de seu povo era “la de un pueblo que ha sido esclavo hasta el año [18]21”; seu grau de civilização era insuficiente por conta da falta de ilustração; havia sérios problemas com a distribuição da riqueza; e, por fim, as relações entre as diferentes classes sociais “presentan un cuadro de antipatías e intereses encontrados, que amenazan la existencia social si un gobierno sabio y vigoroso no previene su influjo”, sendo marcadas pelas “animosidades recíprocas”.¹⁸⁷ Dessa forma, Monteagudo crê que o povo peruano precisa ser preparado para receber um governo constitucional,¹⁸⁸ entendendo que

Sólo un gobierno eminentemente vigoroso, capaz de deliberar sin embarazo y de ejecutar con rapidez, podrá equilibrar tan grandes desventajas [...] si el gobierno no es bastante vigoroso para mantener siempre la superioridad en tales contiendas, la anarquía levantará su trono sobre cadáveres y el tirano que suceda a su imperio se recibirá como en don del cielo, porque tal es el destino de los pueblos que en ciertos tiempos llaman felicidad a la desgracia que los salva de otras mayores.¹⁸⁹

Percebe-se neste ponto que, apesar da mudança radical em relação à democracia, Monteagudo mantém parte das ideias que defendia já em 1812: a luta contra a tirania e sua associação a um estado prévio de anarquia, de falta de ordem, e a necessidade de um governo forte. E, considerando que a preocupação com a criação de um ambiente propício ao governo constitucional no Peru teria sido, como o autor afirma, um dos princípios seguidos em sua administração,¹⁹⁰ – acreditando que esta forma seria a mais adequada ao controle do despotismo¹⁹¹ – nota-se uma reiteração de ideias ligadas ao republicanismo, já exaltadas anteriormente. Corrobora esta interpretação a intenção declarada de Monteagudo em acelerar a reunião do Congresso, não só para “que éste dictase los reglamentos que debían servir de norma a la administración”, mas também para “que las actas provisionales del gobierno directivo

¹⁸⁶ MONTEAGUDO, Bernardo de. Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**, p. 117.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 120-126.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 129.

¹⁸⁹ Ibidem,, p. 130-131.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 129.

¹⁹¹ Ibidem, p. 137.

recibiesen la sanción del Congreso” e, por fim, para que representantes do povo nomeassem o sucessor de San Martín.¹⁹² Assim, seja pelos apontamentos acima, seja pela falta de referências à tradição ou à sucessão do poder por meios hereditários, não se vê aqui nenhuma referência ao estabelecimento de um regime monárquico no Peru, mas sim a uma forma autoritária, já que Monteagudo defende a elevação de um governo provisório sem a participação popular, no caso, o de San Martín após a tomada de Lima.

Sua inclinação ao republicanismo mantém-se no ano seguinte – já tendo Monteagudo se aproximado de Bolívar –, ao defender a formação de uma federação que unisse todos os países hispano-americanos com o intuito de protegê-los de possíveis ameaças da Santa Aliança.¹⁹³ A forma desse federalismo seria a de uma “asamblea de ministros, cuyos poderes e instrucciones estén llenos de previsión y de sabiduría”, e seria obra de um “congreso de plenipotenciarios de cada Estado”.¹⁹⁴ Neste documento, aponta o “*imperio do Brasil*” como ameaça e demonstra total desacordo com as atitudes de Pedro I, um “soberano que no muestra el respeto que debía a las instituciones liberales cuyo espíritu le puso el cetro en las manos, para que en ellas fuese un instrumento de libertad y nunca de opresión”.¹⁹⁵ Novamente, nenhuma indicação de tendência monarquista, pelo contrário: todos os inimigos das “repúblicas que acaban de nacer en el nuevo mundo” estão ligados aos valores monárquicos. Desse modo, o que Monteagudo continua pregando aqui é o governo forte que sempre defendeu, com caráter republicano.

Todavia, no início de seu envolvimento com a causa da liberdade, pode-se perceber certa simpatia pela monarquia em seu discurso. No já mencionado *Dialogo...*, ao construir uma imagem do Inca, “el infeliz soberano del Imperio do Peru”, como um governante honrado, Monteagudo abre espaço para a possibilidade de um monarca justo, que luta contra a tirania de Fernando VII, já que

... siendo la base y único firme sustentáculo de una legión y bien fundada soberanía, la libre, espontánea y deliberada voluntad de los pueblos en la cesión de sus derechos, el que, atropellado este sagrado principio, consiguiese subyugar una

¹⁹² MONTEAGUDO, Bernardo de. Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**, p. 145-146.

¹⁹³ Idem, Ensayo sobre la necesidad de una federación general entre los Estados Hispano-americanos y plan de su organización. In: _____. **Escritos políticos**.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 157.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 156.

nación y ascender al trono sin haber subido por este sagrado escalón, será en vez de Rey un tirano.¹⁹⁶

Mais adiante, Monteagudo descreve a relação entre a população e seu rei, antes da chegada dos espanhóis:

... los americanos [...] que los más viven reunidos en sociedad; que tienen sus soberanos a quienes obedecen con amor, y que cumplen con puntualidad sus órdenes y decretos. Saben, en fin, que estos monarcas descienden igualmente que tú [Fernando], de infinitos reyes, y que bajo de su dominio disfrutaban perfectamente sus vasallos de una paz inalterable¹⁹⁷

E na voz de Atahualpa continua, opondo-se aos espanhóis e comparando-os a seu povo:

Ved ahí, Fernando, la viva imagen de la conducta de tus españoles; ved, digo, sí con fundamento los noto de injustos, crueles y usurpadores, cuando del mismo modo que el francés en España, se han entronizado ellos en América contra la voluntad de los pueblos; cuando del mismo modo que aquél, **han quitado el cetro a unos soberanos descendientes de varios reyes y del mismo modo que tú, jurados unánimemente por sus pueblos**¹⁹⁸

Por fim, sintetiza:

El espíritu de la libertad, nacido con el hombre libre por naturaleza, ha sido señor de sí mismo desde que vio la luz del mundo. [...] si obligado a vivir preso en sociedad, ha hecho el terrible sacrificio de renunciar el derecho de disponer de sus acciones y sujetarse a los preceptos y estatutos de un monarca [...] desde el mismo instante en que un monarca, piloto adormecido en el regazo del ocio o del interés, nada mira por el bien de sus vasallos, faltando él a sus deberes, ha roto también los vínculos de sujeción y dependencia de sus pueblos.¹⁹⁹

Como pode ser observado nos trechos citados acima, o problema, a forma de governo equivocada, não é a monarquia em si, mas sim o despotismo, a tirania, a dominação de um povo contra a sua vontade. Uma monarquia baseada na tradição, na hereditariedade, e, mais que tudo, em um pacto social, é plenamente aceitável, até mesmo defensável, já que

¹⁹⁶ MONTEAGUDO, Bernardo de, Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Eliseos. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clasica, 23), p. 65.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 65-66.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 67, grifo nosso.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 69.

o Inca é o personagem colocado neste texto como protetor dos americanos, como modelo e governante justo.

Ainda assim, não se pode descartar a hipótese de se tratar de mera retórica, uma estratégia para conquistar o apoio popular, especialmente indígena. Mas é possível também que, antes da instauração das Juntas de Governo, este fosse o real pensamento de Monteagudo, que poderia ter se tornado um republicano convicto somente após as novas experiências políticas, sendo esta a primeira das alterações presentes em sua linha de pensamento.

José Bonifácio: da conciliação ao rompimento

A entrada de Bonifácio nas discussões sobre a independência brasileira se dá a partir da reação paulista aos decretos lisboetas de setembro de 1821. O cientista, como um dos líderes do governo provisório da província de São Paulo, redige os documentos apresentados ao príncipe regente em janeiro seguinte. Em *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados*, descreve o programa para orientação da deputação paulista nas Cortes e, nas duas representações que acompanham o documento, faz críticas às determinações vindas de Lisboa, defendendo, nos três textos, a manutenção da união do Brasil com Portugal na condição de reinos unidos sob a monarquia da Casa de Bragança. Assinado por outras autoridades paulistas, o documento estrutura o programa em três níveis – o Império lusitano, o Reino do Brasil e a província em particular – cada qual com suas atribuições, pois entendem que “é incontestável que ela [a nação portuguesa] é sempre a mesma; que os mesmos sentimentos a animam, quer habite um ou outro hemisfério”.²⁰⁰ Para eles, essa

parece ser a marcha que deve seguir o soberano Congresso para completar o augusto projeto de nossa regeneração política e recíproca união; objeto capital, que requer de todo o bom patriota a imparcialidade e boa-fé, madureza e crítica apurada, para que os laços indissolúveis, que hão de prender as diferentes partes da monarquia em ambos os hemisférios, sejam eternos como esperamos.²⁰¹

²⁰⁰ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação ao príncipe (1). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 135.

²⁰¹ Idem, *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados*. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 125.

Ao mesmo tempo em que buscam evitar a dissolução do Império, os paulistas também se preocupam com a manutenção da independência do Reino do Brasil, a qual “os portugueses nascidos no Brasil prezaram sempre”.²⁰² Tanto é que, no respectivo capítulo de *Lembranças...*, são definidas as funções de seu governo e defendido o estabelecimento de uma legislação que considere suas especificidades, além de “um governo-geral executivo para o Reino do Brasil, a cujo governo central estejam sujeitos os governos provinciais”.²⁰³ Via-se, tanto nos mencionados decretos, quanto na própria postura dos peninsulares em tratar das questões da constituição sem a presença de todas as deputações brasileiras, uma tentativa das Cortes de “condenar astuciosamente o Brasil a ser outra vez colônia, e a representar o papel de abjeto escravo”.²⁰⁴ Embora a recolonização do Brasil por Portugal não fosse uma possibilidade real – como demonstram Penalves Rocha e Berbel²⁰⁵ – esta retórica esteve na base da argumentação de Bonifácio pela defesa da independência e, posteriormente, da separação total. Além disso, os decretos também foram apontados como terríveis sentenças que, se cumpridas, levariam o Brasil à anarquia, à escravidão, e à orfandade,²⁰⁶ sendo que “sua execução, [...] será o primeiro sinal da desunião e da discórdia, será o princípio das desgraças incalculáveis que têm de arruinar a ambos os Reinos”.²⁰⁷ Por fim, os paulistas reiteram suas posições:

Mas nós declaramos perante os homens, e perante Deus com solene juramento, que não queremos, nem desejamos separar-nos de nossos caros irmãos de Portugal; queremos ser irmãos, e irmãos inteiros, e não seus escravos; e esperamos que o soberano Congresso, desprezando projetos insensatos e desorganizadores, e pensando seriamente no que convém a toda a nação portuguesa, ponha as coisas no pé da justiça e da igualdade, e queira para nós o que os portugueses da Europa queriam para si. Então, removidas todas as causas de desconfiança e

²⁰² ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação ao príncipe (1), p. 135.

²⁰³ Idem, *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados*. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 128.

²⁰⁴ Idem, Representação ao príncipe (2). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 138.

²⁰⁵ Ver ROCHA, Antonio Penalves. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo: Unesp, 2009; e BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: István Jancsó (org.). **Independência: História e Historiografia**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 791-808.

²⁰⁶ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação ao príncipe (2). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 140.

²⁰⁷ Idem, Representação ao príncipe (1). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 137.

descontentamento, reinará outra vez a paz e a concórdia fraternal entre o Brasil e Portugal.²⁰⁸

Em junho de 1822, a mesma preocupação com a independência aparece em decreto redigido por Bonifácio, então ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, determinando a convocação de “uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, composta de deputados das províncias do Brasil”,²⁰⁹ em resposta às representações de procuradores-gerais, câmaras e do povo brasileiro, vendo que

era necessário e urgente para a manutenção da integridade da monarquia portuguesa, e justo decoro do Brasil, a convocação de uma assembléia luso-brasiliense, que, investida daquela porção de soberania, que essencialmente reside no povo deste grande e riquíssimo continente, constitua as bases sobre que se devam erigir a sua independência, que a Natureza marcara, e que já estava de posse, e a sua união com todas as outras partes integrantes da grande família portuguesa.²¹⁰

Os textos também marcam a importância de se “manter uma justa igualdade de direitos entre ele [o Reino do Brasil] e o de Portugal”,²¹¹ seja nos direitos civis e políticos de seus cidadãos,²¹² seja na equiparação hierárquica dentro da monarquia,²¹³ ou qualquer outra esfera de atuação de um reino independente.²¹⁴

Paralelamente, receoso com a postura das Cortes, Bonifácio começa a buscar apoio nos recém instituídos governos vizinhos. Já em maio de 1822, com a vacância do cargo de cônsul do Império em Buenos Aires, envia Antônio Manuel Corrêa da Câmara para atuar

²⁰⁸ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação ao príncipe (2). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 144.

²⁰⁹ Idem, Decreto de 3 de junho de 1822. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 146.

²¹⁰ Ibidem, p. 146.

²¹¹ Ibidem, p. 146.

²¹² Idem, Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, cap. II, item 2º, p. 126: “Determinar-se onde deve ser a sede da monarquia, se no Reino do Brasil [...]; ou alternativamente pelas séries dos reinados em Portugal e no Brasil; ou finalmente no mesmo reinado por certo tempo, que se determinar”.

²¹³ Em **Lembranças...**, por exemplo, há a indicação de se determinar o local para a sede da monarquia, “se no Reino do Brasil [...]; ou alternativamente pelas séries dos reinados em Portugal ou no Brasil; ou finalmente no mesmo reinado por certo tempo, que se determinar”. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 126.

²¹⁴ Em **Lembranças...**, essas esferas se encontram mais detalhadas. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 125-133.

junto àquele governo sem nenhum acerto prévio com os portugueses. Entre as instruções dadas ao representante brasileiro, o ministro determina que o mesmo procure

por meios indiretos adquirir partido no governo de Buenos Aires, e principalmente no do Paraguai, por ser o que pode melhor ser-nos útil, para que, ligado com o outro de Montevideu, possam vigiar as manobras e maquinações, assim de Buenos Aires como de Entre Rios,

ressaltando que,

uma vez consolidada a reunião e independência do Brasil, então a Europa perderá de uma vez toda a esperança de restabelecer o antigo domínio sobre as suas colônias.²¹⁵

Corrêa da Câmara deveria também prometer “da parte de s.a.r. o reconhecimento solene da independência política destes governos” e expor-lhes “as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil”.²¹⁶ Com isso, Bonifácio enfrenta diretamente os peninsulares, caminhando para a instauração no Brasil de um governo cada vez mais independente do Reino de Portugal e apontando para a possibilidade de um confronto armado.

O *Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas*, de agosto, marca uma ruptura ainda maior. Através dele, o príncipe proclama a “Independência política” do Brasil, com o intuito de “conservar ilesos e firmes seus imprescriptíveis direitos, contra os quaes Portugal sempre attentou, e agora, mais que nunca, depois da decantada regeneração política da monarchia pelas Côrtes de Lisboa”.²¹⁷ Embora haja o protesto “perante Deos e á face de todas as nações amigas e alliadas” de que não se deseja “cortar os laços de união e fraternidade que devem fazer de toda a nação portugueza hum só todo político bem organizado”,²¹⁸ o que se coloca neste documento, na verdade, é o **rompimento**. Ainda que em caráter provisório em virtude do suposto cárcere de João VI, uma vez que o manifesto pretende tornar as ações do governo brasileiro totalmente independentes do português, ou seja, das Cortes de Lisboa, se configura a intenção da separação não só pela menção à

²¹⁵ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. José Bonifácio a Corrêa da Câmara. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 148.

²¹⁶ Ibidem, p. 148.

²¹⁷ Idem. Manifesto de 6 de Agosto. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**. Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. v. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 266.

²¹⁸ Ibidem, p. 279.

convocação da Assembleia Constituinte e Legislativa,²¹⁹ mas especialmente pelo convite feito às nações amigas de “continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mutuo interesse e amizade”, bem como de enviar “seus Ministros e Agentes Diplomaticos” e a receber os brasileiros, “em quanto durar o captiveiro d’El-Rei”.²²⁰

As nomeações de Felisberto Caldeira Brant Pontes e de Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa como encarregados de Negócios do Reino do Brasil, nas cortes de Londres e Paris respectivamente, bem como as orientações feitas a eles por José Bonifácio, refletem o crescimento das animosidades entre o governo brasileiro e Lisboa e confirmam a ideia de rompimento. Ambas as instruções são bastante semelhantes e determinam que os representantes exponham “com energia e clareza os motivos justos que teve o Brasil de não reconhecer mais a autoridade do Congresso de Lisboa, e de querer uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa dentro do seu próprio território”, insistindo “sobre o estado de coação e cativo em que se acha el-rei em Lisboa” e que “s.a.r. para conservar a realza do Brasil e os direitos da augusta Casa de Bragança devia, como fez, anuir aos votos gerais dos brasileiros, que reclamavam a integridade deste país, e a sua independência política”. Ressalta que, “Nestas circunstâncias, [...] é indubitável a necessidade que tem o mesmo senhor de obrar no Brasil independentemente de Portugal, e de travar relações políticas diretamente com as Cortes estrangeiras que comerciam com este país”, ainda que não se deseje “uma independência absoluta do Reino de Portugal, pois pelo contrário toda a grande família portuguesa deve estar sujeita a um só chefe que é o sr. rei d. João VI”. Dessa forma, o objetivo central da missão dos encarregados seria “obter desse governo [britânico ou francês] o reconhecimento da independência política deste Reino [do Brasil]”, reiterando o convite para que enviem ao Brasil seus representantes diplomáticos.²²¹ Instruções similares foram remetidas a Jorge Antônio Schaeffer, em missão à Viena, poucos dias depois, no que tange a proclamação da independência política, bem como o estabelecimento das relações diplomáticas com o envio de representantes.²²² Nos três casos, era de suma importância que os representantes brasileiros conquistassem a simpatia e o apoio dos governos para a causa do Reino.

²¹⁹ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Manifesto de 6 de Agosto. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**. Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. v. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 279.

²²⁰ Ibidem, p. 280.

²²¹ Idem. Instruções a Gameiro. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 155 e 156. Nas instruções a Brant, os trechos respectivos a estas passagens se encontram em ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Instruções de José Bonifácio a Brant. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 150-152.

²²² Idem, Instruções de José Bonifácio a Schaeffer. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 161.

Apesar disso, a emancipação política brasileira só seria efetivamente declarada após o 7 de setembro, sendo reafirmada em decreto do dia 18:

Havendo o Reino do Brazil, de quem sou Regente e Perpetuo Defensor, declarado a sua emancipação política, entrando a ocupar na grande família das nações o lugar que justamente lhe compete, como nação grande, livre e independente; sendo por isso indispensável que elle tenha hum escudo real d'armas, que, não só se distingão das de Portugal e Algarves, até agora reunidas, mas que sejam característica deste rico e vasto Continente²²³

A partir de então, Bonifácio se dedica mais ainda à consolidação do novo Estado. Sua correspondência com os enviados brasileiros a outros governos se foca na defesa da emancipação e na necessidade de angariar o reconhecimento e o apoio das nações estrangeiras, respaldando-se em dois argumentos: a justiça dos motivos que levaram o Brasil à separação absoluta e a legitimidade do governo nas mãos de um herdeiro da Casa de Bragança. Como parte disso, orienta-os a refazer ou ratificar “quaisquer tratados que haviam com a monarquia portuguesa durante a união dos três Reinos, pois que estes têm necessariamente caducado depois que o Brasil se separou, constituindo-se nação livre e independente de Portugal e Algarves”.²²⁴ Mais adiante, instrui os representantes brasileiros a incentivarem a emigração de europeus ao Brasil, com o intuito não só de formar colônias agrícolas, favorecendo o desenvolvimento das técnicas de cultivo deste país, mas também de camuflar a remessa de oficiais, tropas e armamentos a serem empregados contra qualquer tentativa de retaliação à nova nação.²²⁵

Assim, em um pequeno intervalo de tempo, o político passa de defensor da integridade do Império lusitano a líder da emancipação brasileira e um dos fundadores do novo Império. Suas ideias com relação à união dos Reinos do Brasil e de Portugal, à unidade em um só corpo político, modificam-se diante da situação enfrentada, principalmente por conta da inflexibilidade das Cortes de Lisboa em aceitar as exigências americanas, acontecendo o mesmo com a sua percepção sobre a identidade. No início, é comum se encontrarem termos

²²³ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Instituição do brasão e bandeira nacional. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**. Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. v. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 281.

²²⁴ Idem, José Bonifácio a Brant. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 165.

²²⁵ Idem, José Bonifácio a Brant; Instruções a Telles da Silva. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**.

como “nação portuguesa” e “Império lusitano”,²²⁶ incluindo tanto o Brasil quanto Portugal em um mesmo grupo, bem como o uso de “portugueses nascidos no Brasil” e “portugueses da Europa”, mostrando uma referência mais geográfica que identitária.²²⁷ Todavia, conforme se criticam as determinações das Cortes, as diferenças entre ambos os grupos também crescem e as denominações “portugueses” e “brasileiros” passam a identificar não só os súditos de uma mesma monarquia que habitam continentes distintos, mas também dois grupos opostos, um em cada Reino, que brigam por seus espaços dentro do Império. Nota-se isso já na *Representação ao príncipe (I)*: primeiro, tratam-se todos como portugueses, enquanto se defende a manutenção da união; depois, fala-se de portugueses e brasileiros, a partir das ingerências de Lisboa.²²⁸ Na segunda representação, portugueses e brasileiros são vistos como irmãos, **deixando de haver uma unidade para existir uma fraternidade** e o que era até então Reino, parte do Império lusitano, torna-se “Império do Brasil”.²²⁹

As distinções crescem paulatinamente e, nas já mencionadas instruções iniciais a Corrêa da Câmara, Brant e Gameiro, José Bonifácio só se dirige aos seus como brasileiros, havendo uma única menção à união pelo termo “grande família portuguesa”,²³⁰ repetida no decreto de 3 de junho. A essa mesma época, nas instruções a Schaeffer, começam os usos de termos como “povos do Brasil”,²³¹ que simultaneamente diferenciam e aproximam as populações do território da antiga América portuguesa. Anteriormente, nas *Representações*, já apareciam as denominações “baianos”, “fluminenses” e “outros povos”,²³² porém, ainda existia o forte vínculo com Portugal, só ganhando o novo sentido a partir do manifesto de 6 de agosto, no qual a pluralidade de identidades dentro do Brasil aparece na forma de “povos deste Reino” e da repetição de “povos”, mesmo que se mantenham algumas menções aos “seus pais e irmãos da Europa”.

Após a emancipação e com os primeiros passos do novo Estado, fala-se dos portugueses como inimigos²³³ e a denominação “brasileiros” torna-se a única a definir os

²²⁶ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**.

²²⁷ Idem, Representação ao príncipe (1). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 135.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Idem, Representação ao príncipe (2). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**.

²³⁰ Idem, José Bonifácio a Corrêa da Câmara; Instruções de José Bonifácio a Brant e Instruções a Gameiro. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**.

²³¹ Idem, Instruções de José Bonifácio a Schaeffer. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 161.

²³² Idem, Representação ao príncipe (1). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 135.

²³³ Idem, José Bonifácio a Brant. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 170.

habitantes da nova nação. Ainda assim, não são apenas os nascidos na América que deverão ser acolhidos pelo novo Brasil, e sim

todo o Portuguez Europêo, ou o Brasileiro que abraçar o actual systema do Brazil, e estiver prompto a defendê-lo [...] Todo aquelle, porém, que não quizer abraça-lo, não devendo participar com os bons Cidadãos dos beneficios da sociedade, cujos direitos não respeite, deverá sahir do lugar em que reside, dentro de 30 dias, e do Brazil, dentro de 4 mezes nas Cidades centraes, e 2 mezes nas marítimas, contados do dia em que fôr publicado este meu real decreto²³⁴

Dessa forma, a identidade da nova nação seria construída, para Bonifácio, por um forte caráter político e não cultural, já que o cerne da questão estaria nas concepções e engajamento político de cada um e não em sua origem. Tal ideia é reforçada por discurso do estadista na Assembleia em julho de 1823, no qual afirma

Quando falo de malvados de Portugal, não compreendo todos os portugueses; eu não tenho idéias tão acanhadas; brasileiro é para mim todo o homem que segue a nossa causa, todo o que jurou a nossa independência. No curto tempo do meu ministério todo o homem de merecimento e de virtude, quer nascido no Brasil quer na Europa, foi por mim empregado, nunca me regulei por outros princípios.²³⁵

E, retornando ao momento dos conflitos com as Cortes de Lisboa, percebe-se que as inimizades e agressões são voltadas ao Congresso, autor real das injustiças e provocações, como ocorre, por exemplo, no manifesto de 6 de agosto²³⁶ ou no decreto de dezembro do mesmo ano, no qual se qualifica o Congresso de “demagógico”,²³⁷ não havendo menções diretas e contrárias ao povo português em si.

Entretanto, embora haja tal flutuação em seu pensamento no tocante à identificação com Portugal e à união dos reinos, o mesmo não se nota com relação às suas concepções de unidade política e territorial do Brasil. Logo em *Lembranças...*, quando ainda pensava o Império como uma única entidade, aponta como o primeiro item dos negócios da União a “Integridade e indivisibilidade do Reino Unido; declarando-se que as nossas atuais possessões

²³⁴ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Criação do tope e anistia política. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**. Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. v. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 283.

²³⁵ Idem, A Independência e os partidos. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 180.

²³⁶ Idem. Manifesto de 6 de Agosto. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**, Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. v. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 277.

²³⁷ Idem, Diversos actos de represálias contra súditos portugueses. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 286.

em ambos os hemisférios serão mantidas e defendidas contra qualquer força externa, que as pretender atacar ou separar”,²³⁸ sendo o desmembramento político do Brasil, a principal crítica aos decretos lisboetas de setembro de 1820. Para Bonifácio, ao determiná-lo, as Cortes criariam “governos provinciais, organizados de tal maneira que só parecem destinados de propósito para enfraquecer-nos, dividir-nos em partidos e desligar as províncias; a fim de melhor imperarem sobre cada uma”; além de deixarem “o Reino do Brasil sem um centro comum de governo e união, e tornando-o dependente de Lisboa em todas as suas relações e negócios; qual vil colônia sem contemplação”,²³⁹ o que levaria a nação à escravidão, à anarquia e à orfandade já mencionadas. No *Manifesto às nações amigas*, o ataque é mais contundente, afirmando que o Congresso de Lisboa “despedaçava a architectura magestosa do Imperio Brasileiro, que ia separar e pôr em continua luta suas partes, aniquilar suas forças, e até converter as Provincias em outras tantas republicas inimigas” e que “Sem esse centro de força e de união, finalmente, não poderião os Brasileiros conservar as suas fronteiras e limites naturaes”.²⁴⁰ Pouco tempo depois, já com a emancipação política declarada, o decreto de “Instituição do brasão e bandeira nacional” prevê que estes símbolos nacionais deverão “honrar as 19 Provincias, comprehendidas entre os grandes rios que são seus limites naturaes, e que formão a sua integridade que eu jurei sustentaa [*sic*]”.²⁴¹

A preocupação em integrar todo o território da América outrora portuguesa sob um único centro político acompanha Bonifácio ao longo de seu governo. Em carta a Brant de 4 de outubro de 1822, o ministro informa

que o estado político do Reino vai tomando um aspecto bem satisfatório aos amantes da boa causa. Todas as suas províncias, à exceção por ora do Pará e Maranhão, donde não temos notícias oficiais, têm proclamado a sua união a esta capital, têm reconhecido a imediata regência de s.a.r. e estão procedendo à eleição dos seus deputados. [...] o patriotismo brasileiro, e a adesão à pessoa do seu augusto defensor têm sugerido um novo meio de segurar a independência que proclamarão os povos; é esta a exaltação de s.a.r. ao trono imperial do Brasil, cortando-se assim o nó das incertezas, dando-se ao país a dignidade e consideração próprias e à Assembléia que

²³⁸ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002p. 126.

²³⁹ Idem, Representação ao príncipe (1). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 136 e 137.

²⁴⁰ Idem, Manifesto de 6 de Agosto. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 271 e 273.

²⁴¹ Idem, Instituição do brasão e bandeira nacional. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**, Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. v. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 281.

vai se instalar um poderoso e independente Estado. Sendo essa a vontade dos povos, já de sobejo pronunciada nas províncias, e sobretudo nesta capital, cujo entusiasmo tem até sido necessário moderar, é impossível que s. a. r. deixe de anuir quanto antes ao único meio de centralizar para sempre em si a revolução brasílica, e dirigi-la a bem dos povos.²⁴²

Destarte, para Bonifácio, o único meio de manter a unidade e evitar os “furores da anarquia”,²⁴³ seria instituir no Brasil a monarquia constitucional. Em 1823, meses após sua demissão do ministério, mantém a opinião de que somente desta forma seria protegida a integridade do Brasil:

[fui] o primeiro que preguei a Independência e liberdade do Brasil, mas huma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da Monarchia Constitucional, unico systema que poderia conservar unida e solida esta peça magestosa e inteiriça de architettura social desde o Prata ao Amazonas [...]; e nisto estou firme ainda agora, excepto se a salvação e Independência do Brasil exigir imperiosamente o contrario, o que Deos não permita.²⁴⁴

Desde os primeiros textos apresentados ao príncipe em 1821, nota-se a total preferência do cientista pela manutenção da Casa de Bragança no poder, ainda quando advoga em benefício do governo independente e centralizado no Brasil. Em *Lembranças*, propõe o estabelecimento de um

governo-geral executivo para o Reino do Brasil, a cujo governo central estejam sujeitos os governos provinciais [...]. Este governo-geral de união central do Brasil será organizado por emanção e delegação dos eleitores do povo e do poder supremo Executivo, e nos parece conveniente que no tempo em que a sede da monarquia e das Cortes não existir no Brasil seja sempre presidida a Regência pelo príncipe hereditário da Coroa.

O caráter possivelmente absolutista deste governo deveria ser controlado por uma Constituição “adequada” e, para ele,

A melhor constituição é aquela que conserva os homens em paz e amizade, e defende e garante os direitos políticos e civis; pelo contrário, aquela que faz temer contínuos tumultos ou que não pode fazer respeitar as leis é péssima. Pretender de

²⁴² ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. José Bonifácio a Brant. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 163-164.

²⁴³ Idem, José Bonifácio a Brant. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 164.

²⁴⁴ Idem, Entrevista do Velho do Rocio. In: _____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 382.

um soberano absoluto não seja invejoso e despótico, quando diariamente tem motivos constantes para o ser, é querer milagres da natureza humana. Cumpre saber que viver em paz não é viver em cativeiro, em ignorância e em vícios; porque então esta paz seria miséria humana.²⁴⁵

Após o exílio, sua crítica ao despotismo torna-se ainda mais incisiva, atingindo diretamente a Pedro:

... o Brasil só quer um restaurador da ordem social, um defensor da sua independência, um pai e benfeitor, e não um ditador que o governe com cetro de ferro, e que pise aos pés seus direitos e sua felicidade. Queria um soberano que fomentasse a sua instrução, o seu comércio e a sua nascente indústria e não um Pedro cru, que só cuidasse de derramar sangue e de fazer escravos.²⁴⁶

Sente-se enganado pelo imperador e chega até mesmo a associá-lo a um sultão:

Com meiguices pérfidas, com uma obediência afetada pôde Pedro enganar-me: mas hoje tenho os olhos abertos, desejo que entre eu e ele haja de permeio a cordilheira dos Andes, ou o grande oceano. Quando tivesse todas as boas qualidades que não tem, basta-lhe um só defeito, ser filho de rei, e também rei nascido e criado no despotismo, com 25 anos de hábito sultânico, cujo espírito é já para ele uma segunda natureza. [...] o hábito do mal nunca o fez andar em linha reta, mas sempre em diagonal.²⁴⁷

Pedro também é tido como inábil ao lidar com os partidos e com a diversidade de opiniões, uma das preocupações de Bonifácio. Para o ex-ministro,

É preciso dissimular as desordens dos partidos, porém fez olho sobre eles para os oprimir uns pelos outros; rejeitar o mar sobre os áulicos e corcundas etc. que iludiram a boa-fé. Buscar homens de probidade e de talentos, animá-los e empregá-los, qualquer partido que tenham seguido; não tocar nem por sombra nas duas âncoras sagradas do sossego e da estabilidade do Império, independência e Constituição. Empregar, em vez de apagar, utilmente a energia revolucionária em

²⁴⁵ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. José Bonifácio a Brant. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 120.

²⁴⁶ Idem, A dissolução da Assembléia foi mais que um crime, foi um erro palmar. In: _____. **Projetos para o Brasil**. Organização e introdução de Miriam Dolnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 114.

²⁴⁷ Idem, Hábitos sultânicos. In: _____. **Projetos para o Brasil**, Organização e introdução de Miriam Dolnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 110.

objetivos novos e brilhantes, como descobrimentos interiores, colonização de índios, indústria, universidades, criação de vilas etc. etc.²⁴⁸

Pedro em vez de apaziguar os partidos, abolindo os abusos velhos, e reformando a política, só tem favorecido o absolutismo, perseguindo os constitucionais, e ridicularizando sempre, e outras matando militarmente os republicanos. Quão diverso era o meu tempo; a maioria da nação idolatrava-o, havia diversidade de opiniões – porém todos respeitavam a autoridade e o Império.

[...]

Só um hábil e enérgico ministério será capaz de paralisar os partidos, e vigiar os planos e astúcias secretas dos governos republicanos da América, por uma parte, e os da Santa Aliança da outra. Abandonem-se os corcundas e pés-de-chumbo, contentem-se no que podem ser os republicanos, honrem-se os homens probos e capazes. E só então o Brasil poderá marchar desafrontado na carreira da prosperidade e da honra. Na América, não tem cabimento nenhuma espécie de maquiavelismo europeu – é preciso virtude, e franqueza: não pode ali haver aliança entre o fanatismo e a tirania, como na Europa.²⁴⁹

Assim, segundo o ex-ministro, faltava a Pedro o entendimento da conjuntura em que o novo Estado se encontrava, interna e externamente, o que torna a demora na convocação das câmaras, o equívoco na escolha de seus ministros e a dissolução da Assembleia, erros capitais de seu governo.²⁵⁰ E a falta de uma constituição “adequada”, “arraigada em nossas leis, estabelecimentos e costumes”,²⁵¹ substituída por comissões militares e medidas ditatoriais agravava tal situação.

Na visão de Bonifácio,

O império constitucional era o mais análogo aos seus costumes [do Brasil]; e com a liberdade que este firmava e garantia todos ficavam contentes, sem que fosse preciso recorrer com amargos sacrifícios ao ideal republicano, que a experiência de seus vizinhos lhes apresentava anárquico e violento. Assim os doidos absolutistas se desenganem, pois se fizerem a contra-revolução, esta não se firmará, mas sim começarão novas reações e o republicanismo triunfará.²⁵²

²⁴⁸ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. É preciso dissimular as desordens dos partidos. In: _____. **Projetos para o Brasil**, p. 120.

²⁴⁹ Idem, Erro capital. In: _____. **Projetos para o Brasil**, p. 123 e 124.

²⁵⁰ Ibidem., p. 123 e 124, p. 114.

²⁵¹ Idem, De que serve uma Constituição em papel? In: _____. **Projetos para o Brasil**, p. 122.

²⁵² Idem, Os brasileiros querem ter liberdade. In: _____. **Projetos para o Brasil**, p. 108.

E a constituição seria o fundamento do novo Estado, sobre o qual se construiriam as bases da estabilidade e a liberdade. Ela deveria organizar o governo em três diferentes poderes, um “para *querer* ou *legislar*, outro para *obrar* e *executar*; e outro para *aplicar as leis* ou *julgar*”; existindo também um *corpo de censores* para “vigiar a estes três poderes, a fim que nenhum faça invasões no território do outro”, cujos membros seriam “eleitos pela nação, do mesmo modo que os deputados em Cortes”.²⁵³

Para que o governo constitucional durasse, via como necessária a “maior instrução e moralidade do povo”, reivindicando para isso a construção de escolas primárias em todas as cidades, vilas e freguesias “consideráveis”, um ginásio ou colégio em cada província, “em que se ensinem as ciências úteis; para que nunca falem, entre as classes mais abastadas, homens que não só sirvam os empregos, mas igualmente sejam capazes de espalhar pelo povo conhecimentos”, e ao menos uma universidade no Reino.²⁵⁴

A instrução também era a pedra de toque da civilização dos indígenas e da emancipação dos negros, defendidas em dois de seus mais polêmicos projetos: *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* e *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*.²⁵⁵ Ainda que de maneira lenta e gradual, ambos propõem a integração de índios e negros – respectivamente – à sociedade brasileira, através da catequese e da civilização (instrução), e fomentando a mestiçagem. Antes mesmo da convocação da Assembleia, Bonifácio já defendia tais ideias, como se pode ver em seu projeto inicial de constituição, no qual determina que “para o número dos deputados, não seja excluído, no censo, o número de escravos, pois são homens, e objetos de proteção constitucional, e objeto de nova legislação”,²⁵⁶ e em *Lembranças...*, nas quais reivindica uma legislação própria que trate “sobre a catequização e civilização geral e progressiva dos índios bravos” e “sobre melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual e conversão de homens imorais e brutos em cidadãos ativos e virtuosos”.²⁵⁷

²⁵³ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 127.

²⁵⁴ Ibidem, p. 129.

²⁵⁵ Idem, Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil e Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

²⁵⁶ Idem, Notas sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como Estado independente. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 123.

²⁵⁷ Idem, Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 128.

Embora Bonifácio diferencie as três etnias – ora marcadas pela barbaridade, pela escravidão ou pela crueldade –, vê em sua mistura a força da nação, chegando a defender o favorecimento pela lei dos casamentos entre “índios, brancos, e mulatos”²⁵⁸ e o aperfeiçoamento das “raças” existentes. Em *Apontamentos para a civilização dos índios...*, determina que se procure,

nas aldeias já civilizadas, introduzir brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos dos índios com a nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação, mais forte, instruída e empreendedora, e destas aldeias assim amalgamadas irá convertendo algumas em vilas como ordena a lei já citada de 1755²⁵⁹.

À mesma época, na *Representação [...] sobre a escravatura*, afirma que

É tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *todo* homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política.²⁶⁰

E conclui que

... sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional, e segurarà e defenderà a sua liberal Constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes, e nunca formará, como imperiosamente o deve, um exército brioso e uma marinha florescente. Sem liberdade individual não pode haver civilização nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça; e sem essas filhas do céu, não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações.²⁶¹

²⁵⁸ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 190.

²⁵⁹ Ibidem, p. 198.

²⁶⁰ Idem, Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 201-202.

²⁶¹ Ibidem, p. 217.

Considerações finais

A análise das ideias de Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio, feita no capítulo anterior, traz à tona a inter-relação que há entre os temas da unidade, identidade e formas de governo em suas maneiras de pensar a América, construindo discursos imbricados, nos quais as diferentes ideias se sustentam, de modo que o desenvolvimento de uma seja também parte da explicação da outra. No decorrer de tais discussões, os três autores abordam questões similares, chegando a conclusões por vezes semelhantes, por outras distintas, e seguem cada qual o seu caminho.

Esses encontros e desencontros são a base para o desenvolvimento, neste ponto, da análise comparativa entre os pensamentos de Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio. Com base nas aproximações e nos distanciamentos entre as ideias dos autores, do modo pelo qual são construídos os debates sobre os temas levantados, procura-se estabelecer os fundamentos de seus pensamentos, o que abre uma perspectiva para uma melhor compreensão da circulação de ideias entre as duas porções da América do Sul.

Três ideias, três autores

Para tornar a comparação mais clara, optou-se por organizar a discussão dividindo-a nos três pontos abordados, apesar das dificuldades que a imbricação entre os temas traga. Assim, começa-se pela questão da unidade, seguida pela da identidade e, finalmente, a discussão sobre as formas de governo. Ao final, são feitos apontamentos a partir do balanço realizado entre as análises apresentadas.

Os contornos da América

Nos textos dos três autores, a percepção de *unidade* sobre a América se relaciona com a ideia de origem, de fundação pela metrópole. Tanto Francisco de Miranda quanto Bernardo Monteagudo, quando mencionam o continente, referem-se à sua porção hispânica, o que é indicado principalmente pelas constantes oposições marcadas entre americanos e espanhóis. Já José Bonifácio trata sempre do Brasil, pensado como a área englobada pela colonização portuguesa na América. Todavia, a correspondência entre o que estes americanos julgavam ser o

espaço das novas nações e a área efetivamente ocupada não apresenta limites exatos, pois as fronteiras ainda são foco de muitas disputas. Assim, o que cada um entende como território de sua nova pátria se refere muito mais a uma ideia, a uma noção de espaço vinculada ao que seria o desbravamento e aos tratados coloniais, que a um território precisamente delimitado. Assim, a concepção de unidade do continente passa, portanto, primeiro pela origem colonial, para depois, no âmbito interno, ser discutida a subdivisão ou não desse território. Para Miranda, o objetivo inicialmente era a unificação total das terras que compunham a parcela espanhola do continente, incluindo a área compreendida entre o Rio Mississipi e o Cabo Horns, a exceção das ilhas. Somente após a invasão francesa e o estabelecimento das Juntas de Governo é que o caraquenho passa a absorver paulatinamente a divisão dos territórios em sua ideia de América. Monteagudo, ao contrário, sempre teve a fragmentação presente em seu discurso, vista como um processo gradual no qual a unidade americana se dava pelo desejo comum de liberdade contra os espanhóis, sendo, entretanto, um conjunto de distintas nações.²⁶² Provavelmente, a diferença em suas percepções iniciais se dê pelo momento em que se inserem nas lutas, uma vez que a participação de Monteagudo nos movimentos começa em 1809, já após a tomada do trono espanhol por Napoleão Bonaparte e a formação das juntas de governo na América, fatos que marcam justamente a introdução da realidade da fragmentação no pensamento de Miranda.

Já Bonifácio, ao longo de toda a sua participação no processo de independência e emancipação do Brasil, procura manter a unidade do Reino e, posteriormente, do Império brásílico. De início, vê Brasil e Portugal como reinos distintos, reunidos sob uma mesma monarquia, porém, ressaltando a importância da independência e a instituição de um centro único de poder na parte americana para a manutenção da ordem. Seus planos de união com a antiga metrópole só mudam diante da persistência das cortes lisboetas em recusar os termos brasileiros para a elaboração da constituição liberal e para as relações entre os dois reinos. A partir de então, como ministro do governo brasileiro, o estadista começa a trilhar os caminhos de um rompimento gradual com os portugueses, levando à efetiva e oficial emancipação da nação em setembro de 1822. Semelhante situação acontece com Francisco de Miranda, ainda que em ordem inversa, o qual, também insatisfeito com as atitudes das cortes – nesse caso, as de Cadiz – em relação à libertação da Venezuela, deixa de lutar pela emancipação do país e passa a

²⁶² Vide capítulo II, p. 71-73.

defender a reunificação com a Espanha, sob a monarquia de Fernando VII.²⁶³ O caraquenho acredita que, assim, finalmente será possível alcançar a liberdade tão sonhada.

Bernardo Monteagudo é o único dos três que não cogita, em momento algum, a união entre a América e suas metrópoles, tampouco esboça um plano de unificação territorial americana. Ainda assim, percebe a unidade no continente a partir do desejo de liberdade, e elabora, em seus últimos anos de vida, o projeto de reunir todos os Estados hispano-americanos em torno de um governo federativo, com o principal objetivo de proteger a região de possíveis ataques da Santa Aliança.²⁶⁴ Além disso, também acaba se aproximando dos demais autores a partir da maneira pela qual entende a relação entre os diferentes povos envolvidos no processo, uma vez que, ao chamar os americanos de “hermanos”, evidencia a mesma ideia de família apresentada por José Bonifácio ao tratar da “grande família lusitana” e por Francisco de Miranda ao se referir à “Madre Patria”.²⁶⁵ Mesmo que estes últimos foquem na ligação entre a América e as suas metrópoles, diferentemente de Monteagudo, o qual fala dos povos *dentro* do continente, a relação resultante é similar já que, para o tucumano, a fragmentação interna sempre fora uma realidade, o que coloca venezuelanos, peruanos, chilenos e portenhos nos mesmos patamares de distinção que Brasil e Portugal, *Colombia* e Espanha.

Outro ponto a se destacar nesta discussão é a maneira pela qual pretendem levar a cabo a ruptura com as metrópoles. Enquanto Bonifácio segue um caminho baseado em uma estratégia essencialmente política e marcado por rompimentos graduais, os hispano-americanos preferem a ruptura radical focada na luta armada. E estes, mesmo concordando quanto ao modo, divergem com relação à origem das forças que libertariam o continente: se Monteagudo luta a partir de exércitos organizados internamente, Miranda, em boa parte de sua trajetória, busca recursos externos em países supostamente aliados à causa libertária. Nesse sentido, o estadista brasileiro não desmerece nenhuma das opções: por um lado, procura estabilizar a política interna, a partir de um governo centralizado; por outro, envia representantes brasileiros a diversas nações para angariar apoio à causa brasileira.

De qualquer modo, percebe-se um objetivo bastante claro no pensamento dos três autores: o de libertar – seja pela emancipação total, seja pela independência política, dadas as

²⁶³ Vide capítulo II, p. 68-70.

²⁶⁴ MONTEAGUDO, Bernardo de. Ensayo sobre la necesidad de una federación general entre los Estados Hispano-americanos y plan de su organización. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario).

²⁶⁵ Vide capítulo II, p. 75-76, 93 e 69, respectivamente.

oscilações em suas trajetórias – o território americano, na totalidade de cada uma das porções, bem como a população que o habita, construindo, nesse sentido, uma diferenciação entre americanos de origem espanhola e americanos de origem portuguesa. Sendo assim, o que os une, em última instância, no que tange a questão da unidade, é justamente o seu entendimento de América, um continente bipartido com base na sua situação colonial – já excluída a porção norte. E o que os afasta é o meio pelo qual se dá o processo, da mesma maneira que as particularidades pelas quais passam, porém não seu objetivo final.

A construção de um novo eu

A mesma ligação percebida entre a origem da colonização e a unidade do continente se nota em relação à identidade de sua população. Para os três autores estudados, a definição do caráter do povo que habitará as terras da nova nação se dá, em muito, pela alteridade construída a partir da oposição à metrópole, figurada nas dualidades americanos x espanhóis, e brasileiros x portugueses, sendo constantes as referências a atitudes dominadoras e tirânicas por parte dos peninsulares.²⁶⁶ Francisco de Miranda e Bernardo Monteagudo não se cansam de apontar o quanto o povo americano é explorado pelos espanhóis, exaltando, ainda que de maneiras distintas, a necessidade da união de toda a América na luta por sua liberdade. Já José Bonifácio, por conta da conjuntura específica do Reino do Brasil, opõe-se ao que chama de tentativa de recolonização pelas Cortes,²⁶⁷ também pautado pela defesa da liberdade da porção americana do Império. Em nenhum deles, há menção à integração de *criollos* ou peninsulares de outra origem que não a de seus próprios colonizadores; pelo contrário: Miranda e Monteagudo excluem os brasileiros e Bonifácio só trata destes.

Os três autores sustentam seus discursos contra as metrópoles com base na ideia de que os ibéricos colocariam os americanos (hispânicos ou brasileiros) em uma posição de desvantagem e de subjugação, o que não seria condizente com a sua índole e o seu potencial esplendoroso, em boa medida devidos à integração idealizada de índios e negros aos novos povos,²⁶⁸ entendida por cada um dos autores de uma forma particular. Enquanto Francisco de Miranda e José Bonifácio têm projetos políticos bastante adiantados, indicando explicitamente a participação dessas etnias

²⁶⁶ Cf. apontado nas discussões do capítulo anterior, especialmente às páginas 61-62, 73-75 e 93.

²⁶⁷ Vide capítulo II, p. 88.

²⁶⁸ Vide capítulo II, p. 62-63, 66, 74, 99-100.

na constituição política dos novos governos,²⁶⁹ Bernardo Monteagudo se centra quase que exclusivamente na exaltação de um passado indígena glorioso, a exceção do momento em que discorre sobre sua preocupação com a ilustração desse grupo.²⁷⁰ Assim, vai na mesma direção de Miranda que vê nos índios a valorosa ascendência dos americanos, mas que inclui também em seus planos os negros, assim como o faz Bonifácio. O brasileiro, assumindo uma postura bastante ousada para a época e não compartilhada com os outros dois autores, propõe a integração das duas etnias à nova sociedade a partir da miscigenação entre negros, brancos e índios, não se restringindo a indicar sua participação no novo governo. Defende que esta deva ser uma política estimulada pelos futuros governantes e tratada pela legislação brasileira, pois acredita que é nessa mistura que se encontra a força da nação.²⁷¹ Desse modo, nota-se que, apesar dos três concordarem sobre a necessidade de consideração das minorias²⁷² como parte do novo povo, há uma grande divergência na forma e no entendimento que têm dela: se para Miranda e Monteagudo, a relação é anterior, focada em um passado comum e glorioso, para Bonifácio ela se dá pelo papel futuro, a partir da formação da nação, através da miscigenação.

A heterogeneidade percebida pelos autores dentro do povo que chamam de americano ou brasileiro não para na distinção étnica, pois inclui também diferenciações baseadas em outros critérios, especialmente as subdivisões geográficas. É nesse sentido que Bernardo Monteagudo se refere a chilenos, peruanos, mexicanos e venezuelanos como povos “hermanos”, todos compondo uma grande família americana. Da mesma maneira o faz José Bonifácio ao tratar da “grande família lusitana”, formada por todos os povos do império, não só portugueses e brasileiros, e por fim, Francisco de Miranda, ao apontar a Espanha como a “Madre Patria” no final de sua vida. Os três, porém, vão além de uma relação geográfica e familiar, indicando também divisões a partir de conformações políticas. É desse modo que

²⁶⁹ MIRANDA, Francisco de. Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso; Juntaos todos bajo los estandartes de la libertad. La justicia combate por nosotros. No buscamos substituir una tiranía antigua por otra tiranía nueva e La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982]; ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil e Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

²⁷⁰ MONTEAGUDO, Bernardo de. Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Eliseos. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clasica, 23) e Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario).

²⁷¹ Vide capítulo II, p. 99-100.

²⁷² Minorias no que tange à participação no poder político e econômico, uma vez que indígenas e negros constituíam a maioria da população nas porções espanhola e portuguesa respectivamente.

Miranda passa a incorporar em seu discurso a fragmentação da América Hispânica,²⁷³ que Bernardo Monteagudo estrutura seu projeto de emancipação gradual das diferentes porções do continente e que Bonifácio pensa a unificação do Reino do Brasil, entendendo “paulistas”, “pernambucanos”, “baianos, fluminenses e outros povos”²⁷⁴ como partes do povo brasileiro. O cientista, aliás, faz distinções também entre os grupos indígenas, mencionando tupiniquins, potiguaras, carijós, guaranis, botocudos, puris entre outros em seus *Apontamentos para a civilização dos índios*...²⁷⁵

Ainda assim, a principal ideia que orienta o pensamento dos personagens estudados sobre a identidade é a generalização em americanos ou brasileiros, simultânea à oposição a espanhóis ou portugueses – respectivamente –, a qual deixa emergir de seus discursos a forte relação desse aspecto com a origem da colonização. A própria organização das ideias e os valores defendidos são oriundos de uma formação de base europeia, em que saltam aos olhos princípios iluministas e liberais, além de frequentes referências à cultura greco-romana e às filosofias francesa e inglesa. Seus textos mostram paralelismo e simultaneidade com as questões levantadas à época do outro lado do Atlântico, como é o caso da preocupação com a ilustração e a ideia de civilidade que os autores têm – explicitada por José Bonifácio e Bernardo Monteagudo ao falarem da integração dos índios²⁷⁶ – bem como a visão de que a educação é central na construção das novas nações – no que são acompanhados por Francisco de Miranda, haja vista a carga de estudos e a biblioteca acumulada por ele ao longo de seus anos de luta.²⁷⁷ Integra também este quadro a defesa que os três fazem da religião católica como a oficial das novas nações. Se Miranda, mais tolerante, aceita que sejam praticadas outras crenças entre os americanos,²⁷⁸ Bonifácio sequer abre a discussão e pauta a civilização dos índios e negros a

²⁷³ Vide capítulo II, p. 67-68.

²⁷⁴ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação ao príncipe (1). In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 135.

²⁷⁵ Idem, *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 183-199. Porém, não faz o mesmo com os africanos em **Representação [...] sobre a escravidão**, caracterizados apenas como “negros”, “selvagens da África” etc. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, p. 200-217.

²⁷⁶ MONTEAGUDO, Bernardo de. Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación. In: _____. **Escritos políticos**. Estudio preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenario), p. 136-137, e ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**.

²⁷⁷ Em 1780, a biblioteca de Francisco de Miranda já contava com diversos títulos nas áreas de política, filosofia, matemática, “arte militar” entre outras, listados em MIRANDA, Francisco de. *Principios de una famosa biblioteca*. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982].

²⁷⁸ MIRANDA, Francisco de. La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo. In: _____. **América espera**, p. 291.

partir da catequização e da conversão²⁷⁹ – sem esquecer a importância que o catolicismo tem em um discurso de legitimação do poder real no Ocidente do oitocentos. Mesmo Monteagudo, com sua grande objeção aos espanhóis, vê no cristianismo uma herança ibérica positiva para todos os americanos, incluindo os indígenas.²⁸⁰

Constitui-se, assim, certa dubiedade nos textos dos autores estudados ao tratarem das relações entre americanos e peninsulares, pois ao mesmo tempo em que lutam pela ruptura com os ibéricos e constroem a alteridade do novo povo a partir de sua oposição a espanhóis e portugueses, os três autores não rejeitam sua cultura, nem sua origem. Francisco de Miranda e José Bonifácio, cada um a seu momento, defendem a união entre os dois lados do Atlântico – como visto no capítulo anterior²⁸¹ – e, mesmo com a emancipação, não negam a espanhóis ou portugueses o direito de participar da formação da nova pátria, desde que sejam defensores de sua liberdade.²⁸² Somente Monteagudo, o mais radical dos três nesse ponto, não demonstra qualquer intenção de reconciliação ou mesmo de aproximação com a metrópole, embora assuma que sua forte oposição aos espanhóis seja uma estratégia de luta, reconhecendo que via neles “virtudes eminentes, dignas de imitación y de respeto”.²⁸³ Conclui-se, dessa forma, que, tanto Miranda, quanto Monteagudo, assim como apontado no capítulo anterior sobre Bonifácio,²⁸⁴ pautam sua ideia de identidade em um caráter bem mais político que cultural, estando os três autores focados no objetivo de sua luta pela emancipação e não em uma tradição ou formação étnica dos povos.

Pelo fim da opressão

Com relação ao terceiro ponto de análise – formas de governo –, percebe-se uma distinção bastante marcada entre os dois autores hispano-americanos e o brasileiro, por conta da defesa que este faz da monarquia *versus* a preferência dos outros dois pela república. Embora

²⁷⁹ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil e Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

²⁸⁰ Cf. MONTEAGUDO, Bernardo de. Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Eliseos. In: ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**, t. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Copiada em: 25 out. 2007. (Colección Clásica, 23), principalmente.

²⁸¹ Vide capítulo II, p. 68-70 para Miranda, e p. 87-89 e 92-93 para Bonifácio.

²⁸² Vide capítulo II, p. 64 e 93-94.

²⁸³ Vide capítulo II, p. 76.

²⁸⁴ Vide capítulo II, p. 94.

haja alguns momentos em que Francisco de Miranda e Bernardo Monteagudo simpatizem com o regime monárquico – e o venezuelano até mesmo opte por este, com caráter misto –, nota-se uma inclinação maior de ambos para o republicanismo ao longo de suas trajetórias. Logo no início de suas discussões sobre as melhores formas de governo para a América, Miranda demonstra grande entusiasmo pela causa republicana, influenciado pelos ânimos da Revolução Francesa. O mesmo acontece com Monteagudo que, inspirado nos ideais da revolta em Chuquisaca, rapidamente se encanta pela ideia da República, abandonando sua simpatia inicial pelo regime monárquico. Com passar dos anos, diante de uma série de decepções, os dois a “amadurecem” suas posições políticas e passam a defender um republicanismo mais brando – chegando até mesmo a cogitar a monarquia, no caso de Miranda. José Bonifácio, por outro lado, em momento algum defende a constituição de um regime republicano no Brasil, por associá-lo às ideias de violência e anarquia, com base em sua percepção dos acontecimentos na França e nos países vizinhos da América.²⁸⁵

Apesar disso, muitas são as questões que aproximam o pensamento destes personagens, em especial a preocupação com a libertação de suas nações e a luta contra governos despóticos, tirânicos e/ou absolutistas. Nos três casos, as formas propostas nos diversos momentos têm como principal objetivo afastar qualquer tipo de governo tido como opressor e substituí-lo por um que fosse livre e independente, cujas bases seriam estabelecidas por uma Constituição de caráter liberal. Sua natureza deveria ser adequada à realidade do Novo Mundo, bem como a da Carta Magna, devendo se centrar em um governo forte para prevenir a desordem e a anarquia imputadas aos movimentos revolucionários – função particularmente ressaltada por Monteagudo e Bonifácio.

Nota-se que tanto as formas de governo apontadas, quanto a organização das mesmas, são baseadas em princípios do pensamento europeu daquela época, reforçando-se aqui a questão já levantada no item anterior (“A construção de um novo eu”) sobre a origem das ideias discutidas por Miranda, Monteagudo e Bonifácio. Ao tratarem das formas de governo, os três autores incorporam ao discurso – cada qual a seu modo – valores ilustrados e liberais como igualdade, liberdade e defesa da propriedade, notados em pontos como a ampliação da parcela da população integrada à política pelas novas concepções de cidadania, a defesa da soberania popular, a tripartição de poderes – ainda que o brasileiro adicione a ela o conselho de censores –, e mesmo pelas propostas de emancipação dos índios e negros – forma de

²⁸⁵ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Os brasileiros querem ter liberdade. In: _____. **Projetos para o Brasil**. Organização e introdução de Miriam Dolnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 108.

combater os alicerces da tirania, segundo Miranda,²⁸⁶ ou de sustentação da independência e da Constituição, para Bonifácio.²⁸⁷ Outras noções próprias do ideário europeu oitocentista são os conceitos de segurança, de civilização e de ilustração, também recorrentes nos textos tratados.

Assim, mais uma vez, a relação entre a América e a Europa trazida pelos autores estudados se apresenta de maneira ambígua, já que é a partir das ideias do antigo continente que pretendem construir as bases do novo. E, novamente, percebe-se a distância entre os caminhos trilhados pelo Brasil, a partir da óptica de Bonifácio, e pela América Hispânica, traduzida nas propostas de Monteagudo e Miranda, constatada nos outros dois focos da análise, desta vez pautada pela escolha das formas de governo a serem implantadas após a emancipação.

Ideias entrelaçadas

Apesar das grandes diferenças encontradas entre os pensamentos de Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio, nota-se uma gama bem maior de semelhanças entre eles. Como visto ao longo deste trabalho, mesmo quando as distinções entre os autores saltam aos olhos, em uma análise mais profunda, percebe-se que há muitas interseções em seus discursos, unidas pelo desejo de conquistar a independência de suas nações, seu objetivo máximo. Em discussões mais amplas, também encontramos coincidências, haja visto que os três tratam de questões como a defesa da liberdade, a oposição à tirania e ao despotismo, e o fortalecimento das nações em formação. Outras ideias extraídas de seus textos também seguem em direções comuns. Assim ocorre com a percepção de conjunto e unidade que os autores estudados têm de seu continente, dividindo-o em América Espanhola e Reino do Brasil. Até Monteagudo que não tem um projeto específico de união, entende a porção espanhola do Novo Mundo como uma grande família, ou até uma só federação, percebendo sua unidade. Mesmo as escolhas das formas de governo são de certa forma convergentes, uma vez que, embora distintas, os três autores procuram fortalecer as bases do novo Estado e afugentar o despotismo.

²⁸⁶ MIRANDA, Francisco de. Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso. In: _____. **América espera**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. 262.

²⁸⁷ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 217.

Todavia, o que chama mais atenção nesta análise é a percepção da existência de duas formulações que, embora apareçam muitas vezes encobertas pelos temas em discussão, sustentam toda a construção do pensamento dos três autores. *A primeira se refere ao modo como definem a identidade dos novos povos, a qual se baseia em uma posição mais política que cultural.* Os autores estudados estabelecem o ser americano ou brasileiro a partir da identificação individual com a causa da liberdade do país, deixando questões como a prática religiosa, a expressão artística, ou mesmo a diferença “racial”, em segundo plano, permitindo adequações para sua integração na sociedade – como a catequização dos índios ou a instrução popular, por exemplo. Até peninsulares, principais alvos dos inflamados discursos de oposição, são aceitos como membros da nova nação por Miranda e Bonifácio, dependendo de sua posição a favor ou contra a independência. E, embora Monteagudo não compartilhe dessa postura, sua defesa da cidadania a partir do que define como patriotismo, leva à mesma conclusão: a integração à nova nação depende da posição favorável ou não em relação à emancipação.

A segunda ideia, decorrente não só da anterior, mas também da análise dos outros dois temas estudados, refere-se à cisão entre as duas porções da América Ibérica. Seja pelo modo que constroem a identidade a partir de uma origem comum que remete aos colonizadores espanhóis ou portugueses, seja pela delimitação do território dos novos países, ou ainda pela forma de governo predominantemente escolhida, *os três autores levantam uma barreira entre hispano-americanos e brasileiros que impede a integração do continente sul-americano como um todo.* Neste estudo, não foram encontrados elementos que apontassem os fatores que levaram a esse distanciamento, porém é possível que ela tenha se pautado nas constantes disputas pelas regiões fronteiras da América, agravadas pela lembrança de antigos embates entre as duas metrópoles, ou ainda, forçada em grande parte pelos obstáculos naturais – como a Cordilheira dos Andes e a Floresta Amazônica –, já que esta diferenciação não é exclusiva do pensamento desses autores, nem mesmo dessa época.

Por fim, nessa mesma linha, destaca-se outro ponto de união no pensamento dos três autores: os princípios e valores que o embasam. Todos eles veem a liberdade, a igualdade e a constituição de um governo não despótico como objetivo final de sua luta e defendem a segurança, a ordem e a defesa da propriedade como estrutura para os novos Estados. Mesmo quando seguem por caminhos divergentes, Miranda, Monteagudo e Bonifácio levantam discussões e problemas semelhantes, focados em tais princípios, os quais se aproximam bastante dos apontados por pensadores franceses e ingleses desde meados do século XVIII,

alinhando-se, portanto, aos ideários da ilustração e do liberalismo. Todavia, há de se ressaltar que essa similaridade vem frequentemente acompanhada de uma preocupação pela adequação dos modelos europeus à realidade americana, como podemos notar nos comentários de Miranda sobre a forma de governo, de Monteagudo sobre a democracia no Peru e de Bonifácio sobre a Constituição, possivelmente relacionada também a uma interpretação própria da Península Ibérica sobre essas correntes.

Assim sendo, apesar da percepção inicial de que os três autores apresentam projetos absolutamente distintos para a emancipação de suas nações – diferença esta especialmente marcada entre os dois hispano-americanos e o brasileiro –, as concepções que embasam tais pensamentos são semelhantes e estabelecem neles uma estrutura comum, pouco visível sem uma análise mais detida. A comparação realizada das ideias discutidas pelos três autores indica ainda a existência de *uma ativa circulação de ideias entre as duas porções da América do Sul* que, embora seja possível que se dê de maneira indireta, via Península Ibérica, viagens à Europa, ou contato com a literatura, estaria presente nos debates que, à época, giravam em torno da emancipação das novas nações americanas, dos quais Francisco de Miranda, Bernardo Monteagudo e José Bonifácio foram grandes expoentes.

Bibliografía

Fontes primárias

Francisco de Miranda

- 1780 Principios de una famosa biblioteca
- 1781 Registro de la primera empresa por la libertad
- 1782 Admiración al militar que trata de disminuir los males de la guerra
- 1783 Resolví sustraerme de tal autoridad
- 1785 Vindicando su inocencia y denunciando la persecución
- 1786 Lista de los jesuitas residentes en Italia, expulsos de su patria
- 1786 Con la Zarina y Potemkin. El tema de América libre
- 1788 Colombia – por primera vez –
- 1790 América espera
- 1792 El rango de teniente general de la República francesa
- 1795 La fuerza del Poder Ejecutivo debe estar en razón directa de la Libertad del pueblo. El análisis cabal por un estadista
- 1797 La América española necesita un gobierno propio e independiente que constituya un nuevo cuerpo de nación soberana
- 1797 Cuerpo de bases para la independencia y la unidad de los pueblos y provincias de la América Meridional
- 1798 Del Mississippi al Cabo de Hornos: proyecto de Constitución para las Colonias Hispano-Americanas
- 1798 Procurar necesariamente una nueva forma de gobierno
- 1798 Por la cooperación de Estados Unidos a la independencia del resto del continente

- 1798 Un anhelo de más de dieciocho años se logrará a despecho de cualquiera oposición. La inclinación es inequívoca. Estos son los pasos para ejecutar el proyecto
- 1799 Palabras de advertencia al entrar en el mundo de la política en cuyas olas he sido arrastrado tantos años
- 1800 Que los dones de la libertad se extiendan a cuantos de nuestros semejantes la desean
- 1801 Por la patria el vivir es agradable y el morir glorioso
- 1801 Juntaos todos bajo los estandartes de la libertad. La justicia combate por nosotros. No buscamos substituir una tiranía antigua por otra tiranía nueva
- 1801 Las leyes son el soberano en un gobierno libre... todos sujetos y responsables ante el poder civil
- 1801 Abolida ipso facto toda autoridad que emane del gobierno español
- 1801 La capital establecida tal vez en el istmo de Panamá llevará el augusto nombre de Colombo
- 1801 ...Y dos imprentas completas
- 1801 Banderas tricolores, rojo, amarillo y azul – en tres franjas– para el empeño bélico
- 1805 A mi patria el amor sincero de un fiel ciudadano y llevar a debido efecto los planes políticos de gran parte de mi vida
- 1805 No pedíamos más que una ayuda indirecta como la que Francia había dado a este país. La Biblioteca de Washington era lo que yo más deseaba ver
- 1806 Juro ser fiel y leal al pueblo libre de Sur-América, independiente de España, y servirle honrada y lealmente
- 1806 Liberal distribución de tierras y ventajas prometidas a cuantos vengan a la sublime acción
- 1806 Todo pende de nuestra voluntad solamente. ¿Por qué 16 millones no podemos sacudir el yugo? La unión nos asegurará permanencia y felicidad perpetua
- 1806 Como miembro del pueblo Hispano-Americano

- 1806 Concertar las medidas necesarias para la paz y la unión
- 1806 Un ciudadano que pura y sencillamente defiende los derechos del pueblo
- 1806 Nuestro principal objeto es la independencia del continente colombiano para alivio de todos sus habitantes y para refugio del género humano
- 1808 Aprovechar la coyuntura de una España sin soberano, para tomar el gobierno. Con la deunión se arriesga nuestra salvación e independencia
- 1808 La unión indispensable por interés para el género humano
- 1808 Conducir con acierto los negocios que ahora tienen entre manos. La fuerza esencial de un estado reside en el pueblo colectivamente
- 1810 Con el arribo de la misión de Caracas terminan mis veinte años de negociaciones
- 1811 El Reino de Santa Fe y Venezuela formando un solo cuerpo político y social
- 1811 El valor de la palabra en el primer congreso para la independencia
- 1812 El país amenazado los invita al campo de batalla
- 1812 La responsabilidad crece en pareja proporción
- 1812 Corred al asilo de la libertad armada
- 1812 Que no haya un hombre que no venga a la defensa, que empuñe al menos una espada, una lanza, un cuchillo, o que venga armado de su furor
- 1812 El pueblo de Caracas debía ratificarla
- 1813 Sepultado en una oscura y estrecha prisión y oprimido con grillos, reclamo el imperio de la ley, invoco el juicio imparcial del mundo entero, protesto cuanto de protestar sea, como y contra quien corresponda
- 1814 Demanda de justicia
- 1814 Aunque en mi caso no sea necesaria la generosa piedad del Rey sino la estricta justicia
- 1816 Me parece que llevaré conmigo cuanto necesito para um éxito feliz
- 1816 El fin: Amindra listo para el viajecito dentro de tres días

Bernardo Monteagudo

- 1809 Dialogo entre Atahualpa y Fernando VII en los Campos Elíseos
- 1811 Patriotismo
- 1811 El vasallo de la ley al editor
- 1811 A las americanas del Sur
- 1811 Causa de las causas
- 1811 Crimen de lenidad
- 1812 Pasiones
- 1812 En la sesión de la noche del 12 de Enero de 1812, declamó así el ciudadano Monteagudo
- 1812 Oración inaugural. Pronunciada en la apertura de la Sociedad Patriótica la tarde de 13 de enero de 1812
- 1812 Observaciones didácticas
- 1812 Clasificación
- 1812 Continúan las observaciones didácticas
- 1812 Continúan las observaciones didácticas II
- 1812 Ciudadanía
- 1812 Continúan las observaciones didácticas III
- 1812 Continúan las observaciones didácticas IV
- 1812 Parentesis a las observaciones didácticas
- 1812 Continúan las observaciones didácticas V
- 1812 Concluyen las observaciones didácticas
- 1812 Censura política
- 1812 El editor
- 1812 Apéndice a todas las observaciones de este periodico
- 1812 Declamación. Que en la sesión publica de 29 de octubre hizo el ciudadano Monteagudo, presidente de la Sociedad Patriótica

- 1812 Ensayo sobre la Revolución del Río de la Plata desde el 25 de mayo de 1809
- 1815 Contra las facciones
- 1815 Aristócratas en camisa
- 1818 Proclamación de la independencia de Chile
- 1820 El siglo XIX y la Revolución
- 1820 Estado actual de la revolución
- 1821 Ensayo sobre las ventajas de la paz respecto de ambos partidos
- 1822 Oración inaugural de la Sociedad Patriótica de Lima
- 1822 Exposición de las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822
- 1823 Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación
- 1824 Ensayo sobre la necesidad de una federación general entre los Estados Hispano-americanos y plan de su organización

José Bonifácio

Os brasileiros querem ter liberdade

Hábitos sultânicos

Todo governo em revolução só faz descontentes

A dissolução da Assembléia foi mais que um crime, foi um erro palmar

É preciso dissimular as desordens dos partidos

De que serve uma Constituição em papel?

Erro capital

Notas sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como Estado independente

- 1821 Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da província de São Paulo para os seus deputados

- 1821 Representação ao príncipe (1)
 - Representação ao príncipe (2)
- 1822 Decreto de 3 de junho de 1822
 - Nomeações e correspondência diplomática
- 1822 José Bonifácio a Corrêa da Câmara
- 1822 Instruções de José Bonifácio a Brant
- 1822 Instruções a Gameiro
- 1822 José Bonifácio a Gameiro
- 1822 Instruções de José Bonifácio a Schaeffer
- 1822 José Bonifácio a Brant
- 1822 José Bonifácio a Brant
- 1822 José Bonifácio a Gameiro
- 1822 José Bonifácio a Brant
- 1822 José Bonifácio a Brant
- 1823 José Bonifácio a Brant
- 1823 José Bonifácio a Hipólito
- 1823 José Bonifácio a Brant
- 1823 José Bonifácio a Brant
- 1823 Instruções a Telles da Silva
- 1823 José Bonifácio a Brant
- 1823 A Independência e os partidos
- 1823 Demissão do Ministério
- 1823 Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil
- 1823 Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão
 - Notas sobre política e economia política

Índios. Considerações sobre como devem ser tratados pelo Estado

Pensamentos e notas

Dificuldades se vencem com tempo e constância

1823 A noite da agonia

Apontamentos sobre política

Apontamentos

Notas

Notas políticas

Pensamentos

Notas sobre administração e agricultura

O patriarca como tutor de D. Pedro II

1822 Manifesto de 6 de Agosto

1822 Instituição do brasão e bandeira nacional

1822 Criação do tope e anistia política

1823 Diversos actos de represálias contra súditos portugueses

1823 Entrevista do Velho do Rocio

Compilações

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. José Bonifácio de Andrada e Silva. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **José Bonifácio:** obra completa. Mameluco Produções Artísticas. Disponível em: <<http://www.obrabonifacio.com.br>>.

_____. **Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva.** Coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. v. 2. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

_____. **Projetos para o Brasil.** Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

- HERRERO, Fabián. **Monteagudo: revolución, independencia, confederacionismo**. Buenos Aires: Cooperativas, 2005. (Politeia de Ciencias Sociales).
- MIRANDA, Francisco de. **América espera**. Seleção, prólogo e títulos: J. L. Salcedo-Bastardo. Cronologia: Manuel Pérez Vila, Josefina Rodríguez de Alonso. [Traducciones, Gustavo Díaz Solís, Michel R. Monner y Gilberto Merchán]. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982].
- _____. **Documentos fundamentales**. Organização e prólogo de Elías Pino Iturrieta. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, c1992. (Claves de América, 6).
- MONTEAGUDO, Bernardo de. **Escritos políticos**. Organização e estudo preliminar de Felipe Pigna. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenário).
- _____. **Escritos políticos**. Recopilados e ordenados por Mariano A. Pelliza. Reedición completa com introdução de Álvaro Melián Lafinur. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916. (La Cultura Argentina).
- MONTEAGUDO, Bernardo de. **Patriotas**. Buenos Aires: Del nuevo extremo, 2009. (Biblioteca Nacional de Identidad, 1).
- ROMERO, José Luis (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho. 2 t. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Acesso em: 25 out. 2007. (Colección Clasica, 23 e 24).

Fontes secundárias

- AGUILAR, José Antonio e ROJAS, Rafael (coord.). **El republicanismo en Hispanoamérica: ensayos de historia intelectual y política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- ALMEIDA GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de. O vinte e quatro d'agosto. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira, et al (org.). **Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANJOS, João Alfredo dos. **José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

- ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Editora Hucitec, 2008. (Estudos históricos, 67).
- _____. José Bonifácio, Shakespeare e os Gregos: a língua do Brasil e a imagem nacional. **Almanack Braziliense**, n. 04, novembro, p. 83-92, 2006.
- ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, Guillermo; CHIARAMONTE, José C. **Historia da Argentina**: de la conquista a la independencia. v. 2. Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 293.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- _____. Utopia. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, 338p.
- BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec; FAPESP, 1999. (Estudos históricos, 36).
- _____. A retórica da recolonização. In: István Jancsó (org.). **Independência**: História e Historiografia. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 791-808.
- BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- BHABHA, Hommi. **Nation and Narration**. Londres: Routledge, 2006.
- _____. **O local da cultura**. 4. reimpr., Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

- BLOCH, Marc. **Antologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed., Brasília: UnB, 2010.
- BREÑA, Roberto. **El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824**: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2006.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. (Biblioteca Básica).
- BUSHNELL, David. A independência da América do Sul Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da Independência até 1870. v. 3. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 136.
- CALDEIRA, Jorge. Introdução. In: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-200): a grande transação. São Paulo: Senac, 2000, p. 285-317.
- CARNEIRO, Luaê Carregari. **Uma América em São Paulo**: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.
- CARRERA DAMAS, Germán. **Una nación llamada Venezuela**. Monte Ávila Editores Latinoamericanos, s.d.
- CASTRO, Therezinha. **José Bonifácio e a unidade nacional**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, s.d.
- CAVALCANTE, Berenice. **José Bonifácio, razão e sensibilidade**: uma história em três tempos. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

- CHIAMPI, Irleamar. [Introdução] A História tecida pela imagem. In: LEZAMA LIMA, José. **A expressão americana**. s.l.: Editora Brasiliense, 1988, p. 15-41.
- _____. O discurso ideológico sobre a América. In: _____. **O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispano-americano**. s.l.: Editora Perspectiva, s.d. (Coleção Debates).
- CHIARAMONTE, J. Carlos. **Nación y Estado en Iberoamérica**: el lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004. (Sudamericana Pensamiento).
- COGGIOLA, Osvaldo L. A. (org.). **A Revolução francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella; USP; CNPq, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: mito e história. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 61-130.
- COSTA, Wilma Peres e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2007.
- COSTELOE, Michael P. **La respuesta a la Independencia**: la España imperial y las revoluciones hispanoamericanas, 1810-1840. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2009.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. In: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- _____. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Perfis Brasileiros, 1)
- _____. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. O projeto nacional de José Bonifácio. **Revista Novos Tempos**. CEBRAP, nov., p. 121-141, 1996.

- DORATIOTTO, Francisco. **Espaços nacionais na América Latina**: da utopia bolivariana à fragmentação. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- DOSSIER encuesta sobre historia intelectual. **Prismas**: revista de história intelectual. Buenos Aires, ano 11, n. 11, p. 149-218, 2007.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Ed. Unesp, 2005.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Estudos, 85).
- FERNÁNDEZ Sebastián, Javier (dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. (Iberoconceptus, 1).
- GOLDMAN, Noemi. **Historia y lenguaje**: los discursos de la Revolución de Mayo. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2000.
- _____. **Lenguaje y revolución**: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- _____. **Nueva Historia Argentina**: Revolución, República, Confederación, 1806-1852. t. 3. Editorial Sudamericana, 1998.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro. In: István Jancsó (org.). **Independência**: História e Historiografia. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 707-752.
- GRANADOS, A. e MARICHAL, C. **Construcción de las identidades latinoamericanas**: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX. México, D.F.: Centro de Estudio Historicos, El Colegio de México, 2004.
- GRASES, Pedro (org.). **Pensamiento político de la emancipación venezolana**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1988]. (Colección Clásica, 133).
- GRUZINSKI, Serge. **Las cuatro partes del mundo**: historia de una mundialización. México: FCE, 2010.
- GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencias**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. FCE, 2000.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997. (Memo. Ensaio/ Ficção).

- HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Historia Argentina**: de la Revolución de Independencia a la Confederación Rosista. v. 3. Buenos Aires: Paidós, 2007. (Historia Argentina).
- _____. **História da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.
- _____. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850**. Madri: Alianza Editorial, s.d. (Historia de América Latina, 3).
- HERRERO, Fabián. Cronología. In: _____. **Monteagudo**: revolución, independencia, confederacionismo. Buenos Aires: Cooperativas, 2005. (Politeia de Ciencias Sociales), p. 53-54.
- _____. Democracia y confederacionismo americano. Una aproximación al pensamiento de Bernardo Monteagudo en la década de 1820. **Utopía y praxes latinoamericana**. Ano 10, n. 29, abr.-jun. 2005, p. 103-113.
- _____. Estudio Preliminar. In: _____. **Monteagudo**: revolución, independencia, confederacionismo. Buenos Aires: Cooperativas, 2005. (Politeia de Ciencias Sociales), p. 15-52.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era das Revoluções**. 12. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence (org.). **Invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997. (Col. Pensamento Crítico, 55).
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 4. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial**: administração, economia, sociedade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2011. (História geral da civilização brasileira, t. I, v. 2).
- _____. Cronologia. In: _____. **O Brasil monárquico**: do Império à República. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008. (História geral da civilização brasileira, t. II, v. 7).
- _____. **O Brasil monárquico**: o processo de emancipação. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003. (História geral da civilização brasileira, t. II, v. 3).
- _____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- IZARD, Miguel. **Tierra firme**: historia de Venezuela y Colombia. Madrid: Alianza Editorial, 1987. (Alianza América).
- JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Unijui; FAPESP, 2003. (Estudos Históricos, 50).
- _____. **Independência**: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec; Unijui; Fapesp, 2005. (Estudos Históricos, 60).
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 7. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2007.
- LEZAMA LIMA, José Sumas críticas do americano. In: _____. **A Expressão Americana**. s.l.: Editora Brasiliense, 1988, p. 160-186.
- LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da Independência até 1870. v. 3, São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 37.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império**. Sette Letras, s.d.
- MARQUES, Luiz. O modelo e a imagem. **Bravo!**, n. 47, p. 13-15, agosto de 2001.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: István Jancsó (org.). **Independência**: História e Historiografia. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 271-300.
- MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**: o antigo regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, s.d.
- _____. **História de Portugal**: o liberalismo. Lisboa: Editorial Estampa, s.d.
- MITRE, Antonio. **O dilema do Centauro**: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- MONTOYA, Gustavo. Pensamiento político de Bernardo Monteagudo: entre el autoritarismo y la democracia. **Investigaciones sociales**, ano V, n. 8, p. 81-111. UNMSM/IIHS, Lima, Peru, 2001.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**: cultura e idéias na América. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- O'GORMAN, Edmundo. **La invención de América**: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2003. (Tierra Firme).
- ORICO, Osvaldo. **A luta pela independência das Américas**: história de seus heróis e mártires. [Rio de Janeiro]: Edições Atelier de Arte, 1972.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- PADILLA, Guillermo Zermeño. História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850. **Almanack Braziliense**, n. 07, maio, p. 5-25, 2008.
- PALACIOS, Guillermo. **La nación y su historia**: América Latina siglo XIX. México, DF: El Colegio de México, 2009.
- _____. El “otro” en el centro de lo “propio”: visiones de la alteridad en los nacionalismos iberoamericanos tempranos. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (org.). **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis: FCL – Assis – UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010, p. 419-440.
- PALTI, Elías. **La nación como problema**: los historiadores y la “cuestión nacional”. Buenos Aires: FCE, 2006.
- PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisa (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Região do Prata e Chile. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. (Margens América Latina, 1).
- _____. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Nova Espanha. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. (Margens América Latina, 2).

- _____. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Nova Granada, Venezuela e Cuba. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009. (Margens América Latina, 3).
- _____. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Peru e Bolívia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010. (Margens América Latina, 4).
- PAZ, Otávio. **Labirinto da solidão**. 4. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- PIGNA, Felipe. Estudio preliminar. In: MONTEAGUDO, Bernardo de. **Escritos políticos**. Buenos Aires: Emecé, 2009. (Biblioteca Emecé Bicentenário).
- PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. In: **História da Historiografia**, n. 03, p. 53-82, Ouro Preto, set. 2009.
- _____. Com os olhos na América espanhola: a independência do Brasil (1808-1822). **Cadernos do CHDD**. Brasília, v. 4, n. esp, p. 3-22. 2005.
- _____. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002. (Estudos Históricos, 46).
- _____. História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate. **Almanack Braziliense**, n. 07, maio, p. 56-60, 2008.
- _____. **O Brasil e a América Espanhola (1808-1822)**. Tese de doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 2003.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. Portugueses, americanos e brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. **Almanack Braziliense**, n. 03, maio, p. 69-80, 2006.
- PINO ITURRIETA, E. Miranda. In: MIRANDA, Francisco de. **Documentos fundamentales**. Organización e prólogo de Elías Pino Iturrieta. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, c1992. (Claves de América, 6), p. VII-XII
- _____. **La mentalidad venezolana de la emancipación**. Caracas: Eldorado Ediciones, 1991.
- POMER, Leon. **As independências na América Latina**. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. (Coleção Tudo é História, 11).
- POSE, Marcelo. Bernardo de Monteagudo, un intelectual al servicio de la política. In: MONTEAGUDO, Bernardo de. **Patriotas**. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009. (Biblioteca Nacional de Identidad, 1).

- PRADO, Maria Ligia C. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (Ensaio Latino-americanos, 4).
- _____. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. **História**, Assis, v. 22, n. 2, p. 15-34, 2003.
- _____. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História** (USP), São Paulo, v. 145, p. 127-149, 2001.
- _____. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História** (USP), São Paulo, v. 153, p. 11-33, 2005.
- QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos**. Lisboa: Tinta-da-China, 2008 [1871].
- RIBEIRO, Darcy. **América Latina: chegou a hora de nossa identidade**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008. (Memo; Ensaio/ Ficção).
- ROCHA, Antonio Penalves. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo: Unesp, 2009.
- RODRÍGUEZ O., Jaime. **La independencia de la América española**. México, DF: Colmex, FCE, FHA, 2005. (Fideicomiso Historia de las Américas).
- RODRÍGUEZ Ortiz, Oscar. Presentación. In: MIRANDA, Francisco de. **Diario de Moscú y San Petersburgo**. Organização e apresentação de Oscar Rodríguez Ortiz. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho. Versão disponível em: <www.bibliotecayacucho.gob.ve>. Acesso em: 11 jan. 2008. (La Expresión Americana, 9), p. 5-12.
- ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. Buenos Aires: FCE, 2009. (Tierra Firme).
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SALCEDO-BASTARDO, J. L. Prologo. In: MIRANDA, Francisco de. **América espera**. Seleção, prólogo e títulos: J. L. Salcedo-Bastardo. Cronologia: Manuel Pérez Vila, Josefina Rodríguez de Alonso. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, [1982], p. IX-XXXVI.

- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822). **Almanack Braziliense**, n. 08, p. 109-116, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Ed. 34, Duas Cidades, 2008. (Espírito Crítico).
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)**. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Memória – Unicamp, 1999. (Col. Tempo & Memória).
- _____. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006. (Estudos Históricos, 63).
- SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e nativismo: a história como “biografia da nação”**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre Brasil e Portugal. **Almanack Braziliense**, n. 03, maio, p. 81-104, 2006.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- _____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Editora FGV, 2003.
- SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo Garrido. **A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- SMITH, Anthony D. **La identidad nacional**. Madri: Trama Editorial, 1997.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VÁZQUEZ VILLANUEVA, Graciana. Cuerpos y tonos discursivos: un portavoz del hispanoamericanismo del siglo XIX (Bernardo Monteagudo). **Forma y función**, Bogotá, n. 20, p. 197-224, 2007.

WERNECK VIANNA, Luiz. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 145-189, 1991.

ZEA, Leopoldo. **América Latina en sus ideas**. Paris; México, D.F: Unesco; Siglo Veintiuno Editores, 1986.

_____. América Latina, longa viagem para si mesma. Tradução Valéria de Marco. **América Latina: Estudos**. São Carlos, n. 1, p. 19-41, 1982.

Cronologia

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1750	Nasce Sebastián Francisco de Miranda, em Caracas.			<p><i>PT</i> = Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal) assume como ministro dos Negócios de Estado.</p> <p><i>ES</i> = Esforço para aumentar a renda da Coroa.</p> <p><i>Am. PT x Am. ES</i> = firmado o Tratado de Madri, que reconhece a posse portuguesa de terras a oeste do meridiano de Tordesilhas.</p>	
1751					<i>FR</i> = Publicação da Enciclopédia.
1755				<p><i>Am. PT</i> = Criada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.</p> <p><i>Am. ES</i> = Expulsão dos jesuítas do Paraguai.</p>	
1756					Estoura a Guerra dos Sete Anos entre França e Inglaterra.
1759				<i>Am. PT</i> = Expulsão dos jesuítas; criada a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba.	
1762	Inicia estudos de <i>latinidad</i> no Colegio Santa Rosa de Lima (Universidade de Caracas).				<i>RU</i> = Reinado de Catarina II (1762-1796).
1763		Nasce José Bonifácio de Andrada e Silva, em Santos, na capitania de São Paulo.		<i>Am. PT</i> = Criação do Vice-Reino do Brasil e transferência de sua capital de Salvador para o Rio de Janeiro.	Fim da Guerra dos Sete Anos na Europa.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1767	Faz um curso de Artes, Real Pontificia Universidad de Caracas.			<i>Am. ES</i> = Expulsão dos jesuítas.	
1771	Embarca para Cádiz, para integrar o exército Espanhol.				
1772	Recebe a patente de Capitão do Regimento de Infantaria da Princesa.			<i>PT</i> = Reforma na Universidade de Coimbra.	<i>FR</i> = Publicação do último volume da <i>Encyclopédie</i> .
1773	É tropa de guarnição no domínio no norte da África, com breves intervalos na Andaluzia.				
1774	Participa da defesa de Melilla contra as forças do sultão do Marrocos; pede para ser enviado a América.				
1775	É transferido para Málaga e depois para Cádiz e convidado para ir a Gibraltar no fim do ano.				
1776	Tenta novamente ser transferido para a América.			<i>Am. ES</i> = criação do Vice-Reino do Rio da Prata.	<i>Am. GB/US</i> = Declaração de independência dos Estados Unidos; Franklin vai à França como embaixador.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1777	É preso por contrariar as <i>Ordenanzas Militares</i> em relação ao uniforme (julho), mas logo solto (dezembro).	Realiza seus primeiros estudos com o bispo da capital de São Paulo.		<i>Am. ES</i> = criação da Capitania Geral da Venezuela. <i>PT</i> = Morre José I que é sucedido por sua filha, Maria I; Pombal é substituído por Rodrigo de Souza Coutinho no ministério. <i>Am. PT x ES</i> = firmado o Tratado de Santo Idelfonso.	
1778	Preso novamente por insubordinação, é solto em janeiro e transferido por 4 meses para Madri.			<i>ES</i> = Abertura do Império Espanhol ao comércio internacional, com exceção do México.	<i>US x GB</i> = Início da Guerra de Independência dos Estados Unidos ("Revolução Americana").
1779	Fica preso entre outubro e dezembro por insubordinação.				
1780	Incorporação ao Segundo Batalhão do Regimento da Princesa (março) Desloca-se para Havana.			<i>Am. ES</i> = Revolta de Túpac Amaru (Peru). <i>PT</i> = Fundação da Academia das Ciências de Lisboa.	
1781	Parte em expedição a Pensacola, Flórida, mas regressa em junho após a Capitulação. É promovido a Tenente Coronel e vai a Jamaica negociar prisioneiros com os ingleses, com a missão secreta de adquirir embarcações (agosto-dezembro).			<i>Am. ES</i> = Revolta dos Comuneros (Nova Granada).	
1782	Participa da Batalha de Pensacola, na Flórida. Nasce o sonho de formar uma			<i>ES</i> = exército espanhol participa da Batalha de Pensacola, na Flórida.	<i>US</i> = Batalha de Pensacola, Flórida.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
	América única, do sul do Mississipi até o Cabo Horns. É preso como contrabandista, e logo solto. Parte de Cuba para conquistar as Bahamas (inglesas) e publica um artigo sobre a campanha. É preso entre agosto e setembro.				
1783	Devido a perseguição, deserta do exército espanhol e foge para a Carolina do Norte, EUA; visita Charleston e a Filadelfia, e se reúne com George Washington. É demitido do exército, multado e condenado a prisão.	Muda-se para Portugal para estudar Direito em Coimbra			<i>GB x US</i> = Fim da Guerra de Independência norte-americana.
1784	Vai a Nova York e conversa sobre seus projetos com Henry Knox e Alexander Hamilton (junho). Parte para a Inglaterra (dezembro).	Matricula-se nos cursos de Filosofia e Matemática.			
1785	Desembarca em Londres, onde fica até agosto; inicia sua viagem pela Europa, passando por diversos países.				
1786	Chega à Rússia. Recebe o título de "Coronel de Miranda, americano del Sur", concedido pela czarina, Catarina, a Grande, sua protetora.				
1787	Sai da Rússia e continua sua viagem pelo continente.	Conclui o curso de Filosofia e abandona o curso de Matemática.			<i>US</i> = Promulgação da Constituição dos Estados Unidos.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1788		Conclui o curso de Direito.			
1789	Retorna à Inglaterra.	Ingressa na Academia das Ciências e Letras de Lisboa.	Nasce em Tucumã, Vice-Reino da Prata. [há divergências quanto a esta data, variando entre 1785 e 1790.	<i>Am. PT</i> = Inconfidência Mineira (Minas Gerais).	<i>FR</i> = Revolução Francesa – queda da Bastilha (junho); <i>Declaração dos direitos do homem e do cidadão</i> pela Assembleia Nacional (agosto).
1790	Reúne-se com o primeiro ministro inglês (W. Pitt) e procura articular ajuda britânica a Hispanoamérica, em caso de guerra entre Espanha e Inglaterra.	Na Academia, apresenta seu primeiro trabalho <i>Memória sobre a pesca das baleias e a extração do azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias</i> . Casa-se com Narcisa E. O'Leary. Parte pela Europa para estudar mineralogia e metalurgia, por ordem do Ministro de Realção Exteriores Dom Rodrigo de Souza Coutinho.			
1791		Apresenta em Paris <i>Memórias sobre os diamantes do Brasil</i> .			<i>FR</i> = Luís XVI submete-se à Constituição. <i>Mozart</i> : A flauta mágica.
1792	Parte para Paris, onde aceita o cargo de <i>Mariscal do Campo</i> no Exército Revolucionário. Sai vitorioso da Batalha de Valmy contra os prussianos; é promovido a Tenente General dos exércitos republicanos.	Temporada de estudos na Saxônia (até 1794). Publicação de <i>Memórias sobre os diamantes do Brasil</i> .		<i>Am. ES</i> = <i>Carta a los Españoles Americanos</i> , de Juan Pablo Viscardo, onde se refere à América como pátria e à Espanha como nação estrangeira. <i>Am. PT</i> = Execução de Tiradentes (abril); D.João assume o trono como príncipe regente.	<i>FR</i> = Monarquia abolida pela Convenção Nacional; início das guerras revolucionárias.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1793	Após conspirações de Dumouriez e Danton, é exonerado do seu cargo militar e vai a Paris para ser julgado; é preso, acusado de traição (maio); vai a julgamento e é solto (junho). Com o golpe jacobino é preso logo em seguida.				FR = Execução de Luís XVI; Robespierre instala o Terror.
1794		Viagem de aprofundamento das pesquisas, pasando por diversas cidades e países, começando por Paris.			FR = Execução de Robespierre.
1795	Com mandado de prisão, foge, passando a viver na clandestinidade por algum tempo.				FR = Nova Constituição; início do governo do Diretório.
1796		Admitido na Real Academia de Ciências de Estocolmo.			
1797	Tem sua deportação declarada pelo Diretório e parte para Londres.				
1798	Encontros com criollos ilustrados, entre eles Bernardo O'Higgins.			Am. PT = Conjuração dos Alfaiates (Bahia - agosto).	
1799	É declarado inocente pelas autoridades reais espanholas.				FR = Napoleão assume o Consulado.
1800		Publica em Paris artigo sobre mineralogia no <i>Journal de Physique, de Chimie et de Histoire Naurelle</i> . Retorna a Portugal.			

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1801		É chamado para organizar a cadeira de metalurgia na Universidade de Coimbra e assumir cargos públicos como Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, mebro do Tribunal de Minas e diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa.			<i>FR / GB</i> = Paz de Amiens (setembro).
1802		Nomeado Superintendente do rio Mondego.			
1803				<i>PT</i> = Demissão de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar desde 1797.	<i>FR x GB</i> = Início da guerra entre França e Inglaterra.
1804					<i>FR</i> = Coroação de Napoleão como Imperador da França. <i>Am. FR</i> = Independência do Haiti.
1805	Com alguns recursos, parte para os Estados Unidos em busca de apoio do governo para sua expedição.				Napoleão vence a Áustria e a Rússia na Batalha de Austerlitz (dezembro); Inglaterra vence a Batalha de Trafalgar; Dissolução do Sacro Império Romano-Germânico.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1806	Mesmo sem apoio do governo americano, reúne recursos e parte em direção à Venezuela. Após aguardar reforços no Haiti (março), tenta sem êxito uma ofensiva em Ocumare (abril). Foge para Trinidad e Tobago. Nova ofensiva contra La Vela e Coro, mas é derrotado pelas forças imperiais, apoiadas pelos mantuanos. Retorna a Trinidad (novembro).			<i>Am. ES</i> = Invasão de Buenos Aires pelos ingleses, logo derrotados.	
1807	Sem recursos, aguarda em Trinidad até poder regressar a Londres (dezembro).	Participa da resistência à invasão napoleônica (Corpo de Voluntários Acadêmicos - alunos e professores de Coimbra), posteriormente em cargos na polícia e na alfândega.		<i>PT</i> = Portugal alia-se aos ingleses contra os franceses; fuga da Corte para o Rio de Janeiro (novembro).	<i>FR</i> = Napoleão decreta o Bloqueio Continental; invasão de Portugal (novembro).
1808		Ingressa no Corpo Militar Acadêmico.		<i>Am. PT</i> = Chegada da Corte no Rio de Janeiro (março). Rodrigo de Souza Coutinho é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Criação da Imprensa Nacional (maio). Fundação do Banco do Brasil (outubro). Abertura dos portos brasileiros.	
1809			Já formado como advogado, participa da revolta em Chuquisaca.	<i>Am. ES</i> = Revolução em Chuquisaca.	

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1810	Retorna à Caracas para se juntar à luta pela emancipação; é nomeado Tenente General dos Exércitos da Venezuela.	Atua na reconstrução da infraestrutura do Reino.	É preso por sua participação na revolta em Chuquisaca, mas foge da prisão (novembro) e junta-se às forças de Juan José Castelli em Potosí, Alto Perú, como secretário.	<i>Am. ES</i> = É instaurada a Junta de Governo Provisório em Caracas; Revolução de Maio em Buenos Aires; início das guerras de independência na "América Latina". <i>Am. PT</i> = Concessão de vantagens comerciais à Inglaterra (Tratado de Comércio e Navegação). <i>PT</i> = com o auxílio britânico, os franceses são expulsos de Portugal.	
1811	Preside a Sociedade Patriótica. Incorpora-se à Assembleia Constituinte como deputado. Lidera as tropas contra os rebeldes em Valencia (julho).		Derrotado (junho), segue para Buenos Aires e continua o trabalho de Mariano Moreno jornal <i>La Gaceta</i> .	<i>Am. ES</i> = Declaração de independência da Venezuela; independência do Paraguai. <i>Am. PT</i> = Primeira tentativa de invasão da região do Prata.	Auge do domínio napoleônico.
1812	É preso em La Guaira por suspeitas em relação a rendição a Monteverde. Foi entregue por companheiros e Bolívar, que pretendia iniciar uma reação militar contra os realistas (julho).		Inaugura a <i>Sociedad Patriótica</i> que recorre a chamada <i>tradição morenista</i> . Funda <i>El Mártir o Libre</i> . É um dos líderes da revolução portenha de 18 de outubro.	<i>Am. ES</i> = chegada de reforços (Monteverde) e recuperação espanhola contra os venezuelanos. Terremoto na Venezuela. Bolívar chega à Nova Granada. <i>Am PT</i> = Falecimento do Conde de Linhares (Rodrigo de Souza Coutinho).	<i>FR x RU</i> = Fracassa a invasão francesa da Rússia. <i>Georges Cuvier</i> : Discours sur les révolutions de la surface du globe.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1813	Preso em Puerto Cabello, é transferido para Porto Rico (maio) onde redige um memorial às Cortes de Cádiz, pedindo fidelidade aos princípios liberais e à Capitulação de San Mateo. No fim do ano, é transferido para a prisão em Cádiz.	Publica no Rio de Janeiro uma análise sobre as minas de carvão em Portugal.	É eleito deputado por Mendoza para a Assembleia de 1813.	<i>Am. PT</i> = Morre D. Rodrigo; o barão Von Langsdorff inicia sua expedição naturalista (até 1820). <i>Am. ES</i> = retomada do combate às forças metropolitanas por Bolívar (<i>Campaña Admirable</i>); derrubada da Segunda República (agosto).	
1814	Em La Carraca, redige <i>Demanda de justiciae Aunque en mi caso no sea necesaria la generosa piedad del Rey sino la estricta justicia.</i>		Passa a publicar <i>El Independiente</i> .	<i>ES</i> = restauração de Fernando VII.	<i>FR</i> = Napoleão abdica e é preso na ilha de Elba; restauração dos Bourbons.
1815		Publica <i>Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal</i> (pela Academia das Ciências de Lisboa).	É exilado junto com Carlos María de Alvear, Diretor Supremo do Segundo Triunvirato argentino, foge do barco em que estava preso viaja por diversos países, especialmente na Europa.	<i>Am. PT</i> = Instituído o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (com sede no Rio de Janeiro).	Napoleão escapa do exílio, mas é derrotado em Waterloo; o Congresso de Viena reorganiza o mapa político da Europa. <i>FR</i> = Luís XVIII assume o trono.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1816	Morre aos 66 anos, na prisão de Carraca, Espanha.	Aposenta-se do cargo de professor da Universidade de Coimbra.		Am. PT = Morre Maria I, o príncipe regente assume o trono como João VI; chegada da <i>Missão Francesa</i> ao Rio de Janeiro; segunda intervenção brasileira no Prata. Am. ES = Declaração de Independência da Argentina; reconquista de Quito; San Martín proclama em Tucumã a independência das Províncias Unidas do Prata.	
1817		<i>Elogio Acadêmico</i> (homenagem à Maria I). Seu irmão, Antônio Carlos, é preso por participar da Revolução contra a monarquia em Pernambuco.	Retorna ao Prata para unir-se ao exército de José de San Martín, como Auditor de Guerra do Ejército de los Andes. Intervém no fusilamento de José Miguel Carrera e no castigo dos prisioneiros espanhóis confinados em San Luis. Participa da luta pela emancipação do Chile, ao lado de Bernardo O'Higgins, e redige a Declaração de Independência daquele país.	PT = Revolta contra a tutela inglesa. Am. PT = Eclosão da revolta republicana em Pernambuco.	
1818				Am. ES = Declaração de Independência do Chile.	
1819		Embarca de volta ao Brasil para usufruir da sua aposentadoria, instalando-se em Santos.		CO = Fundação da República da Colômbia.	US = Cessão da Flórida.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1820		Realiza com o irmão, Martim Francisco, expedição de pesquisa mineralógica pela Província de São Paulo.	Funda no Chile <i>El Censor de la Revolución</i> .	<i>PT</i> = Revolução Liberal do Porto (agosto). <i>Am. PT x Am. ES</i> = incorporação da Banda Oriental ao "Brasil" como Província Cisplatina.	
1821		Atua na transição do governo da Província de SP, integrando nova junta administrativa como seu vice-presidente, mas é quem governa de fato; seu irmão, Martim Francisco também é eleito para a junta; enquanto Antônio Carlos é eleito pras Cortes de Lisboa. Elabora maior parte do programa constitucional dos deputados paulistas, descrito em <i>Lembranças e apontamentos do governo de São Paulo para os seus deputados</i> e nas <i>Representações ao Príncipe</i> . O governo português cancela sua aposentadoria.	Entra em Lima com San Martín (julho). Edita e escreve no jornal peruano <i>El Pacificador del Perú</i> . É nomeado Ministro de Guerra e da Marinha, e posteriormente Ministro de Governo e Relações Exteriores do governo revolucionário peruano. Funda a Sociedade Patriótica local e a Biblioteca de Lima.	<i>PT</i> = D. João VI jura a Constituição e retorna a Portugal (junho); as Cortes exigem a volta de Pedro a Portugal (setembro). <i>BR</i> = d. Pedro assume como príncipe regente do Brasil. <i>Am. ES</i> = Declaração de Independência do México e do Peru, onde San Martín assume o governo sob o título de <i>Protector</i> com Monteagudo como ministro; libertação da Venezuela.	Morte de Napoleão no exílio (maio).

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1822		<p>Assume o cargo de Ministro do Reino e Negócios Estrangeiros e instala-se no Rio. Convoca a Junta de Procuradores das Províncias (para combater a proposta de uma Constituinte). Nomeia novo cônsul português em Buenos Aires (maio). Redige manifesto que marca o processo de independência (agosto) e nomeia outros representantes diplomáticos à revelia de Lisboa. Martim Francisco assume Ministério da Fazenda. Funda a Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, na qual d. Pedro assume a liderança e ele, o consulado; aceita o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (fundado por rivais políticos). Ordena uma devassa contra Ledo, Cunha Barbosa e Clemente Pereira (outubro); intervenção na imprensa e nas lojas maçônicas. Cria <i>Diário de Governo</i> para combater oposicionistas.</p>	<p>Sofre um golpe de Estado, é expulso do Peru e segue para o exílio em Quito. Redige <i>Exposición. De las tareas administrativas del gobierno, desde su instalación hasta el 5 de julio de 1822.</i></p>	<p><i>Am. ES</i> = Congresso peruano promulga a Constituição; José de la Riva Agüero se faz proclamar presidente (27 fevereiro), as tropas realistas tomam a capital até o retorno de Bolívar (setembro); libertação do Equador. <i>BR</i> = Pedro contraria a ordem das Cortes e atende as solicitações das províncias, principalmente São Paulo (janeiro); início do conflito com tropas portuguesas na Bahia (fevereiro); Pedro convoca a Assembleia Constituinte (junho) e publica manifesto de Bonifácio (agosto); proclamação de 7 de setembro em São Paulo; d. Pedro I é coroado (dezembro).</p>	

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1823		Trabalha pelo reconhecimento da independência do Brasil como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os Andradas pedem demissão após descontentamento com d. Pedro I. Bonifácio assume sua cadeira por São Paulo na Constituinte. Atua na oposição com <i>O Tamoio</i> (agosto). Com a Constituinte dissolvida, os Andradas são presos e exilados (novembro).	Escreve <i>Memoria. Sobre los principios políticos que seguí en la administración del Perú y acontecimientos posteriores a mi separación</i> , um de seus mais famosos textos.	<i>BR</i> = o Apostolado é fechado (julho); a Assembleia Constituinte é dissolvida por d. Pedro I (novembro). <i>PT</i> = Vilafrancada, sedição em Portugal de tendências absolutistas.	
1824		Os Andradas chegam à França (junho). Bonifácio é eleito senador pelo Bahia, mas não é nomeado por d. Pedro I.	Redige <i>Ensayo. Sobre la necesidad de una fereación general entre los Estados hispanoamericanos y plan de su organización</i> .	<i>Am.ES</i> = Estabilidade após as vitórias de Bolívar em Junín e Ayacucho. <i>BR</i> = a Constituição é outorgada pelo imperador; revolta republicana separatista no Nordeste, Confederação do Equador, liderada por Frei Caneca.	<i>FR</i> = Coroação de Carlos X. <i>US</i> = Estados Unidos reconhecem a independência brasileira.
1825			É assassinado por ordem de inimigos ao voltar para Lima, após ser declarado fora da lei pelo Congresso do Perú. Especulou-se que sua morte se deu também por conta de desafetos amorosos.	<i>PT</i> = Portugal reconhece a independência. <i>BR x AR</i> = Guerra contra a Argentina pelo domínio da Província Cisplatina. <i>Am. ES</i> = Declaração da independência da Bolívia.	<i>GB</i> = Inglaterra reconhece a independência do Brasil.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1826				<p><i>Am.ES</i> = Bolívar se faz nomear <i>Presidente Vitalicio</i>, mas logo se retira da Venezuela; Congresso do Panamá.</p> <p><i>PT</i> = Morre D. João VI; d. Pedro renuncia ao trono português em favor da filha e reabre o Parlamento; morre a Imperatriz Leopoldina.</p> <p><i>BR</i> = Brasil e Inglaterra firmam convenção sobre a extinção do tráfico negreiro.</p>	
1828		Os Andradas são absolvidos no processo de conspiração. Os irmãos voltam para o Brasil.		<p><i>BR</i> x <i>AR</i> = fim da Guerra Cisplatina com mediação inglesa.</p> <p><i>PT</i> = d. Miguel assume o trono em um golpe de Estado e se inicia a guerra civil portuguesa.</p>	
1829		Na volta ao Brasil, sua esposa morre durante a viagem (julho). Instala-se no em Paquetá, Rio com pensão do governo e reata relações com d. Pedro I.		<i>AR</i> = Início do período federalista.	<i>GR</i> = Independência da Grécia.
1830					<p><i>FR</i> = Carlos X é deposto, Luis Filipe de Orléans assume como rei constitucional (revolução de julho).</p> <p><i>BE</i> = Independência da Bélgica. <i>GB</i> = Construção da primeira estrada de ferro.</p> <p><i>Comte</i>: Cours de philosophie positive.</p>

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1831		Participa de discussões na Câmara contra as reformas federalistas. Apoia a lei de extinção do tráfico negreiro (Eusébio de Queiroz). É nomeado tutor do príncipe Pedro de Alcântara (abril).		<i>BR</i> = d. Pedro I abdica em favor do filho de 5 anos de idade; início da Regência Trina; criação da Guarda Nacional; distúrbios antilusitanos no Rio (Noite das garrafadas). <i>PT</i> = d. Pedro IV desembarca nos Açores com uma expedição militar inglesa.	
1832				<i>BR</i> = Diogo Feijó, ministro da Justiça, denuncia Bonifácio por suposta participação em distúrbios políticos e tenta destituí-lo do cargo de tutor; Feijó lidera uma tentativa de golpe de Estado (julho); Abrilada, movimento revolucionário em Pernambuco visando à reposição de d. Pedro ao trono.	
1833		É destituído da tutoria pelos Regentes. Recusa-se a cumprir a ordem, mas cede após intervenção militar. É posto em prisão domiciliar e processado por conspiração (dezembro). Abandona a vida pública.			<i>GB</i> = Escravidão é abolida no Império Britânico. <i>ES</i> = Morte de Fernando VII.

	Francisco de Miranda	José Bonifácio de Andrada e Silva	Bernardo Monteagudo	Península e América Ibéricas	Restante do Ocidente
1834		Redige seu testamento, após piora dos seus problemas de saúde.		<i>PT</i> = capitulação das forças de d. Miguel, exilado na Alemanha; d. Maria da Glória assume o trono com apoio inglês (d. Maria II); morre d. Pedro I. <i>BR</i> = Maioria liberal na Câmara aprova o Ato Adicional (descentraliza a administração entre as províncias e instala a Regência Una).	
1835		Retira-se para Paquetá na condição de preso por conspiração e perturbação da ordem pública.		<i>BR</i> = Feijó assume a Regência; início da Cabanagem no Pará (janeiro); início da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (setembro); revolta dos Malês na Bahia. <i>AR</i> = Início da ditadura de Rosas.	
1836				<i>BR</i> = Início da Sabinada na Bahia (novembro). <i>PT</i> = Proibição da importação e exportação de escravos na colônias portuguesas ao sul do Equador.	
1837				<i>BR</i> = Derrotada Sabinada na Bahia (março); criação do Colégio Pedro II.	<i>GB</i> = Coroação da Rainha Vitória.
1838		Morre aos 75 anos, em Niterói (abril).		<i>BR</i> = Renúncia de Feijó, assume o Marquês de Olinda; início da Balaiada no Maranhão (dezembro); fundação do IHGB.	